

1:2
*

ROBERTA SPERANDIO TRASPADINI

**A Perspectiva *(Inter)dependentista* de Fernando Henrique Cardoso:
uma visão particular do desenvolvimento capitalista brasileiro**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

1000
330.34
Y145
VICI/mem

ROBERTA SPERANDIO TRASPADINI

**A Perspectiva *(Inter)dependentista* de Fernando Henrique Cardoso:
uma visão particular do desenvolvimento capitalista brasileiro**

DIRBI/UFU



1000187059

Dissertação de mestrado entregue
como requisito para a conclusão do
Mestrado em Desenvolvimento
Econômico da Universidade Federal
de Uberlândia, sob a orientação do
professor Doutor *Carlos Águedo
Nagel Paiva*.

**UBERLÂNDIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
1998**

Agradecimentos

Na elaboração dessa dissertação contei com contribuições fundamentais. A primeira delas, e principal, foi a de meu orientador, professor e amigo, Carlos Paiva, mestre de muitas das empreitadas feitas por mim no decorrer desse período.

Agradeço sinceramente a todos os professores do departamento de economia da Universidade Federal de Uberlândia que conviveram comigo, respondendo às minhas demandas e entendendo meus anseios.

Aos meus colegas de turma pela convivência e muitas horas de uma excelente relação, em especial à Alessandra que mais diretamente teve que relevar muitos momentos de mal humor e insatisfação.

À Glaucia, professora e companheira de muitas “caminhadas”, pela consolidação de uma amizade que já nasceu sincera e forte.

A todos os amigos mineiros, capixabas e paulistas que compartilharam comigo os momentos mais importantes. Em especial a Sérgio que contribuiu muito na elaboração final deste trabalho.

E, por fim, meu muito obrigada a meus pais pela confiança e o apoio às minhas buscas intelectuais, sem os quais esse trabalho não teria sido possível.

" Os tempos modernos não começam de uma vez por todas.
Meu avô já vivia numa época nova.
Meu neto talvez ainda viva na antiga.
A carne nova come-se com velhos garfos.
Época nova não a fizeram os automóveis
nem os tanques
nem os aviões sobre os telhados
nem os bombardeiros.
As novas antenas continuaram a difundir as velhas asneiras.
A sabedoria continuou a passar de boca em boca."
(Bertolt Brecht)

"E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas, deve-se distinguir, ainda mais, as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si, do que são, na realidade."

(Karl Marx)

RESUMO

Este trabalho realiza uma investigação dos escritos de Fernando Henrique Cardoso, atual presidente do Brasil, que foi um destacado teórico do desenvolvimento latino-americano desde os anos 60. O trabalho procura confrontar as construções teóricas de Cardoso dos anos 60 em diante, com a proposta e gestão de governo atuais, cuja pretensão é a de tornar a economia brasileira mais competitiva no âmbito internacional.

Com o objetivo de entender a maneira pela qual o autor se posiciona e articula suas idéias no que diz respeito ao desenvolvimento econômico latino-americano e, principalmente, brasileiro, iremos nos ater a três livros principais, que são: *O empresário industrial brasileiro* (1963), *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1967) e *As idéias e seu lugar* (1980).

Acreditamos que os mesmos permitem concluir se a hipótese que estamos trabalhando é correta ou não. Ou seja, investigaremos se a postura atual do presidente da República Fernando Henrique Cardoso, no que concerne à internacionalização da economia bem como à reestruturação do Estado, encontra-se sustentada, de maneira coerente, nos seus escritos acadêmicos datados dos anos 60.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1.....	3
O EMPRESÁRIO INDUSTRIAL BRASILEIRO	3
1.1. Temática geral do empresário industrial brasileiro	3
1.2. Novas formas de gestão empresarial mundial e o caso do empreendedor brasileiro	6
1.3. Desenvolvimento econômico e empresário industrial: o caso brasileiro	15
1.4. O desenvolvimento capitaneado pela burguesia no longo prazo	25
1.5. Considerações Preliminares	29
CAPÍTULO 2.....	33
DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA.....	33
2.1. Comentários iniciais	33
2.2. Crítica ao estruturalismo cepalino	34
2.3. A perspectiva do desenvolvimento dependente de Cardoso	40
2.4. Economia de enclave e demais economias latino-americanas	46
2.5. Período do desenvolvimento para dentro na América Latina	51
2.6. Dependência e desenvolvimento num ambiente globalizado	54
2.7. Considerações preliminares	64
CAPÍTULO 3.....	66
AS IDÉIAS E SEU LUGAR	66
3.1. Intróito	66
3.2. A dependência revisitada e seu consumo nos EUA	67
3.3. A originalidade da cópia	81
3.4. Limites e superações do conceito de desenvolvimentismo	90
3.5. Conclusões Preliminares	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
FHC: ENTRE A DEPENDÊNCIA E A INTERDEPENDÊNCIA	101
4.1. Um paralelo entre as idéias do intelectual e do Presidente FHC	101
4.2. O desenvolvimento que se tem <i>versus</i> o desenvolvimento que se quer	104
BIBLIOGRAFIA	108

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma investigação dos escritos de Fernando Henrique Cardoso, atual presidente do Brasil, que foi um destacado teórico do desenvolvimento latino-americano desde os anos 60. O trabalho procura confrontar as construções teóricas de Cardoso dos anos 60 em diante, com a proposta e gestão de governo atual, cujo intento é o de tornar a economia brasileira mais competitiva no âmbito internacional.

O objetivo desta dissertação é entender como é que o autor se posiciona e articula suas idéias no que diz respeito ao desenvolvimento econômico latino-americano e, principalmente, brasileiro. Ou seja, qual é a perspectiva, teórica e prática, vislumbrada por Cardoso para inserir o Brasil nas relações econômicas internacionais de forma mais competitiva.

Nossa hipótese, neste trabalho, é a de que a perspectiva *dependentista* de Fernando Henrique Cardoso dos anos 60, está sustentada num viés internacionalista. Posicionamento teórico este que, ao invés de considerar o capital estrangeiro como sendo o grande responsável pelo atraso das economias periféricas, o torna o grande parceiro na alavancagem do desenvolvimento das mesmas. Isto se dá, segundo a perspectiva dependentista de Cardoso, devido ao fato da evolução do capital romper as fronteiras existentes entre os países, atingindo uma escala una de atuação no cenário mundial.

Nesse sentido, acreditamos que a postura atual do presidente da República Fernando Henrique Cardoso, no que tange à internacionalização da economia bem como à reestruturação do Estado, encontra-se sustentada nos seus escritos acadêmicos datados dos anos 60.

Vale ressaltar, que muitas das conformações políticas atuais (coligações partidárias, dentre outras), além de muitas propostas de Governo, estão diretamente relacionadas à atual conjuntura, não explicitando, em sua totalidade, a perspectiva acadêmica do político Fernando Henrique Cardoso. Inflexões surgiram em seus

pensamentos e muitas das idéias anteriores, principalmente com relação à questão partidária, sofreram transformações, passando de uma perspectiva de esquerda para uma aliança explícita com a direita. Mas nenhuma dessas inflexões foi tão forte a ponto de colocar em xeque uma proposta de desenvolvimento que, desde os anos 60, que sustentava, como alternativa ao estruturalismo cepalino, a aliança ao capital internacional e a diminuição do papel do Estado na economia.

Não intentamos, entretanto, entrar nesses pormenores da totalidade do pensamento do intelectual Fernando Henrique Cardoso, mas sim, pretendemos contribuir para a atual discussão acerca do desenvolvimento, mostrando que a economia política do Real é condizente com a perspectiva teórica mais geral defendida por Fernando Henrique Cardoso em seus textos referentes ao desenvolvimento econômico.

Dentre todos os escritos de Cardoso, iremos nos ater aos três principais, para a investigação que desejamos fazer, que a nosso ver são: *O empresário industrial brasileiro*, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* e *As idéias e seu lugar*. Acreditamos que os mesmos expressam a real possibilidade de analisarmos se a hipótese que estamos trabalhando é correta ou não.

Por fim, vale salientar que muitos escritos atuais estão enveredando para esta mesma temática. Mas o caráter próprio desta dissertação consiste em mostrar que o presidente não precisa “*esquecer o que escreveu*” uma vez que suas teses acerca da dependência, desenvolvidas nas décadas passadas, principalmente no que tange à perspectiva transnacionalizante do capital internacional e à miopia do empresariado brasileiro, encontram-se reafirmadas em sua política econômica contemporânea.

Para reforçar esta questão, dividiremos esta dissertação em três capítulos onde serão trabalhadas, respectivamente, a questão do empresário brasileiro, a teoria da dependência e a perspectiva interdependentista a partir de um ambiente “globalizado”, contida em *As idéias e seu lugar*.

CAPÍTULO 1

O EMPRESÁRIO INDUSTRIAL BRASILEIRO

1.1. Temática geral do empresário industrial brasileiro

Com o intuito de verificar empiricamente como é que se deu o processo de industrialização e modernização da economia brasileira, e objetivando contrastar esta análise com as demais experiências vividas por diferentes Nações, Cardoso faz – no *Empresário Industrial Brasileiro* – um estudo sobre o papel da burguesia industrial bem como a forma de sua conduta empresarial.¹

O objetivo de Cardoso neste trabalho, publicado em 1963, foi o de mostrar que a economia brasileira sempre foi palco para uma variedade enorme de empreendedores – tradicionais e modernos – sendo este o ponto crucial para entender-se o porquê desta classe não ter sido o agente responsável pelas transformações sociais necessárias a uma nova perspectiva de desenvolvimento.

A partir da verificação do ‘perfil’ do empresário brasileiro, Cardoso faz uma análise das peculiaridades desta economia, mostrando que não ocorreu o papel de agente transformador e impulsionador do desenvolvimento atribuído à burguesia industrial, diferentemente das conclusões de muitos estudiosos do processo de desenvolvimento das economias centrais.

Partindo da burguesia industrial e fazendo uma análise tanto da ‘mentalidade’ quanto da ‘forma de gestão’ das empresas, o autor mostra que este agente ajusta-se a condicionantes circunstanciais, ora apoiando a burguesia tradicional, ora aliando-se à burguesia internacional. A partir daí, mostra não só a vulnerabilidade desta classe mas também a impossibilidade da mesma em dirigir um projeto de desenvolvimento

¹ Cardoso não quer com isto dizer que o desenvolvimento depende única e estritamente dessa classe, mas sim da dissecação do perfil das demais classes sociais, com vistas a entender a conformação sociológica da economia brasileira. Especificamente neste livro, o autor objetiva analisar o empresariado brasileiro para contestar os estudiosos que acreditam que este, similarmente ao que ocorreu no desenvolvimento das economias desenvolvidas, foi o verdadeiro demiurgo de tal processo.

que contemplasse também transformações no âmbito social, uma vez que ao invés de progressista a burguesia industrial brasileira era conservadora.

Em outras palavras, a ausência de uma revolução burguesa determina como está conformada a estrutura de poder da Nação bem como as articulações entre os diferentes grupos sociais. Mais do que isto, tendo em vista as modificações produtivas e advindas dessas, dialeticamente, as mudanças sociais, a relação capital-trabalho, dentro da firma, tende cada vez mais para o primeiro, deixando ao segundo possibilidades restritas e até mesmo inviáveis, quanto a uma forma mais equitativa na distribuição dos ganhos produtivos.

Já inseridos num ambiente cuja concorrência é oligopolista e onde a constituição de sociedades anônimas (SA's) torna-se a forma imperante de auferir uma melhor posição no mercado, mais do que simplesmente empresário inovador nos moldes de Schumpeter, na atualidade o empreendedor é aquele que conjuga novas combinações produtivas com uma boa atuação política. Ou seja, o que importa no bojo da evolução do capitalismo oligopolista é como o empresário consegue influenciar/intervir na conduta da política econômica efetivada pelo Estado, com vistas a obter maiores vantagens na atuação de suas firmas no mercado competitivo.

Esta atuação política, segundo Cardoso, torna-se relevante uma vez que a burocratização administrativa e demais transformações do mercado concorrencial oligopolista imputam aos empreendedores uma nova forma de conduta empresarial., partindo para uma proposta mais inovadora.

Assim, no livro *o Empresário industrial brasileiro*, o autor analisa os tipos de empreendedores brasileiros bem como suas diferentes atuações no mercado para, logo após, mostrar que existe uma renovação de estratégias que é inerente ao capitalismo, conjugada esta com alianças entre o capital nacional, o capital estrangeiro e o Estado.

É na heterogeneidade empresarial que vai estar ressaltada a especificidade do modelo dependente brasileiro, mostrando que não há como pensar em desenvolvimento se este for nos moldes dos países centrais. Ao contrário, desenvolvimento dependente e associado, isto sim, seria a única alternativa viável

para que a economia brasileira conseguisse romper com seu atraso, nas idéias de Cardoso. O agente empreendedor vai ser responsável pelo desenvolvimento e a questão empresarial está adaptada à política, sendo esta o motor para uma nova inserção menos dependente nas relações econômicas internacionais.

O livro é dividido, basicamente, em duas partes. A primeira é constituída pelo marco teórico, onde as 'diversas perspectivas de desenvolvimento' são contrastadas, enfatizando a fragilidade destas no entendimento do desenvolvimento da economia brasileira. Na segunda parte, Cardoso traça o perfil da burguesia industrial brasileira bem como da mentalidade desta classe, com o intuito de entender como se dá a conformação do jogo de interesses na sociedade brasileira. Por fim, o autor analisa as especificidades do desenvolvimento brasileiro, mostrando que este sempre foi vulnerável devido, principalmente, ao fato de esta economia não ter contado com um agente responsável pela transformação.

Em suma, partindo da pesquisa empírica do empresário brasileiro², o autor conclui seu trabalho com uma discussão que acreditamos ser a temática de seus demais textos, onde desenvolvimento é sinônimo de parceria entre capital nacional, capital estrangeiro e Estado. O agente empreendedor avança da esfera empresarial até influenciar politicamente.

Vale acrescentar, entretanto, que o período ao qual Cardoso está se referindo na análise deste livro – anos 60 – é conhecido como uma fase não só de maturação como também de crise do processo de industrialização via substituição de importações. Com vistas a ampliar o parque produtivo, endogeneizando o progresso técnico, os empresários viam-se, no período de transição, entre o projeto tradicionalista capitaneado pelos latifundiários e o projeto industrializante sustentado pela burguesia industrial nascente. É neste contraste existente entre o tradicionalismo e o modernismo, em termos de diretrizes que devem ser seguidas pelo Estado na elaboração do projeto de desenvolvimento, que vai se conformar a heterogeneidade das camadas da burguesia, ressaltada por Cardoso.

² Pesquisa esta realizada com industriais de São Paulo, Belo Horizonte, Blumenau, Salvador e Recife, no período de julho de 1961 a outubro de 1962.

Nesse sentido, mesmo objetivando traçar um perfil do empresariado nacional dos anos 60, vale atentar para o fato de que este sofreu transformações em sua conduta, que são mais o resultado da internalização da força produtiva/financeiras capitalista nas economias da América Latina, do que propriamente uma resposta à conduta desta classe em prol de um projeto de desenvolvimento lato. Portanto, mesmo historicamente, tentar entender como é que se deu a conformação das classes sociais e, principalmente, da burguesia industrial enquanto classe responsável por uma transformação, é trabalhar, concomitantemente, a forma como as forças capitalistas foram tomando corpo na economia brasileira neste mesmo período.

E, ao que tudo indica, acredita-se que Cardoso já esboça neste livro - *O empresário industrial brasileiro* - as linhas gerais de sua perspectiva acerca do desenvolvimento, que será abordada mais adiante. Desenvolvimento dependente e associado, heterogeneidade das classes empresariais brasileiras e estruturação política contraditória, são os pontos centrais da análise alternativa do desenvolvimento para a economia brasileira no período de crise mundial, como ocorrido nos anos 60, na perspectiva do autor.

1.2. Novas formas de gestão empresarial mundial e o caso do empreendedor brasileiro

Na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista várias transformações ocorreram tanto no âmbito produtivo quanto no âmbito político-econômico de todas as Nações, ficando, cada vez mais nítida, a separação no mercado mundial, entre economias desenvolvidas e economias subdesenvolvidas. Teoricamente, no que tange à questão do desenvolvimento econômico propriamente dito, era comum situar esta separação na forma de como cada uma destas economias respondia às modificações do cenário mundial.

Com a modificação das formas de produção e concorrência partia-se para uma nova forma de conduta empresarial, onde um dos pontos fundamentais para qualquer *manager* era a forma como este interviria nos ditames econômicos de seu país. Em outras palavras, a acentuação da realização de negócios via capital

financeiro, - e este cada vez mais sobrepujando o capital produtivo - a tendência à fusão de várias firmas via sociedades anônimas, bem como os novos mecanismos de controle das firmas, fazem com que o papel do empreendedor se torne mais complexo, virando assim, um agente que une à sua conduta inovadora no âmbito produtivo, a destreza de sua *performance* política.

Nas palavras do autor,

“sem dúvida, o homem de empresa é hoje, mais do que tudo, um líder no sentido político. Entretanto, esta transformação não se verificou porque o espírito do capitalismo mudou, mas porque o capitalismo, isto é, as condições de realização do lucro no mercado e as condições de inversão, modificaram-se.. A inovação, que formalmente é função de qualquer grupo dirigente, dependerá, para concretizar-se na atividade capitalista contemporânea, não só do talento inventivo quanto da capacidade de persuasão e pressão política dos chefes de empresa.” (CARDOSO, 1963, 42).

É nesta nova ótica do capitalismo oligopolista, cuja concentração e centralização de capitais acentua-se conformando uma nova forma de atuação do empreendedor, que vai estar assentada a evolução dinâmica do capitalismo. Tal dinâmica traz um novo arranjo das classes sociais, mostrando a estreita relação existente entre estes dois âmbitos - econômico e social - na discussão do desenvolvimento, mas também retrata como está estruturado o jogo de poder da economia.

Vale ressaltar, entretanto, que apesar de todas as transformações ocorridas, o objetivo central da empresa capitalista continua sendo o mesmo para Cardoso: a continuidade da apropriação de lucros. Portanto, por mais que a forma de atuar dos capitalistas se modifique, a contradição capital-trabalho se mantém, perpetuando a relação de exploração do segundo termo pelo primeiro. Dessa forma,

“...se o que dá sentido à atividade empresarial continua a ser a produção de lucros, a base social para que esta economia se mantenha continua a ser a apropriação privada dos meios de produção e a exploração do trabalho dos não possuidores. À diversificação da camada proprietária pode ter correspondido uma diversificação da camada assalariada, mas, salário, lucro e renda continuaram a ser a expressão econômica das formas básicas de relações sociais da sociedade capitalista contemporânea. Esta se mantém na sociedade

capitalista industrial moderna como relação de superposição e dominação de umas classes sobre as outras, em que pese às formas modernas que a exploração econômica e a dominação social assumiram na sociedade industrial de massas. (CARDOSO,1963,38)

Devido à continuidade, e porque não dizer à acentuação, deste processo de exploração do capital sobre o trabalho na sociedade capitalista moderna, a tendência à apropriação de vultosos lucros mostra que “a ação empresarial criadora implica numa mediação em que se faz a adequação entre as condições históricas de realização do lucro e os meios utilizados para obtê-los.” (CARDOSO,1963,33)

Segundo Cardoso, como a valorização do capital é o verdadeiro motor da conduta capitalista, o empresário não julga, prioritariamente, a possibilidade ou não que se tem para inovar, mas sim, o fato de ser mais rentável inovar ou não, dependendo das particularidades da economia em que se está inserido. O autor ressalta ainda que

“de fato, em dois pontos cruciais, o capitalismo do *big business* modificou radicalmente a forma e o espírito da ação predominantemente criadora da economia contemporânea. Por um lado a burocratização das empresas redefiniu o *modus faciendi* das novas combinações econômicas. Por outro lado, a motivação e os objetivos que conscientemente se propõem os dirigentes econômicos, bem como as qualidades de personalidade que deles se requer, são muito diversas na era do capitalismo monopolístico do que foram no período anterior à Segunda Guerra. Nossa hipótese básica entretanto é que estas transformações se realizaram sem afetar o alfa e o ômega do sistema, isto é, a produção do lucro, e sem que as funções empresariais se tivessem transformado em rotina administrativa. (CARDOSO,1963,29)

A partir destas considerações acerca das transformações tanto do empreendedor quanto da forma de produção decorrentes do período *do big business*, Cardoso faz uma crítica à perspectiva de Schumpeter em TDE no que tange à questão do empresário inovador, uma vez que o autor via neste um agente com peculiaridades excepcionais que fazem diferença no mercado concorrencial.

Para Cardoso, ao contrário do que acontecia na etapa concorrencial, nos tempos do capitalismo oligopolista, o empreendedor é um agente que une sua

destreza gerencial à conduta política, intervindo nas diretrizes a serem seguidas pelo Estado. Assim sendo, a definição de empresário inovador, nos moldes schumpeterianos, nos tempos do *big business* torna-se simplória, não denotando as verdadeiras características do empreendedor. Na verdade, para além de novas combinações como antevia Schumpeter, viabilizadas por pessoas especiais e pouco numerosas, inovar na economia monopolista, “...é ser capaz de controlar o conjunto de resultados de uma alteração proposta, tanto no nível da empresa como no nível da ordem econômica e da ordem social global”.

(CARDOSO,1963,30)

Mas, segundo Cardoso, esta perspectiva de Schumpeter torna-se justificável uma vez que na época em que foi escrita esta obra - TDE - , este não verificava esta nítida relação entre agente político e de negócios. “Schumpeter não viu o empreendedor como “político”, porque economia e política, em seu tempo, não eram tão claramente duas faces solidárias de um mesmo sistema de vida.” (CARDOSO,1963,44)

Mais do que isto, tecendo considerações à visão de Schumpeter onde a inovação é dada a partir da subjetividade individual dos agentes em empreender ou não certos processos produtivos, Cardoso sustenta o fato da inovação ser inerente à evolução da forma capitalista de produção.

Enquanto na etapa concorrencial era possível verificar esta distinção de papéis a serem executados por diferentes agentes no mercado, após a etapa monopolista, a burocratização administrativa e a diversificação tanto dos agentes quanto da conduta industrial na esfera produtiva, tornam-se diferenças primordiais.

Na verdade, o empresário torna-se mais do que um mero gerenciador na etapa monopolista do capitalismo, sendo principalmente um agente político na defesa de seus interesses.

Assim, advém desta nova estruturação política na etapa do *big business* um outro referencial bem mais complexo do que poderia imaginar Schumpeter que é a questão da ordem social global. Nestes termos, a inovação depende muito mais dos

fatores sociais e da forma como estes interferem na esfera econômica do que na esfera técnico-científica. Ou seja, o empreendedor tem que ser visto como um agente tomador de decisões gerenciais e políticas, seja a sociedade desenvolvida ou subdesenvolvida, estando esta inserida num ambiente capitalista monopolista. E, além disto, a burocratização crescente a nível administrativo da empresa só pode ser resolvida, se e somente se, forem entendidos tanto as formas de propriedade vigentes quanto como é exercido o controle destas propriedades.

Ao dar esta caracterização ao empresário industrial brasileiro, Cardoso indica sua preocupação em analisar o processo principalmente no âmbito político-social, algo que não era feito pelos teóricos estruturalistas latino-americanos, na concepção do autor. Argumentando desde já que estes tinham uma leitura não adentrando, verdadeiramente, na discussão social e política do desenvolvimento. Requer-se, segundo o autor, uma investigação objetiva da atuação do empresário industrial na economia brasileira.

Ressaltando o fato de o capitalismo monopolista ter modificado as formas de geração de lucro, Cardoso sustenta que mesmo sendo este o objetivo principal da empresa, as formas de gestão modificaram-se. As grandes companhias são dirigidas cada vez menos por seus proprietários, sendo tal função exercida por técnicos específicos. Existe também o fato de estes proprietários entrarem em novos empreendimentos - inclusive financeiros - fazendo com que tenham o controle à distância, não agindo como um empreendedor tradicionalista de tempos atrás. Onde,

“...é preciso reconhecer, que, em geral, as grandes companhias não são dirigidas diretamente por seus proprietários. Isto porque o aumento do porte das empresas e a participação dos grandes proprietários de ações em múltiplos empreendimentos, através de alianças de tipo financeiro, deslocou o centro de atuação dos proprietários de capital de dentro de cada empresa para posições de controle a distância...na etapa atual do capitalismo, portanto, os empresários “alcançam consciência da necessidade de estar à frente dos concorrentes e esta consciência leva-os a práticas de determinados tipos de ação econômica que garantem para suas empresas uma posição vantajosa no mercado.”
(CARDOSO,1963,32-34)

Entendamos: tendo em vista a migração das empresas multinacionais para outros países, em especial para os espaços periféricos mundiais, pós Segunda Guerra

Mundial, a forma como estas empresas irão operar depende diretamente da condição política e social de cada país, mostrando, assim, a heterogeneidade a qual os agentes empreendedores devem se submeter. E, caso isto não ocorra, estas empresas não liderarão o processo competitivo nestes novos espaços.

No caso das economias subdesenvolvidas tem-se uma perspectiva diferenciada. Estas necessitam tanto de capital quanto de *know how* externos, acentuando ainda mais, todas as tendências ditas anteriormente. O empreendedor ganha uma nova dimensão tanto política quanto gerencial, fazendo com que este agente requeira um estudo minucioso das peculiaridades da forma de desenvolvimento econômico destas Nações.

Isto ocorre porque a industrialização nestas economias se dá em um período onde as formas de produção capitalistas sofreram algumas transformações. Ao contrário do desenvolvimento ocorrido nas economias centrais, nos espaços subdesenvolvidos a industrialização surge no bojo das grandes corporações, consolidando, assim, a tendência a economias de escala, redução de custos, diferentes tipos de barreiras a entrada, dentre outras características próprias do período monopolista do capitalismo. Reforçando o que foi dito,

“...se até na história dos países onde houve o desenvolvimento econômico originário a concorrência perfeita exprime mais a ideologia do capitalismo do que uma realidade efetiva do passado, com mais forte razão, seria ilusório supor que na era do capitalismo monopólico e do imperialismo, os males das economias subdesenvolvidas poderão ser corrigidos pela criação de um mercado de concorrência entre muitos produtores.” (CARDOSO, 963, 156)

Vejamos: se no período de hegemonia da Grã-Bretanha tínhamos uma tendência à livre mobilidade dos fatores de produção, principalmente por esta economia não ser auto-suficiente em matéria-prima e insumos necessários para a produção, mais do que uma ideologia, a concorrência perfeita foi efetivamente realizada nesta etapa do capitalismo. Além disso, foi o único período onde o mercado era constituído por um grande número de pequenas empresas. Cardoso, portanto, a partir da citação acima, não analisa a história da concorrência perfeita como tendo

sido realizada empiricamente, mas sim, ideologicamente no período inicial do desenvolvimento das economias centrais.

Com a evolução do capitalismo, o grande capital produtivo mundial, a partir de sua própria lógica de reprodução, preenche os espaços periféricos, ressaltando, mais uma vez, a tendência a sua reprodução numa esfera global. Isto põe em xeque a relativa autonomia destes países no processo decisório, dado que o Estado parte para uma proposta alternativa, como foi o nacional desenvolvimentismo cepalino. E, como se pode constatar na perspectiva de Cardoso, o mais racional seria partir para a proposta de associação com o capital internacional, caso se queira conseguir mais competitividade mundialmente.

Dadas as notáveis diferenças da industrialização das economias periféricas e centrais, o que fica por esclarecer é o papel do empresário industrial na articulação das mesmas. Mais especificamente, o que fica por entender é até que ponto eventuais diferenças no que diz respeito à capacidade empresarial-inovadora da burguesia periférica é responsável pelo atraso relativo da industrialização nos países de terceiro mundo.

Cardoso, a partir da análise do *empresário industrial*, quer demonstrar a tese de que o desenvolvimento em sociedades periféricas segue padrões próprios que não correspondem às formas experimentadas por outras nações. Entretanto, esta não é questão principal trabalhada pelo autor. Na sua perspectiva, não interessa saber as diferenças fundamentais existentes entre os distintos países – periféricos e centrais – mas sim a forma como a conduta capitalista entra em estreita relação com a perspectiva do empresariado industrial brasileiro.

A diferença na especificação de áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas consiste em mostrar que ambas são faces da mesma moeda sendo conjugadas na mesma etapa do capitalismo. Para o autor, “o subdesenvolvimento não equivale ao não desenvolvimento em geral mas, ao contrário, é uma forma de exprimir a existência de um tipo de desenvolvimento, sem referência ao qual torna-se uma noção abstrata”. (CARDOSO, 1963, 75). Isto quer dizer que é inviável qualquer

tentativa de modelar-se a questão do desenvolvimento, uma vez que isto impossibilita trabalhar as particularidades de cada sociedade.

Especificamente nesta distinção entre tipos de desenvolvimento, longe de se afastar de Schumpeter, acreditamos que Cardoso tem neste um bom correspondente para suas propostas relativas ao empresário inovador, pois segundo Schumpeter a história econômica é apenas uma parte da história do desenvolvimento econômico em seu sentido amplo. E esta história tende a possuir faces diferentes de acordo com variáveis que não são propriamente econômicas.

Equivocadamente, muitos autores buscaram uma unilateralidade na discussão do desenvolvimento econômico, sustentados no fato de que no próprio estudo do processo histórico existem certas tendências comuns às economias, fazendo com que elas compartilhem um processo similar de desenvolvimento. Segundo Schumpeter, ao perceberem o desenvolvimento econômico desta forma, os autores vêem o mesmo como sendo uma tendência metafísica. Este mecanicismo serve também “para o postulado de que uma nação, uma civilização ou mesmo toda a humanidade, deve mostrar algum tipo de desenvolvimento uniforme unilinear.” (SCHUMPETER, 1982, 43). Ao contrário do que acreditam estes autores metafísicos, o desenvolvimento assume formas peculiares em cada país, que devem ser estudadas pormenorizadamente.

Nesse sentido, a industrialização da economia brasileira não se deu de forma equivalente à dos países avançados e nem sequer a conduta dos empresários nestes países é similar; variam de acordo com a estrutura de mercado e com a aliança de classes. Tais peculiaridades mostram que,

“...o crescimento industrial das áreas subdesenvolvidas realiza-se numa época em que não só as condições do mercado internacional são diversas e balizadas pela ação dos monopólios e grandes companhias, como o padrão técnico da produção é imposto pela ciência e pela prática industrial das economias já desenvolvidas. As condições sociais e econômicas são, pois, diversas.” (CARDOSO, 1963, 46)

O processo de industrialização via substituição de importações pelo qual passou a economia brasileira, capitaneado pelo Estado, teve vários desdobramentos,

sendo estes fundamentais para entender a verdadeira conformação do desenvolvimento econômico. A fragilidade de uma classe em imperar como demiurgo desta transformação, por um lado, e o papel do Estado nacional-desenvolvimentista, por outro, responsável por deflagrar o jogo de interesses inerente à sociedade brasileira, são as questões chaves a serem entendidas, segundo Cardoso.

Vários estudiosos já haviam mostrado, segundo Cardoso, como a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) por exemplo, via especificamente variáveis econômicas, de onde eram provenientes as questões relativas ao não desenvolvimento da economia brasileira. Entretanto, nada havia sido feito até então sobre o estudo das questões sociais, como forma de mostrar o quão imbricadas são estas duas variáveis (econômica e social), intentando empiricamente estudar a questão do desenvolvimento econômico. Nas palavras de Cardoso,

“...no esforço de explicar o processo de formação da ordem industrial capitalista no Brasil, visto pelo prisma da constituição da camada empresarial, tentamos compreender a ação empresarial tanto como resultado de uma estrutura determinada do mercado e da sociedade, quanto como variável que interfere na gênese deste mesmo mercado e sociedade...O problema básico consiste em verificar sociologicamente como se deflagrou a industrialização...Ou aceitamos que o empreendedor é o demiurgo ou fazemos destes atributos decorrência de estímulos externos, quer tenham sido gerados no próprio sistema econômico nacional quer tenham sido importados do exterior através de empresas estrangeiras e do adestramento de empreendedores nacionais.” (CARDOSO, 1963, 49-50)

É a partir desta concepção que vai ser feita, por Cardoso, uma análise empírica tanto da conduta do empresariado industrial brasileiro, quanto da mentalidade deste mesmo agente. Vale enfatizar, mais uma vez, que o cerne da questão está no fato de entendermos como é que esta classe se comportou no processo de industrialização da economia brasileira, com vistas a verificar o porquê de não ter sido alcançado o desenvolvimento econômico neste país, mesmo que se tenha conseguido auferir boas taxas de crescimento econômico. Onde que, dissecar o empresário industrial brasileiro, significa tentar diagnosticar quais são as peculiaridades deste agente, seja no âmbito social, seja no âmbito político, que

possibilitaram esta forma particular de industrialização da economia brasileira, pós Segunda Guerra Mundial.

Em suma, uma das grandes intenções de Cardoso com esta pesquisa do empresário industrial foi a de provar para um grupo de estudiosos brasileiros – por exemplo o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (I.S.E.B.)³ – que, diferentemente do que eles sustentavam, a burguesia industrial não foi a responsável pelo desenvolvimento da economia brasileira, principalmente porque enquanto classe, esta não só não contava com um projeto mas também conjugava interesses muito díspares no decorrer da evolução histórica desta economia.⁴

E é a fragilidade da classe burguesa em elaborar um projeto maior que vai possibilitar que o Brasil, diferentemente da Argentina, consiga sair relativamente bem da crise dos anos 60, a partir das distintas formas de produção internas, segundo o autor.

1.3. Desenvolvimento econômico e empresário industrial: o caso brasileiro

A partir desta conceituação mais ampla das características do empresário inovador nos tempos do *big business*, Cardoso tece críticas aos modelos abstratos de desenvolvimento, uma vez que este tipo de abordagem não faz uma interação entre os três conjuntos fundamentais de variáveis do processo, que são: as políticas, as sociológicas e as econômicas. E, quando o fazem, não a analisam dialeticamente, mostrando que cada país contém especificidades intransponíveis a outras nações.

Dessa forma, ao invés de analisarem toda a complexidade da temática referente ao desenvolvimento, esses autores simplificam suas teorias, querendo modelá-las como forma de diagnosticar da mesma maneira o tipo de desenvolvimento realizado tanto em economias que já atingiram uma maturidade econômica, quanto as que estão por atingir. Utilizando as palavras de Cardoso,

³ Para uma análise mais crítica sobre os estudos do ISEB ver: TOLEDO (1997) “Fábrica de ideologias.

⁴ Mais do que isto, como veremos nos próximos capítulos, foi a fragilidade desta classe e a heterogeneidade social que permitiu que a economia brasileira superasse a crise mundial a partir de uma perspectiva de desenvolvimento dependente e associado, nos moldes sustentados pelo autor.

“...se ordenarmos numa classificação única modelos construídos por um conjunto de variáveis sem considerar o tipo de estrutura em que se inserem, o resultado será a caracterização que chamamos de abstrata porque não leva em consideração os modos de ser estruturalmente determinados, de tipos e possibilidades diversas de desenvolvimento, e é por isto também que o valor explicativo destes esquemas é restrito: o resultado que eles querem explicar não decorre da ação nem do tipo de relação das variáveis que compõem o modelo”. (CARDOSO, 1963, 72)

Um exemplo típico deste caráter modelístico está nas análises de Rostow⁵ acerca das etapas a serem cumpridas até atingir-se o desenvolvimento propriamente dito. Primeiramente passa-se de uma etapa de transição de uma sociedade tradicional para a de consumo de massa, sendo que no intervalo destes dois períodos é que consistirá a fase do arranco. No arranco é que estarão constituídas economicamente as pré-condições que permitirão o avanço para uma nova etapa tanto de consumo quanto de produção, ou seja, para o progresso econômico.

Tendo como exemplo a evolução do capitalismo britânico e o das principais economias de capitalismo retardatário – EUA e Alemanha, - Rostow acredita que estes países são provas empíricas que podem ser traçadas como metas a serem atingidas pelas demais nações que almejam o desenvolvimento.

Esse tipo de análise, segundo Cardoso, não leva em consideração que

“...a história e a reflexão sociológica não andam necessariamente *pari passu*...As modificações previstas nem sempre ocorrem, pelo menos na forma esperada...Como resultado eliminou-se pouco a pouco, além da preocupação com os “porquês”, a preocupação da natureza dos processos sociais para reter-se ao “como” das combinações possíveis entre variáveis abstratas”. (CARDOSO, 1963, 66-67)

Diferentemente do que é salientado na análise de Rostow, e tendo em vista as particularidades advindas do estudo de caso feito em cada economia, pensar na questão do subdesenvolvimento é contrastá-la a um país que se encontra em uma situação oposta, tentando entender, no todo, o porquê destas disparidades. Para tanto,

⁵ ROSTOW (1978). Este autor, a partir de uma perspectiva etapista do desenvolvimento, aborda esta questão acreditando que existem alguns pressupostos básicos a serem seguidos por todos os países que desejam atingir o desenvolvimento econômico.

é necessário percebermos quais os verdadeiros fenômenos político-sociais que não permitiram que estas economias avançassem, via revolução industrial, para uma posição mais vantajosa nas relações econômicas internacionais.

Ao romper com a leitura etapista de Rostow, Cardoso sustenta que o objetivo do estudo relativo ao desenvolvimento deve estar sustentado na variáveis que possuem determinações essenciais e secundárias no processo de desenvolvimento. Deve-se identificar, por exemplo, na análise histórica do desenvolvimento de cada economia as variáveis essenciais que conduzem a um processo de crescimento econômico ou à recessão bem como as variáveis secundárias deste processo. Ou melhor,

“...em vez da construção de modelos de desenvolvimento, a análise científica deve encaminhar-se para a determinação das estruturas que explicam o desenvolvimento e para a determinação da dinâmica de um tipo de estrutura para outro.” (CARDOSO, 1963, 70)

Mais do que isto, nas sociedades industrializadas a história do empreendedor se confunde com a história da emergência da burguesia enquanto classe dominante, bem como com a evolução do capitalismo. Nas sociedades subdesenvolvidas, ao contrário, como o desenvolvimento ocorre numa etapa capitalista monopolista estas economias tiveram uma situação peculiar de desenvolvimento.⁶

Diferentemente, portanto, do ocorrido nas economias periféricas,

“...no caso do desenvolvimento originário, a expansão do capitalismo industrial explica, na dinâmica do circuito econômico de produção, como a burguesia se constituiu em grupo empresarial e camada dominante de cada sociedade local e, ao mesmo tempo, numa classe de conquistadores.” (CARDOSO, 1963, 79)

Quanto às economias subdesenvolvidas, tem-se um outro tipo de caracterização desta burguesia, que vai mostrar, dadas as suas próprias peculiaridades, um padrão diferenciado de desenvolvimento, sustentado

⁶ Segundo Fernando Fajnzylber, (1990) o desenvolvimento latino-americano não seria tão próprio assim, como salienta Cardoso. Até mesmo porque muitos países se espelham, principalmente em termos de consumo, nos países centrais – é o que ele chama de desenvolvimento de vitrine.

principalmente na fragilidade desta classe em capitanear um projeto nacional, segundo Cardoso.

Dessa forma, desenvolvimento e burguesia industrial não são faces da mesma moeda no sentido de conjugarem historicamente uma atuação de um verdadeiro grupo social, nas sociedades desenvolvidas tardiamente. Isto enfatiza mais uma vez o fato de que

“...as questões sociais que precisam ser respondidas sociologicamente concentram-se em primeiro lugar, na determinação de como no interior de uma sociedade subdesenvolvida, baseada na produção agrária de mercadorias coloniais de exportação, surgiram aspirações, motivos e tipos de ação capazes de dinamizar a sociedade tradicional(...)É preciso responder às indagações sobre as formas que o processo de desenvolvimento assumiu, para verificar se as aspirações, motivações e objetivos dos grupos sociais em movimento coincidiram com o padrão estrutural de desenvolvimento finalmente alcançado.” (CARDOSO, 1963, 78)

Na verdade, com relação a esta questão anterior, muito já foi relatado no que tange ao processo de industrialização via substituição de importação. A crise dos anos 60 propiciou às economias subdesenvolvidas uma nova forma de desenvolvimento, devido, principalmente, ao estrangulamento externo. Com a crise no mercado internacional e, automaticamente, com a desvalorização dos produtos exportados pela economia brasileira, o Estado teve que criar salvaguardas, objetivando diminuir os impactos desta crise no interior da economia brasileira. Abria-se mão do processo de desenvolvimento para fora e partia-se para o processo de desenvolvimento para dentro.

Contudo, estava longe de modificar-se totalmente a estrutura produtiva da economia brasileira. Continuariam atuando no mercado tanto o setor primário-exportador mais tradicional e o novo setor industrializante. Deste processo advém a heterogeneidade da burguesia industrial brasileira, pois, a partir

“...do caráter parcial da mutação ocorrida no sistema econômico resultam duas circunstâncias (...) Uma delas é a preservação de uma base exportadora e precária, sem dinamismo, o que por sua vez é uma das causas do crônico estrangulamento externo. A outra é o caráter parcial da mutação ocorrida no

sistema econômico e o consequente surgimento de um novo tipo de economia dual.” (TAVARES, 1982, 34)

Assim, no caso do desenvolvimento brasileiro, uma das particularidades está tanto na conduta frágil da burguesia industrial, quanto na conformação heterogênea deste setor, uma vez que atuam conjuntamente empresários tradicionais e modernos. É neste ponto que Cardoso objetiva entender como os diferentes empresários atuam num ambiente cambiante como a economia brasileira, analisando se sua gestão encaixa-se mais no primeiro ou no segundo caso - tradicionais ou modernos, em termos de mentalidade empresarial.⁷

Para Cardoso, são as peculiaridades da economia brasileira que permitem a continuidade do padrão familiar empresarial. A fragilidade econômica da burguesia nacional, responsável pelas medidas impostas pelo Estado de um momento para o outro, gera incerteza para as firmas a médio prazo, fazendo com que estas tenham que ser altamente flexíveis e diversificadas para poderem continuar atuando em seus respectivos setores. É também devido ao tamanho do mercado brasileiro que estas empresas sobrevivem. Caso não continuem atuando em seu mercado específico partem para mercados marginais e menos lucrativos.

Dessa forma, temos no âmbito da modificação industrial brasileira a atuação destas duas formas de gestão: tradicional e moderna; cabendo à primeira a continuidade de um padrão já estabelecido na etapa concorrencial, e à segunda, a via de modernização tanto interna à firma, quanto externa, agindo política e socialmente.

Procurando dar uma resposta aos estudiosos brasileiros – que caracterizavam o empresário industrial como o responsável por uma ausência de projeto para a economia brasileira - o autor ressalta que o principal é entender como é que a gestão empresarial se sustentou, e até mesmo se transformou, para acompanhar as mudanças do modo capitalista de produção no interior da economia brasileira, principalmente com a formação das sociedades anônimas.

⁷ Esta heterogeneidade, como veremos nos próximos capítulos, é que permitiu à economia brasileira, a partir da perspectiva do desenvolvimento dependente e associado, superar a crise mundial, o que não ocorreu no caso da economia argentina.

Mais do que nunca, "...é a concorrência de custo e qualidade, presente mesmo nos mercados oligopólicos mais típicos, que permite o progresso crescente da economia capitalista como já havia visto Schumpeter". (CARDOSO, 1963, 38)

Estas transformações foram responsáveis pela redefinição das funções empresariais, onde também a força de trabalho sofreu transformações, aumentando o número de técnicos, bem como a influência destes perante a sociedade.

"Talvez a teoria do proletariado de Marx não dê conta de todas as formas possíveis de transformação social por causa das mudanças ocorridas na estrutura econômica e na sociedade moderna: sinal de que alguma outra teoria precisaria ser desenvolvida ou de que a antiga deveria ser suplementada. (CARDOSO, 1963, 39)

Ou seja, por mais que o desenvolvimento econômico capitalista seja cheio de contradições ocorreram transformações tais que se deve pensar, segundo Cardoso, numa teoria que permita inserir estas novas formas assumidas pela relação capital-trabalho, nas alternativas de desenvolvimento para o Brasil.

Com a mudança na esfera de produção, ocorreram transformações também no âmbito do trabalho, que devem ser analisadas. Compatível com o tradicionalismo empresarial brasileiro anterior à transformação da conduta gerencial na economia brasileira, observa-se no setor trabalhista, segundo Cardoso, um imobilismo que, não proporcionou qualquer proposta de desenvolvimento peculiar próprio desta classe.

Cardoso não trabalha esta questão detalhadamente, uma vez que a classe operária nunca foi tida como o verdadeiro agente responsável pela transformação num ambiente capitalista e nem teve forças suficientes, na sua concepção, para questionar a hegemonia do capital.

Mesmo se distanciando muito da análise de Schumpeter quanto à caracterização de empresário inovador, no ponto concernente à rotina e à inovação, Cardoso parece apoiar-se nas mesmas idéias do autor, uma vez que para Schumpeter, o desenvolvimento está estritamente relacionado a novas combinações. Ou seja, a partir da conduta diversificada de determinados agentes para atuar no mercado cada vez mais competitivo, ao invés de se ater à rotina, os agentes transformadores vão

preocupar-se, principalmente, na conformação de pelo menos um dos cinco pontos fundamentais: 1) introdução de um novo bem; 2) introdução de um novo método de produção; 3) nova forma de comercialização de certas mercadorias; 4) conquista de novas ofertas de matérias-primas e produtos semi-manufaturados; 5) estabelecimento de uma nova organização. (SCHUMPETER, 1982, 48-49).

Para Schumpeter, portanto, não há desenvolvimento se não houver revolução nos métodos de produção ou na mentalidade organizacional dos empresários. Não há necessidade de revolução no período do fluxo circular, pois os agentes preocupam-se estritamente com a apropriação dos ganhos via repetição dos métodos de produção. Quando alguns agentes começam a ambicionar novas formas de agir e de conseguir, com isto, conquistar maiores lucros, ou devido à expansão dos nichos do mercado, ou por saírem na frente de seus concorrentes, com a inovação, estes agentes vão impor uma nova conduta empresarial; esta nova conduta é que será a responsável pela tendência ao desenvolvimento:

“...enquanto nos canais habituais é suficiente a própria aptidão e experiência do indivíduo normal, quando se defronta com inovações, precisa de orientação. Enquanto ele nada a favor da corrente no fluxo circular que lhe é familiar, se quiser mudar o seu canal, o agente nada contra a corrente... quando terminam as fronteiras da rotina, muitas pessoas não podem ir além, e outros só podem fazê-lo de uma maneira altamente variável.” (SCHUMPETER, 1984, 57)

Similarmente à postura de Schumpeter, e criticando totalmente o uso da rotina como ganho ou continuidade de sua conduta no mercado, Cardoso sustenta o fato de que este tipo de postura é usualmente utilizado por empresas tradicionais. Tais empresas vinculam seus ganhos às possibilidades decorrentes do atraso em que a economia se encontra; como no caso da economia brasileira, onde a ausência de uma revolução burguesa ou de uma reivindicação mais criteriosa do proletariado, bem como devido às fragilidades na conduta da política econômica, propiciavam a permanência deste grupo.

Se por uma lado reiteramos nesta conduta empresarial uma postura schumpeteriana de Cardoso quanto à inovação, ou se quiser, quanto à internalização do progresso técnico, não importando estar esta técnica ultrapassada ou não no

âmbito das economias mais avançadas, por outro lado, verificamos uma perspectiva de Cardoso que se afasta da leitura neo-schumpeteriana⁸, dado que a rotina torna-se sinônimo de tradicionalismo, não sendo compatível com o progresso técnico e com uma perspectiva de desenvolvimento capitalista. Assim, a rotina que já está endogeneizada via P&D, para as firmas empreendedoras, deixa de ser o eixo principal de análise e passa a ser somente uma forma de dar continuidade a técnicas que estão sendo executadas num determinado momento.

Contudo, devido às particularidades da economia brasileira onde interagem ao mesmo tempo vários tipos de empreendedores (de capitães da indústria até homens de empresa), a conduta tradicional não permanecerá por muito tempo pois,

“...enquanto alguns industriais se apegam à rotina, outros, respeitando embora as condições sociais e econômicas que orientam as possibilidades de obter lucro e ter êxito nas economias pouco desenvolvidas, procuram reinvestir e reorganizar as empresas, fixando sempre novos alvos econômicos...A oposição rotina-inovação, que formalmente permite a clivagem dos tipos de industriais, redefinir-se-á nas condições concretas de existência que o meio social brasileiro apresenta, permitindo um matizamento mais rico das possibilidades de ser socialmente definidas para a camada industrial brasileira”. (CARDOSO, 1963, 50)

O que irá diferenciar um empresário inovador de um tradicional é realmente a forma como cada um trabalhará as intenções de ganhos no mercado. Para este último os ganhos são advindos da estrutura frágil da economia em que estão inseridos bem como da possibilidade de altos ganhos devido à baixa diversificação do mercado. Já para os inovadores, o que promove a apropriação de ganhos, verdadeiramente racionais, é a conduta política juntamente com a necessidade intrínseca de se instaurar o progresso técnico.

O ponto fundamental de diferença entre estas duas posições analisadas, reforça o fato de que

“Na empresa altamente burocratizada do capitalismo contemporâneo, a inovação depende, portanto, muito mais dos mecanismos de decisão em torno do conjunto dos fatos sociais, do que das qualidades pessoais de um empreendedor de talento inventivo. A empresa, não o empreendedor, constitui

⁸ Para uma leitura do desenvolvimento da teoria neo-schumpeteriana ver: DOSI (1982).

o sujeito do processo econômico(...)o capital e não o capitalista detém o segredo que explica o sistema". (CARDOSO,1963,31)

Entendamos: segundo Cardoso, o processo de evolução capitalista faz com que surjam novas formas de atuação e de concorrência entre as empresas, mostrando que estas, sim, são o verdadeiro motor do processo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, partindo para uma análise objetiva onde o sujeito do processo de desenvolvimento é a empresa e não o empresário, e o agente da evolução do capitalismo é o capital e não o capitalista, Cardoso constrói sua perspectiva de desenvolvimento como sendo dependentista e associada.

Como já foi dito anteriormente, apesar de alguns estudiosos (ISEB) acreditarem que também na economia brasileira, a burguesia industrial teve seu papel de principal expoente no processo de desenvolvimento econômico, isto não se verifica, segundo Cardoso, quando se faz um estudo empírico da forma como estes agentes atuaram. Pois, se em determinados momentos a burguesia industrial primou pela aliança com setores mais tradicionais para não incorrer na possibilidade de reivindicações maiores por parte do proletariado, associou-se também, em outros momentos, ao capital internacional objetivando crescer economicamente. Nisto consiste a fragilidade desta classe em criar um projeto próprio de desenvolvimento.

Para melhor entender-se a heterogeneidade da burguesia industrial brasileira, Cardoso faz uma distinção entre os diferentes empreendedores: os capitães da indústria que se caracterizam pela apropriação imediata de lucros, mesmo que possuam uma ânsia de construção da indústria verdadeiramente capitalista. Isto faz com que eles continuem com métodos tradicionais, onde o lucro deve advir não das inovações que tem um tempo relativamente longo de maturação, mas das técnicas já adquiridas há muito tempo. Os homens de empresa, por serem ousados em suas estratégias de mercado, ao inovar e modificar suas condutas gerenciais, com vistas a se tornarem empreendedores modernos, podem fazer com que seus ganhos futuros sejam maiores.

A forma de captar recursos para investimento é vista como um fator fundamental para se entender a estratégia utilizada por cada empreendedor. O capitão

da indústria, empreendedor que advém da empresa tradicional, é responsável por acumular recursos vultosos via poupança para garantir a continuidade de seus ganhos. Este grupo, quando se diversifica, tende a investir no setor imobiliário, fazendo com que sua diversificação não seja no âmbito da firma. É responsável também por uma atuação política onde intenta conseguir, via Estado, incentivos financeiros e fiscais. Em contrapartida, o homem de empresa, representante das firmas inovadoras, preocupa-se em diferenciar seu produto, reduzir custos e, além disto, promover parcerias, seja com o capital estrangeiro, seja com outros capitais nacionais. Ambos, contudo, têm uma preocupação em interferir no ambiente político com vistas a não sofrerem modificações bruscas no andamento de seus negócios.

Outro diferencial marcante entre estes dois tipos de empreendedores, segundo o autor, é no que tange à suas influências no Estado.⁹ O primeiro analisa o Estado como responsável por perpetuar os ganhos da iniciativa privada, da forma que for possível. Só cabendo, todavia, ao Estado produzir nos setores onde não seria viável a empresa privada investir. Já o segundo grupo, caracteriza o Estado como o responsável por tornar as incertezas cada vez mais contornáveis, fazendo com que eles possam trabalhar suas previsões de negócios a médio e longo prazo. Assim, mesmo ambos tendo uma necessidade de influenciar politicamente, estes diferem na forma como atuarão.¹⁰

Em tal interferência política divergem também estes grupos quanto à proposta de desenvolvimento para a Nação. Enquanto uns são nacionalistas e acreditam que o

⁹ Para uma discussão mais detalhada sobre o Estado brasileiro na concepção do autor, ver: *Autoritarismo e democratização* (1975) e *A construção da democracia* (1993). Todavia, mesmo tendo cada momento histórico uma particularidade quanto à forma que o Estado deve tomar para responder aos anseios destas categorias de empreendedores, os capitães da indústria não divergem no fato de que "O Estado deve secundar a iniciativa privada, criando condições para que a indústria possa desenvolver-se plenamente no regime de liberdade." (Cardoso, 1963, 144) enquanto o primeiro grupo continua pleiteando ganhos via apoio do Estado, o segundo assinala o fato de que industrializar o país significa inseri-lo na prosperidade ocidental.

¹⁰ Mais do que isto, enquanto os capitães de indústria mostram uma certa dualidade a este respeito, ora reiterando a constituição do Estado patrimonialista, ora pleiteando o Estado protetor, os homens de empresa trabalham na perspectiva de articulação com o Estado com vistas a auferirem parcerias com o capital estrangeiro e uma boa base de financiamento. Ver: DRAIBE (1985) e MARTINS (1985). São autores que adentraram a discussão do estado brasileiro.

desenvolvimento está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento econômico independente/autóctone, sob a égide das empresas nacionais, outros acreditam que o desenvolvimento econômico tende a ser aquele expresso pelos caminhos seguidos pelas economias centrais, onde o que é fundamental é a relação/associação da economia nacional com o resto do mundo – internacionalistas.

E é desse choque de interesses, advindo das diferentes estratégias empresariais, que vai surgir uma proposta de desenvolvimento nacionalista ou internacionalista.

Para Cardoso, os empreendedores são tipicamente internacionalistas. Ou seja, vislumbram na associação com o capital internacional, uma perspectiva de continuidade de ganhos advinda da evolução do processo capitalista em um ambiente global.

1.4. O desenvolvimento capitaneado pela burguesia no longo prazo

A fragilidade da burguesia industrial em sustentar um projeto de industrialização da economia, anteriormente associada às motivações e aos interesses do tipo tradicional, clientelista inclusive, por um lado, e ao capitalismo internacional ao qual se associou para crescer economicamente, por outro lado, demonstra sua vulnerabilidade enquanto classe dominante para alavancar uma proposta de desenvolvimento. Nesses termos,

“para afirmar-se como classe politicamente dominante e para se expandir economicamente, a burguesia industrial é forçada a apoiar reformas e medidas que contrariam os grupos de dominação tradicional, mas, em seguida, neste mesmo movimento de modernização vê-se embaraçada com os únicos aliados com que pode contar nas situações-limites: as forças urbanas e populares.”
(CARDOSO, 1963, 197)

Mas, segundo Cardoso, na medida em que as alianças com grupos internacionais forem responsáveis pelo crescimento industrial, as diferenças neste

grupo tenderão a desaparecer, estando então a burguesia industrial apta a sustentar um projeto de desenvolvimento.¹¹

Conforme Cardoso, para que as empresas tradicionais não fiquem somente com a parte da demanda marginal do mercado, e futuramente não sejam totalmente destruídas, é necessário que estas associem-se a outras firmas, de preferência já com *know-how* adquirido e com uma boa quantia de capital. Para tanto, as técnicas tradicionais de gerenciamento devem ser substituídas por técnicas modernas e o empreendedor deve interferir economicamente nos mercados onde atua intentando não sofrer maiores danos financeiros a longo prazo.

“É preciso insistir em que não se pode conceber a dinâmica dos capitais, mas o capital nada mais é do que a expressão de um modo de relação entre os homens. Neste modo de relação, uma classe social empreende, através de seus líderes, formas de combinar e dominar os homens e a natureza no processo produtivo. Para obter mais êxito nos empreendimentos alguns inovam, seja realizando combinações novas, aumentando o domínio técnico sobre os fatores da produção, na era da economia concorrencial e do pensamento inventivo, seja arquitetando o domínio das posições-chave da sociedade pelas empresas, na época das grandes companhias e do pensamento ao nível da planificação” (CARDOSO, 1963, 45)

Ao estruturar suas metas desta forma, o empresário industrial terá de utilizar novos métodos de gestão, pondo em xeque as formas tradicionais de gestão, onde cabia aos laços familiares a liderança das empresas. Assim, tal parceria seria responsável por promover a modernização das técnicas de gestão, dando margens, desta forma, a um avanço qualitativo em termos de mentalidade empresarial, na concepção do autor.

Esta nova mentalidade, para o autor, por sua vez, é o verdadeiro alavancador do desenvolvimento capitalista para a economia brasileira, uma vez que traz não só a

¹¹ Parece que aqui já encontramos a raiz do pensamento de Cardoso em que o capital estrangeiro é bem vindo no sentido de internalizar as forças produtivas capitalistas, objetivando alçar o Brasil a uma nova posição nas relações econômicas internacionais. Ver também os artigos do autor contidos na coletânea “A construção da democracia”. (1993)

ousadia mas a integra a uma conduta política capaz de mostrar às demais classes sociais que este projeto favorecerá a toda a Nação¹².

Sendo assim, com as transformações na conduta das ações dos agentes que operam na economia brasileira,

“...a diferenciação da estrutura produtiva e a economia de custos tornam-se fundamentais entre as práticas que possibilitam o desenvolvimento. Ora, as decisões de tipo tradicional, fomentadas pela estrutura de controle familiar das empresas, impedem que estes objetivos sejam alcançados com a rapidez possível. Para atingi-los é preciso modificar também a forma de gerir os empreendimentos”. (CARDOSO, 1963, 132)

Fica claro pois, em sua análise, que empresas que optam pela rotina são tradicionais, não contando com técnicos especializados, sendo guiadas pelo patriarca da família e por seus parentes. Por outro lado, a empresa inovadora, descentraliza suas direções primando por técnicos especializados e parcerias, principalmente com o capital estrangeiro; diversificando, portanto, sua área de atuação tanto no mercado quanto na forma de gestão. Ressaltando o autor, entretanto, o desaparecimento gradual do primeiro tipo e do fortalecimento subsequente do segundo tipo de empreendedor.

Enfatizamos ainda o fato de existirem pressões externas à firma que fazem com que esta modifique sua forma de atuação no mercado. A falta de capital para reinvestimento, de *know how*, dentre outras variáveis, são alguns destes fatores. A inserção das multinacionais na economia brasileira juntamente com a mudança tecnológica que ocorreu, após 50, favoreceram o surgimento das SA's, fazendo com que as empresas tradicionais repensassem sua gestão empresarial. Um exemplo típico disto é a constituição de economia mista.

É necessário pensar, segundo Cardoso, a longo prazo na modificação total da estrutura empresarial nacional, onde cada vez mais o padrão tradicional de gestão cede lugar à parceria (mista) ou à modernização completa. Isto ocorre porque a

¹² Percebe-se aqui um intento de Cardoso em demonstrar que a burguesia industrial pode objetivar promover um projeto de desenvolvimento para a economia brasileira, desde que trabalhe politicamente uma associação com o capital internacional.

economia de custos juntamente com a diferenciação da estrutura produtiva (técnica e gerencial), são os fatores que realmente possibilitam o desenvolvimento.

A mentalidade empresarial, cuja função fundamental é pensar estratégias que possibilitem a empresa estar à frente dos concorrentes, garantindo uma posição mais vantajosa, existe nos dois tipos de empresa. A grande diferença é que na tradicional existem fatores externos à mentalidade inovadora empresarial que podem inviabilizar certas atitudes modernizadoras, como por exemplo, quantidade de capital necessário para reinvestimento e *know how*.

O processo de substituição de importações (ISI), por exemplo, que poderia ter sido o alavancador do desenvolvimento em todos os setores, foi na verdade um fator responsável pela continuidade, em alguns setores, da permanência de formas tradicionais de gestão. Como o lucro, neste período, continua relacionado à rotina e não à produção capitalista desenvolvida, ocorrem distorções nas potencialidades do crescimento industrial, fazendo com que o país não atinja uma política efetiva de modernização.

Em suma, segundo Cardoso é necessário analisar a conduta empresarial em diferentes momentos históricos para entender a forma de desenvolvimento contida no processo de evolução capitalista. Ou seja, a forma como a burguesia industrial se posiciona política e ideologicamente, juntamente com sua verdadeira atuação no mercado, é o que projeta o tipo de desenvolvimento econômico.

Portanto, é devido à fragilidade deste grupo que a economia brasileira expressa sua forma peculiar de se desenvolver. Tendo em vista o jogo de interesses que está por trás de cada posição, ora este grupo se relacionando com setor tradicional ora com o capital estrangeiro, percebe-se a fragilidade das propostas de desenvolvimento capitaneadas pelas distintas burguesias industriais brasileiras.

A temática de desenvolvimento até então não foi levada a cabo por este grupo principalmente pela sua heterogeneidade. Mas, se a hipótese de que os empresários tradicionais vão perdendo cada vez mais espaço para os empreendedores modernos, estiver correta, Cardoso reforça a convicção de que aí sim poderá ocorrer um projeto

de desenvolvimento advindo desta classe. Internalizadas as forças capitalistas, e tendo este grupo preparado o terreno para atuar de maneira inovadora, o desenvolvimento torna-se somente uma questão de tempo, uma vez que este grupo tenderá a projetar uma proposta efetiva de desenvolvimento não mais capitaneado pelo Estado, mas sim, pela relação entre o capital privado nacional e o capital internacional.

Na verdade, não se quer com isso ressaltar a relevância de uma única classe nesse projeto mais amplo de desenvolvimento econômico, até mesmo porque

“...na medida em que o desenvolvimento econômico é um processo social, os movimentos sociais, enquanto fatores sociais totais, constituem o ponto de interseção a partir do qual se desvenda a natureza e o sentido do processo de desenvolvimento.” (CARDOSO, 1963, 194).

Mas sim, o fato de que se tal classe conseguir adquirir uma identidade que pleiteie seus objetivos de maneira racional e política, esta conformação entre as classes pode promover um tipo de desenvolvimento que não ocorreu até então.

Desenvolvimento e empresário industrial tenderão, no longo prazo, a conjugar o mesmo processo histórico no caso da evolução das forças capitalistas de produção da economia brasileira. Conforme salienta o autor,

“...na medida em que o próprio crescimento industrial tem-se verificado em moldes que forçam as alianças de grupos industriais brasileiros com grupos internacionais, cada vez mais as diferenças ideológicas entre grupos de industriais tenderão a desaparecer em nome da condição comum de capitalistas”. (CARDOSO, 1963, 183)

1.5. Considerações Preliminares

O que Cardoso enfatiza no decorrer deste livro é o fato de que, cada vez mais, a conduta empresarial na economia brasileira é verdadeiramente capitalista, mostrando que, a longo prazo, a perspectiva de classe pode ser modificada, contando com uma homogeneidade no que tange à proposta de política industrial que esteja inserida no projeto mais amplo de desenvolvimento econômico, capitaneado pela burguesia.

Isto, por sua vez, solidifica uma aliança entre capital nacional privado e capital internacional, o que possibilitará a melhoria tecnológica do parque industrial brasileiro, e, conseqüentemente, as alianças de uma classe em torno do progresso técnico. Em outras palavras, se no passado recente a burguesia não aspirava uma nova posição na forma como atuar no mercado brasileiro, repensadas as possibilidades de tal classe se firmar enquanto agente transformador, isto necessariamente terá que ocorrer para que suas propostas tenham uma certa identidade. Utilizando o autor,

“...após uma minuciosa dissecação da burguesia industrial brasileira, o ‘empresário’ conclui que essa classe não aspirava a realizar qualquer ruptura com as oligarquias agrárias numa revolução burguesa, que a aproximaria do proletariado. Muito menos havia qualquer intenção de afastar-se do capital estrangeiro, do qual ela queria mais era se tornar sócia, se não nas empresas, pelo menos no processo de acumulação.” (MANTEGA, 1997, 132)

Para obter êxito na sua nova forma de atuar, a burguesia deveria pensar em um processo de desenvolvimento que primasse pela estruturação de uma proposta centrada na relação com o capital internacional.

O grande problema do desenvolvimento brasileiro está no fato de que o processo de industrialização via substituição de importações, para além de ser capitaneado pela burguesia industrial empreendedora, foi movido pelo jogo de interesses desta classe ora aliando-se ao capital estrangeiro ora pleiteando uma estratégia nacionalista por parte do Estado. Assim, a particularidade do desenvolvimento desta economia está no fato de que,

“...no Brasil a passagem da economia agrário-exportadora para uma economia em vias de industrialização verificou-se em dois momentos. No primeiro momento as pressões desenvolvimentistas surgiram fora do setor privado da economia, como uma aspiração política de emancipação econômica. No segundo momento, a burguesia industrial, associada a grupos econômicos estrangeiros, passou a tentar dirigir o processo de desenvolvimento em benefício do setor privado de produção.” (CARDOSO, 1963, 195)

A perspectiva do autor, feitas as considerações acerca do perfil da classe industrial brasileira, longe de ser a mesma do nacional desenvolvimentismo, ancora-se no fato de que, se até o momento (1963) esta classe não foi responsável por um

projeto de desenvolvimento. Sustentando Cardoso que após internalizadas todas estas transformações próprias do empreendedor capitalista, o desenvolvimento ocorrerá. Isto se deve principalmente ao fato de que, até então, tal classe somente respondeu às modificações do âmbito produtivo trazidas pelas indústrias estrangeiras, não tendo ainda a autonomia de um projeto próprio para continuidade de sua atuação no mercado. Citando o autor,

“...as dificuldades da definição de uma política coerente com os interesses próprios exprime, no fundo, a incoerência dos próprios interesses da burguesia industrial: para desenvolver de fato a economia nacional ela precisa apelar para a interferência de grupos que lhe são estranhos, que nem sempre têm interesses em desenvolver a economia do país em termos que permitam sua hegemonia.”
(CARDOSO, 1963, 188)

Interpretamos tal postura como internacionalista, uma vez que internalizadas as forças capitalistas de produção, e modificada a mentalidade do empresário, a economia está apta a dar o salto quantitativo e qualitativo em prol do progresso técnico.¹³

Nesse sentido, não importa para Cardoso que a tão almejada revolução burguesa aconteça ou não. Muito menos que se tenha uma perspectiva de desenvolvimento advinda do proletariado. Pois, segundo o autor a fragilidade do proletariado está relacionada ao fato de que com a evolução do capitalismo, foram degenerando todas as conquistas trabalhistas conseguidas em determinados momentos históricos, fragilizando também esta classe no sentido de um projeto próprio.

Desenvolvimento e empresário industrial podem constituir-se, para Cardoso, numa verdadeira proposta de desenvolvimento para a economia brasileira, desde que para tanto tal grupo tenha em mente uma perspectiva capitalista sobre seus

¹³ Neste ponto percebemos um fio condutor que vai adiante nas demais análises que faremos dos escritos de Cardoso: ao invés de trabalhar com a perspectiva cepalina, na qual o capital estrangeiro era tido como o grande responsável pelo não desenvolvimento da economia brasileira, para o autor investigado, o grande problema estava no fato de que nenhuma classe, apesar da heterogeneidade empresarial brasileira, foi responsável por tomar a frente no processo de desenvolvimento da economia brasileira.

empreendimentos. Assim, mesmo que tardiamente, poder-se-á verificar na economia brasileira um avanço das bases tecnológicas que permitirá uma melhor posição nas relações econômicas internacionais, dado que a constituição de empresas mistas (nacionais e estrangeiras) tende a favorecer a comercialização brasileira.

Mais do que isto, as estratégias viáveis de desenvolvimento para economias como a brasileira, centram-se cada vez mais, com a evolução do modo de produção capitalista, na associação entre capital nacional e internacional. Assim sendo, a perspectiva do empresário inovador brasileiro deve ser a de ganhar cada vez mais espaço competitivamente desde que seus interesses estejam diretamente associados aos interesses dos investidores internacionais.

CAPÍTULO 2

DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

2.1. Comentários iniciais

O objetivo desse capítulo é o de mostrar, a partir da análise de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, publicado no Brasil em 1967, a sustentação da hipótese desse trabalho no que diz respeito à perspectiva internacionalizante de Fernando Henrique Cardoso.

Para tanto, é necessário que se faça um resgate da perspectiva original que possibilitou o desenvolvimento dependente e associado. Entender o porquê do problema do desenvolvimento latino-americano, em especial o brasileiro, estar centrado na especificidade da conformação política e social nacional, ao invés de priorizar a discussão da tendência negativa do imperialismo nestas economias, torna-se fundamental, segundo Cardoso.

Vale ressaltar, entretanto, que a corrente dependentista deu margem a várias vertentes de pensamento, não se tornando, dessa forma, homogênea em seus postulados básicos. Se por um lado tem-se a perspectiva do internacionalismo de Cardoso, por outro tem-se a perspectiva da super-exploração de Rui Mauro Marini, dos conglomerados multinacionais de Teófilo dos Santos e a teoria imperialista de Gunder Frank. Mas, para este presente trabalho, não se busca relatar cada uma dessas correntes de pensamento, nem mesmo contrastá-las, e sim, esmiuçar, da melhor maneira possível, as idéias de Fernando Henrique Cardoso.

Reforçando a análise feita no capítulo anterior, o autor persiste no argumento de que é a fragilidade das classes nacionais em ordenar uma proposta de desenvolvimento que vai mostrar a peculiaridade do caso brasileiro.

Para o entendimento da fragilidade do desenvolvimento das economias latino-americanas, Cardoso parte para uma análise histórica e estrutural tentando verificar onde se sustentavam as limitações da perspectiva nacional-populista, que se centrava

no desenvolvimento autóctone, mostrando que política e economicamente, não há como pensar na questão do desenvolvimento se este não estiver estritamente relacionado às tendências mundiais.

Assim, desenvolvimento dependente e associado é, segundo os autores, a única alternativa para que estas economias consigam obter ganhos no comércio internacional, uma vez que a internacionalização das economias, e a tendência à unificação dos mercados torna-se pressuposto fundamental da nova perspectiva imperialista. Ao invés de lutar contra a atual ordem mundial, torna-se condição *sine qua non* juntar-se a ela para que se consiga conciliar as crises e os ganhos mundiais, com as vantagens competitivas que as empresas pretendem adquirir internamente.

A nova situação de dependência, portanto, está centrada na nova dinâmica do processo capitalista, uma vez que a relação entre nações deixa de ser meramente uma troca entre países de produtos primários e manufaturados, e passa a ser efetivada pelo investimento direto estrangeiro no interior das economias periféricas. A dependência, então, recebe uma nova configuração, dado que a integração entre os países permite uma nova forma de desenvolvimento sustentada no tripé produtivo, capital nacional privado, capital internacional e Estado¹⁴.

Mais do que isto, veremos ao final deste capítulo, que Cardoso já começa a dar claras evidências de que o conceito de dependência deve dar espaço a uma nova perspectiva, dado que a partir de meados dos anos 40, tem-se uma tendência ao espaço uno, nas relações econômicas internacionais, pressupondo um certo tipo de interdependência.

2.2. Crítica ao estruturalismo cepalino¹⁵

Dependência e desenvolvimento na América Latina, foi escrito por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto¹⁶, a partir da necessidade de uma análise crítica

¹⁴ CARNOY (1988), faz um excelente apanhado sobre as diferentes teses concernentes ao papel do Estado na economia, perpassando desde o iluminismo, até alcançar o marxismo contido em Gramsci e o estruturalismo dos europeus.

¹⁵ Para uma investigação mais pormenorizada sobre a perspectiva estruturalista ver: PREBISCH (1949); RODRIGUEZ (1981); BORGES (1988) E BIELSCHOWSKY (1995).

quanto ao tipo de desenvolvimento alcançado, até então, pelos países da América Latina, e também a forma como este foi conduzido.

Tendo em vista o enfoque estruturalista-cepalino, cuja ênfase principal foi dada pela perspectiva do desenvolvimento autóctone, via substituição de importações, com ampla participação do Estado, os autores objetivaram nesse trabalho realçar a fragilidade do desenvolvimento nesta região, a partir de variáveis internas, mostrando o reducionismo analítico da perspectiva cepalina. Nas palavras dos autores, "a noção de centro e periferia destaca as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência". (CARDOSO, 1981, 27)

Na verdade, ao analisarmos os escritos de Prebisch, verificamos que este sustentava, desde o começo, a necessidade da resolução de dois problemas para que se conseguisse romper com a relação dispare entre centro e periferia: necessidade de internalizar o progresso técnico e de redistribuir a renda. Acusar, portanto, o pensamento estruturalista de ser economicista em sua análise é responsabilizá-lo por um equívoco, que pelo menos teoricamente, ele não cometeu.

Acreditamos, portanto, que o diagnóstico estruturalista quanto ao problema do desenvolvimento latino-americano estava correto. O que ocorreu, isto sim, foi que os formuladores de política econômica, do período de substituição de importações não sabiam como lidar com esta problemática. Assim, objetivaram endogeneizar o progresso técnico, via processo de industrialização substitutiva, mas não resolveram o problema da concentração de renda.

E, ao efetivarem toda a conduta apregoada pelo receituário cepalino, tanto no que diz respeito às necessidade de poupança interna e internalização do departamento responsável pela produção de bens de capital e de bens intermediários (DI), quanto no que tange ao aumento do consumo interno, os estruturalistas acreditavam que, necessariamente, resolver-se-ia a questão da concentração de renda, a partir de uma

¹⁶ Nos referiremos neste capítulo exclusivamente a Cardoso no que tange ao receituário desenvolvimentista contido neste livro, por ser este autor o objeto mesmo de nossa reflexão. Não se intenta com isto, entretanto, deixar de enfatizar a importância de Faletto na composição desta obra,

tendência ao aumento do nível de emprego, advindo do aquecimento do parque produtivo nacional.

Entretanto, ao final dos anos 50, época áurea do nacional desenvolvimentismo, constatamos que esta perspectiva não foi suficiente para romper com o atraso bem como com a relação de subordinação das economias periféricas nas relações econômicas internacionais. Mas esta insuficiência está diretamente relacionada à falta de uma conduta econômica (ausência de uma política industrial seletiva) condizente com os problemas do conflito distributivo, e não especificamente ao fato dos estruturalistas reduzirem sua análise ao plano econômico.

Cardoso, ao contrário, sustenta que a questão econômica está resolvida em alguns países, faltando, especificamente, uma abordagem das fragilidades existentes nestas economias concernente à conformação das classes sociais e à forma como seus interesses estão representados no interior do Estado.

Sendo assim, deveria ser feito o seguinte questionamento, segundo o autor:

“...se é verdade que as condições econômicas dos países mais prósperos da área apontavam para o desenvolvimento até meados dos anos 50, seria possível manter a hipótese de que faltaram as condições institucionais e sociais que haveriam de permitir que as condições econômicas favoráveis se traduzissem em um movimento capaz de garantir uma política de desenvolvimento, ou havia na realidade um erro de perspectiva que permitia crer possível um tipo de desenvolvimento que era irrealizável economicamente?” (CARDOSO, 1981, 12)

Se o ambiente interno e externo eram favoráveis ao desenvolvimento nacional e o processo de substituição de importações objetivou endogeneizar o progresso técnico nas economias latino-americanas, a partir da industrialização, por que é que os problemas referentes ao desenvolvimento dessas economias não foram resolvidos?

Segundo o autor, e este vai ser o fio condutor de sua análise neste livro, mesmo havendo alguns países da América Latina conseguido alcançar bons patamares em índices econômicos tradicionais de desenvolvimento, não se alcançou

mas sim, de especificar, ainda mais, a linha de encadeamento do pensamento de Fernando Henrique

romper com a relação dispare no cenário internacional, em termos de centro e periferia. A partir de uma melhor participação nas relações internacionais e alcançada a consolidação das distintas formas de relações entre as classes nesses países, tem-se a explicação dos condicionantes que propiciaram a continuidade da dependência dos países latino-americanos com relação às economias centrais.

Não são poucas as passagens em que Cardoso deixa claro que a discussão político-sociológica é a peça central da análise do desenvolvimento. Citemos ao menos uma:

“...ainda que os graus dos diversos países da região condicionem de forma diversa o crescimento econômico, não é suficiente substituir a interpretação econômica do desenvolvimento por uma análise sociológica. Falta uma análise integrada que forneça elementos para dar respostas de forma mais ampla às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação dos países latino-americanos, e que responda às perguntas decisivas sobre seu sentido e suas condições políticas e sociais.” (CARDOSO, 1981, 15)

Acreditamos que ao partirem do pressuposto de que economicamente havíamos atingido, pelo menos no caso brasileiro, um desempenho econômico satisfatório deixando de lado variáveis fundamentais na análise do desenvolvimento, os autores não alcançam, em sua amplitude, a discussão do nível econômico bem como de seus conflitos inerentes.

Ao fazerem uma análise limitada economicamente, constatamos que para estes autores a questão da distribuição de renda não era um obstáculo ao processo de desenvolvimento. O problema estava centrado, isto sim, na fragilidade político-social das economias latino-americanas.

Se assim o é, parece evidente que a análise do desenvolvimento dependente e associado vai passar longe de uma abordagem kaleckiana do problema da concentração de renda. Ao contrário, pode haver desenvolvimento mesmo sendo a concentração inerente à evolução do capitalismo.

E, segundo a concepção de Cardoso, como economicamente os países latino-americanos, em especial o Brasil, já estão em condições de romper com o problema

do atraso econômico, uma vez que a partir do processo industrializante substitutivo foram internalizadas todas as pré-condições para o desenvolvimento capitalistas, a única questão que continua emperrando o processo é a fragilidade da conformação político-social.

Assim, ressaltando a relevância do pioneirismo de Raúl Prebisch, e da própria CEPAL, na discussão latino-americana sobre o desenvolvimento econômico, Cardoso¹⁷ conduz sua análise a partir das limitações da teoria estruturalista para entender quais as verdadeiras limitações do contexto latino-americano para que o desenvolvimento acontecesse de maneira desordenada, como o foi.

Acreditando nas limitações cepalinas tanto no que tange ao diagnóstico quanto no que diz respeito ao próprio enfoque, Cardoso estrutura seu livro com o intuito de mostrar o porquê de todas estas limitações na análise cepalina. A partir do processo de industrialização ocorrido na economia brasileira e demais economias, a partir dos anos 50, Cardoso mostra as contradições dos teóricos do desenvolvimento autônomo.

Inicialmente, Cardoso questiona a metodologia utilizada pela CEPAL ao utilizar um enfoque uno para toda a região no que tange ao desenvolvimento. Isto fez com que essa escola deixasse de analisar as especificidades das economias envolvidas neste processo, sustentando, de maneira equivocada o mesmo tipo de desenvolvimento para diferentes nações. Para Cardoso, ao não realçar as diferenças entre estas economias, a CEPAL não pôde perceber a principal relação que está por trás de qualquer desenvolvimento econômico: a articulação entre as classes.

É essa articulação que possibilitará entender, segundo Cardoso, o tipo de desenvolvimento e de relação com o capital estrangeiro, requerido por cada uma

¹⁷ Na verdade, o objetivo dos autores é o de tecer relevantes considerações para mostrar as inconsistências de um projeto nacional desenvolvimentista que teve sua "eutanásia" teórica decretada, na América Latina, a partir dos anos 60, após o processo de industrialização. Este livro teve como propósito mostrar que o pensamento estruturalista estava equivocado tanto no que diz respeito ao diagnóstico das economias periféricas, quanto e, principalmente, no que diz respeito à discussão do desenvolvimento a partir de variáveis estritamente econômicas.

destas economias, fazendo com que cada qual, tenha as suas próprias condições e limitações para alcançar um determinado tipo de desenvolvimento.

Além disso, ressalta Cardoso, a CEPAL restringiu-se a uma análise estritamente econômica do processo. Portanto, não enfatizou o fato de que a forma como está dividida a sociedade, em termos de conformação político-social, é o que trará o verdadeiro mote para o entendimento do atraso ou progresso referentes ao desenvolvimento, a partir do processo e industrialização pelo qual passaram as economias latino-americanas.

Na perspectiva dependentista de Cardoso,

"...trata-se, por conseguinte, de buscar uma perspectiva que permita vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos sociais e não só justapô-los. Isto supõe que a análise ultrapasse a abordagem que se pode chamar de estruturalista, reintegrando-a em uma interpretação feita em termos de processo histórico". (CARDOSO, 1981, 22)

Assim, ao analisar o problema de fora para dentro, ou seja, tendo no capital estrangeiro o grande vilão de todo o nosso processo de desenvolvimento, conformando uma situação de centro e periferia nas relações econômicas internacionais, o estruturalismo não pôde avançar na discussão do desenvolvimento, uma vez que não incorporou em sua análise as variáveis políticas e sociais, estas sim, primordiais para o entendimento da dependência econômica latino-americana, proveniente do avanço do capitalismo em escala mundial. Pois,

"...as duas dimensões do sistema econômico, nos países em processo de desenvolvimento, a interna e a externa, expressam-se no plano social, onde adotam uma estrutura que se organiza e funciona em termos de uma dupla conexão: segundo as pressões e vinculações externas e segundo o condicionamento dos fatores internos que incidem sobre a estratificação social". (CARDOSO, 1981, 37)

Diferentemente, portanto, dos estruturalistas, Cardoso caracteriza o desenvolvimento como sendo o

"...resultado da interação de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos,

cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema sócio-econômico. A estrutura social e política vai-se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade.” (CARDOSO, 1981, 22)

Mas, se por um lado, Cardoso avançou metodologicamente, como salientam alguns teóricos desenvolvimentistas¹⁸, ao não responsabilizar o setor externo pelo atraso das economias latino-americanas, em comparação aos estruturalistas, dado que não visualizava como antinômica a dicotomia “desenvolvimento nacional – dependência”, por outro lado, devemos nos perguntar o tipo de desenvolvimento almejado por essa nova linha de pensamento. Isto na medida em que Cardoso não leva em consideração duas questões fundamentais: a tendência inexorável à concentração de renda e à forma de atuação das grandes corporações, a partir do processo de internacionalização da economia. O que configuraria nosso desenvolvimento como excludente para grande parcela da população.

Parece, portanto, que a questão do caráter concentrador tanto do processo de desenvolvimento nacionalista quanto do desenvolvimento dependente e associado, não é uma questão relevante para Cardoso. Tentaremos elucidar a seguir quais são, por sua vez, os fatores fundamentais para que as economias latino-americanas alcancem o desenvolvimento, na concepção deste autor.

2.3. A perspectiva do desenvolvimento dependente de Cardoso

Levantadas estas limitações em textos anteriores, e iniciando sua análise a partir de uma abordagem sócio-política sobre o desenvolvimento econômico, Cardoso enfatiza a necessidade de entendermos os condicionantes externos e internos, bem como a relação existente entre ambos, para que se possa fazer uma análise mais acurada destas economias.

Na verdade, na discussão da dependência latino-americana,

“Deve-se ter em conta que o enfoque proposto neste ensaio não considera adequado, nem mesmo do ponto de vista analítico, separar os fatores

¹⁸ Vide GOLDENSTEIN (1994).

denominados externos dos internos, ao contrário, propõe-se achar as características das sociedades nacionais que expressam as relação com o externo. São justamente os fatores político-sociais que podem produzir políticas que se aproveitem da novas condições ou das novas oportunidades de crescimento econômico. (CARDOSO,1981,29)

A partir do conceito de dependência, Cardoso//abrange na discussão do desenvolvimento os aspectos deixados de lado pela CEPAL, explicitamente, e// sustenta-se na questão da necessidade do entendimento do processo político bem como da dominação econômica e social existente em cada uma das economias latino-americanas. Na verdade, a preocupação do(s) autor(es) era a de entender a interpretação global do desenvolvimento, a partir de uma historicidade deste processo na economia mundial¹⁹.

“Precisamente, o conceito de dependência pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado e busca-se estabelecer, por seu intermédio, as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos.” (CARDOSO,1981,23)

Ou seja, de acordo com a evolução das formas de produção e da propagação destas em escala mundial, a maneira como estas penetram nas economias em desenvolvimento está em estreita relação com os condicionantes internos que possibilitam um determinado tipo de absorção da produção das empresas transnacionais, de acordo com a estruturação político-social de cada economia. E,

“Ao considerar a situação de dependência, na análise do desenvolvimento latino-americano, o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais no mercado mundial supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos.” (CARDOSO,1981,30)

Destarte, a conceituação de Cardoso e Faletto sobre a dependência busca superar as caracterizações centradas nas antinomias – desenvolvimento-

¹⁹ FHC ressalta, neste escrito, a necessidade de se pensar na conformação social destas economias historicamente, com o intuito de mostrar se, internamente, as economias periféricas têm ou não possibilidades de um desenvolvimento não autóctone mas associado ao capital internacional.

subdesenvolvimento e centro-periferia - propondo um escopo analítico, que integre as variáveis (externas e internas), políticas, econômicas e sociais. Na verdade, esta conceituação parte do pressuposto de que para se entender a questão do desenvolvimento há que se resgatar o emaranhado de determinações estruturais.

Mais que a diferenciação econômica, apregoada pelos estruturalistas²⁰, o que precisa ser entendido e analisado é a diferenciação social, bem como o equilíbrio de poder entre os grupos sociais pertinentes a um certo desenvolvimento dentro de uma economia que atinge seu processo de industrialização numa fase em que o capitalismo monopolista está consolidado.

Na discussão da dependência, portanto, há que se centrar em um posicionamento teórico que possibilite

“...explicar o processo econômico como processo social; ou seja, requer-se buscar um ponto de interseção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta promover alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política.”
(CARDOSO, 1981,23)

Isto compreende, portanto, além do estudo da estrutura de dominação e de estratificação da sociedade, a constatação dos mecanismos de controle das decisões do sistema econômico em períodos determinados.

Partindo das transformações ocorridas na economia internacional - cabendo à transnacionalização das firmas as transformações principais das relações econômicas internacionais - o autor mostra que, na verdade, o problema do desenvolvimento capitalista nas economias periféricas não está na conduta dos agentes internacionais,

²⁰ Nesse sentido, para Cardoso, a CEPAL restringe sua análise à questão econômica, ficando incapacitada de tratar objetivamente da dinâmica do desenvolvimento latino-americano.

mas sim na forma como o Estado capitalista periférico alimentou um desenvolvimento concentrador e instável.

E ao invés de caracterizar o desenvolvimento como tendo que ser para dentro, como supunham os cepalinos, Cardoso sustenta que, a partir da dimensão internacional de reprodução do capital

“...torna-se necessário definir uma perspectiva de interpretação que destaque os vínculos estruturais entre a situação de subdesenvolvimento e os centros hegemônicos das economias centrais, mas que não atribua a estes últimos a determinação plena da dinâmica do desenvolvimento”. (CARDOSO, 1981, 30)

Donde,

“...os diferentes momentos históricos do capitalismo não devem ser estudados, ..., com o afã de encontrar sua repetição retardada nos países da periferia, mas para saber como se produziu, em cada momento particular, a relação entre centro e periferia”. (CARDOSO, 1981, 32)

Ou seja, a partir das peculiaridades do desenvolvimento próprias a cada economia há que ser analisada, dada relação existente entre os centros hegemônicos e as economias em desenvolvimento, a forma como estarão sendo determinadas as condutas empresariais que primam pela continuidade de seus ganhos nacional e internacionalmente.

Não sendo o capital externo o grande vilão da história, pensar desenvolvimento é conjugar uma estreita relação entre capital nacional privado, capital internacional e Estado, objetivando dar margens à internacionalização da economia brasileira com o intuito colocá-la no rumo certo do desenvolvimento capitalista. Para Cardoso, o desenvolvimento tem que ser industrializante-associado.

Percebe-se também a preocupação com o fato do desenvolvimento ser entendido para além da conduta econômica, resgatando-se a forma como esta se reflete na dominação de um determinado grupo, sobre outros, que se busca incorporar consequentemente, a um determinado projeto de desenvolvimento nacional (ainda que nacionalista). Mas não se deve esquecer que,

“...por trás das lutas e aproximações políticas que as condições atuais do enfrentamento entre as classes e grupos incentivam atualmente, continuam presentes as contradições gerais provocadas pelo funcionamento do sistema produtivo baseado nas grandes unidades monopolistas, e as específicas, que derivam das condições particulares de um desenvolvimento capitalista que depende tanto de capitais quanto de técnicas e formas organizatórias geradas nos pólos dominantes do capitalismo internacional.” (CARDOSO, 1981, 138)

Nesse sentido, entender a questão da conformação social é analisar se não foram os próprios agentes responsáveis tanto pelo período áureo de desenvolvimento latino-americano, os responsáveis pelo período de infortúnio pelo qual passaram estas mesmas economias, posteriormente.

Entretanto, para elucidar-se esta questão, há que se integrar a análise econômica à social, incorporando, ao mesmo tempo, na discussão do desenvolvimento, as especificidades de cada país concernentes à conformação social.

Em outras palavras,

“A problemática sociológica do desenvolvimento, entretanto, implica o estudo das estruturas de dominação e das formas de estratificação social que condicionem os mecanismos e os tipos de controle e decisão do sistema econômico em cada situação particular. Essa problemática compreende, necessariamente, a análise dos comportamentos políticos que incidem na relação entre as classes e grupos sociais que mantêm um padrão dado de controle e as que se lhes opõem real ou virtualmente.” (CARDOSO, 1981, 24)

Utilizando os argumentos de Cardoso, isto significa dizer que mais importante do que a diferenciação econômica, é a diferenciação social juntamente com o equilíbrio de poder existente entre os distintos grupos sociais, que vão especificar os diferentes tipos de desenvolvimento alcançados pelos países latino-americanos.

Para tanto, há que se analisar a forma como cada um desses países rompeu com o pacto colonial, consolidando um estilo de conduta política e econômica próprio, bem como a forma de vinculação dessa nova estruturação política, econômica e social, nas relações internacionais. Entender o perfil próprio destas economias e a forma como utilizam a disponibilidade de mão-de-obra abundante, de

produtos primários e de terras apropriáveis, torna-se condição *sine qua non* para desvendar as características de desenvolvimento alcançadas por estas economias.

Pois,

“O reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais do que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. (CARDOSO, 1981, 26)

Dadas as peculiaridades de cada economia, a dinâmica do atraso econômico deve ser buscada, necessariamente, nas fragilidades e potencialidades internas do sistema político e social, haja vista que as decisões de investimentos dependem das equações sócio-políticas.

Mais que isto,

“É preciso, pois, redefinir a situação de subdesenvolvimento, levando em consideração seu significado histórico particular, pondo em dúvida os enfoques que a apresentam como possível modelo de ordenação de variáveis econômicas e sociais. Nesse sentido, há que se distinguir a situação dos países subdesenvolvidos, com respeito aos sem desenvolvimento, e em seguida diferenciar os diversos modos de subdesenvolvimento segundo as relações particulares que esses países mantêm com os centros econômica e politicamente hegemônicos”. (CARDOSO, 1981, 25)

No caso brasileiro, especificamente, a fragilidade da articulação das classes, estando o setor empresarial ora aliando-se ao grupo exportador tradicional, ora vinculando-se à burguesia internacionalizada, ao contrário de ser um empecilho ao desenvolvimento no momento de desenvolvimento para fora, foi uma alternativa, uma vez que possibilitou várias formas de atuação entre os diversos setores nascentes.

Na verdade, a política de substituição de importações, iniciada na era Vargas, com um *slogan* populista, mostrou suas limitações posteriormente, principalmente no que tange à incorporação das massas no pacto desenvolvimentista. O que foi

possibilitado neste governo (30-45) foi a consolidação do mercado consumidor interno e da burguesia industrial, na conformação do jogo de poder estruturado neste período.

A industrialização substitutiva promoveu acordos entre vários setores da economia, visando o novo equilíbrio de poder entre as camadas sociais economicamente imperantes, especificando os grupos tomadores de decisões, e os grupos marginais deste processo de absorção das condutas capitalistas de produção.

A partir desta constatação, impõe-se a reestruturação do Estado e de seu padrão de regulação do sistema produtivo, bem como das conformações necessárias entre as distintas classes sociais, para que o capitalismo fosse aceito como uma condição inevitável de inserção nestas economias. As economias latino-americanas, portanto, deveriam repensar sua inserção no mercado mundial, abandonando as propostas de desenvolvimento autônomo, integrando-se ao sistema mundial.

Segundo Cardoso, nessa nova ótica permanece consistente o conceito de dependência, uma vez que a caracterização da situação do desenvolvimento requer uma estreita relação entre a conduta política e a conformação da estrutura de classe. Junto a isto, mostrará o tipo de vinculação possível com os centros hegemônicos tanto para as transações comerciais quanto para a sinergia entre os diferentes países, no que se refere à transferência de *know how* e especializações em geral.

2.4. Economia de enclave e demais economias latino-americanas

É distinto o modo como cada estado nacional latino-americano irá se constituir logo após a ruptura com o pacto colonial. A desarticulação entre o sistema econômico e o sistema político, possibilitaram formas de desenvolvimento características em cada uma das economias, num momento onde as mesmas se constituem como nações autônomas no comércio internacional. Ou seja, a independência fez com que grupos determinados dentro das economias coloniais estruturassem um sistema de controle político e econômico, com vistas a reorientar suas transações com o mercado externo. Nas palavras do autor,

“...a ruptura do pacto colonial e a formação dos Estados nacionais implica, portanto, um novo modo de ordenação da economia e da sociedade na América Latina. Por seu intermédio, os grupos que controlavam o setor produtivo-exportador das economias locais tiveram que assegurar vinculações e definir novas relações político-econômicas num duplo sentido: reorientando as vinculações externas na direção dos novos centros hegemônicos; constituindo internamente um sistema de alianças com oligarquias locais que não estavam diretamente integradas ao sistema produtivo-comercializador ou financeiro voltado para fora.” (CARDOSO, 1981, 40)

Além disso,

“ A ruptura do pacto colonial permitia o fortalecimento dos grupos produtores nacionais, posto que o novo pólo hegemônico não interferia, e, pelo contrário, em certos casos, até podia estimular a expansão do sistema produtivo nacional. Esse fortalecimento dependia da capacidade dos produtores locais para organizar um sistema de alianças com as oligarquias locais que tornasse factível o Estado nacional. (CARDOSO, 1981, 43)

A inserção no mercado externo se dará com maior ou menor grau de dependência e vulnerabilidade de acordo com a estrutura social de cada economia. Nesse sentido, as economias latino-americanas cuja debilidade dos grupos internos para estruturarem núcleos produtivos e comerciais, fez com que prevalecesse o prolongamento dos ganhos das economias centrais, ficando estas responsáveis no interior das economias periféricas, tanto por parcelas decisivas das decisões de investimentos, quanto pela forma assumida nas transações comerciais com as demais economias. Esse é um exemplo específico de economia de enclave com as prevacentes na América Central.

No outro extremo, encontram-se as economias que realizavam o controle do processo produtivo internamente, com autonomia de decisão na análise do investimento, mesmo estando as economias periféricas dependentes das economias centrais no que diz respeito à comercialização de seus produtos de exportação e ao financiamento do investimento. Assim,

“...a vitalidade da integração econômica das economias locais ao mercado mundial, como economias dependentes, mas em desenvolvimento, relaciona-se estritamente à capacidade do grupo produtor nativo para reorientar seus

vínculos políticos e econômicos no plano externo (setor financeiro e comercial) e interno (ordem nacional e formação de um Estado através de lutas e alianças com as oligarquias excluídas do setor exportador, ou que desempenham nele um papel secundário.” (CARDOSO, 1981, 46)

Entender como estarão expressos os interesses no interior de cada economia após a *independência*, ressaltando os aspectos que facilitam uma relativa autonomia ou uma subordinação no processo de tomada de decisão dos Estados Nacionais, tanto no que tange à produção quanto no que diz respeito a forma de associação com o capital internacional, é fundamental para a caracterização das peculiaridades de cada forma de desenvolvimento executada pelas distintas economias latino-americanas.

Reforçando a sustentação teórica desenvolvida no livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Cardoso argumenta que,

“A hipótese desenvolvida neste trabalho postula que os padrões de integração social e os tipos de movimentos sociais, por intermédio dos quais se foi diferenciando a vida política e o perfil das sociedades latino-americanas, assumiram conotações distintas conforme se tratasse de países onde foi possível manter o controle nacional do sistema exportador ou, pelo contrário, naqueles onde a economia de enclave prevaleceu na fase de crescimento para fora.” (CARDOSO, 1981, 53)

Ante as peculiaridades próprias de cada processo de desenvolvimento constata-se que

“...a mudança das estruturas sociais, longe de ser somente um processo acumulativo no qual se agregam novas variáveis que se incorporam à configuração estrutural, implica fundamentalmente um processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns destes tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria.” (CARDOSO, 1981, 18)

Especificamente nos países que conseguiram exercer controle nacional do sistema produtivo, verificam-se dois casos distintos de promoção do desenvolvimento. Tem-se o exemplo da economia argentina, cujo setor exportador constituiu internamente um setor financeiro, e pôde, dada a monopolização do mercado interno, predominar frente aos demais grupos produtivos. E, contrariamente,

tem-se o caso brasileiro onde, dada a fragilidade da fração hegemônica do estamento dominante em liderar um projeto revolucionário, consolida-se um pacto social de distintas conformações, promovendo a ausência de um projeto desenvolvimentista capitaneado por esta classe.

Segundo Cardoso, essa distinção nos mostra que, se por um lado a economia argentina é menos débil do que a brasileira no que tange ao poderio econômico de uma determinada classe, por outro, isto pode fazer com que a Argentina se torne mais vulnerável no momento de crise mundial, uma vez que a pouca diversificação de seu mercado produtivo, faz com que ela dependa totalmente do dinamismo deste setor. Pois, a debilidade desta classe hegemônica buenosairense ocorre "...sem que tal monopólio de classe fosse a expressão de uma burguesia vigorosa; antes o foi de um setor agro-exportador controlado pelos mesmos grupos sociais que detinham a propriedade da terra". (CARDOSO, 1981, 57).

Nesse sentido, o que parecia ser um imperativo de sucesso no caso argentino, torna-se uma verdadeira armadilha, implicando em uma crise econômica para este país, no período da crise de 29 e nos períodos subsequentes.

A economia brasileira, em contrapartida, ao não possuir uma classe hegemônica responsável pelo dinamismo produtivo, tende a sair-se melhor num contexto de crise, dado que possui efetivas possibilidades de constituição de novos grupos produtores. Segundo Cardoso,

"No Brasil, se bem que os grupos engendrados pela expansão urbano-industrial da época são mais débeis que na Argentina, também a unidade das classes dominantes é mais frágil. E, por outro lado, quando se delineia a possibilidade da transição política em benefício dos grupos não-oligárquico-exportadores, a pressão operário-popular não alcança o mesmo ímpeto da Argentina."

(CARDOSO, 1981, 72)

No caso brasileiro houve a constituição de núcleos industriais em decorrência da expansão do setor exportador, configurando o surgimento de novos grupos sociais. Nas palavras do autor, "o sistema exportador diversificou-se, dando lugar a

setores paralelos, e ademais possibilitou a formação de um setor produtivo voltado para o mercado interno”. (CARDOSO,1981,58)

A Era Vargas (30-45) nada mais foi do que a tentativa de fazer com que o Estado conseguisse exercer a função de aglutinar as demandas nascentes, conseguindo uma aliança entre os setores tradicionais exportadores e a burguesia industrial nascente. Essa perspectiva populista do governo Vargas fez com que aos poucos fosse resgatada a aliança com o próprio setor cafeicultor decadente, sendo esta conduta política fundamental para a perspectiva nacionalista do Presidente.

Nesse sentido, no caso brasileiro,

“A dimensão nacional do desenvolvimento e a condução clara do Estado para uma situação de prosperidade eram um imperativo para um país que se urbanizava, que tinha sua economia agrária anterior deteriorada e não dispunha de um setor capitalista que tivesse acumulado o suficiente para responder rapidamente às exigências maciças de emprego.” (CARDOSO,1981,105)

O que Cardoso deseja mostrar nessa distinção entre o processo de desenvolvimento latino-americano, é o fato de que, devido à conformação interna do pacto social – relação efetiva do Estado, grupo social dominante e mercado externo – os países enfrentam de maneira distinta a crise mundial de 29, conforme as possibilidades estruturais existentes, de acordo com suas especificidades. Nas palavras do autor,

“Deve-se buscar essas opções históricas feitas concretamente em função dos interesses dos grupos politicamente dominantes, para compreender a particularidade do processo social frente a todos os países da região, na medida em que todos estavam vinculados às economias centrais de modo similar: como seus dependentes. (CARDOSO,1981,74)

Mais do que isto, a economia argentina contava com uma classe dominante e não conseguiu superar a crise dos anos 60. No caso brasileiro, a diversificação da classe empresarial – empresários tradicionais e modernos -foi o que possibilitou que esta economia conseguisse superar a crise. No caso brasileiro a determinação política, segundo Cardoso, foi o que determinou a possibilidade do processo de desenvolvimento no período posterior à crise.

Na verdade,

“...a análise comparativa do grau de diferenciação da estrutura produtiva alcançado pela economia argentina durante a década de 30 e, por outro lado, pelo Brasil, indica claramente que as diferenças, tomadas ao nível puramente econômico, foram relativamente secundárias para explicar a presença de uma política de consolidação do mercado interno e de desenvolvimento industrial. O maior avanço relativo da estrutura produtiva anterior da Argentina não lhe assegurou uma política industrializadora mais audaz que a posta em prática no Brasil, onde se alcançou nos primeiros anos da década de 30 um esquema político-social que, a partir de então, dava mais viabilidade à consolidação do mercado interno, enquanto que na Argentina tais possibilidades não se delinearão antes dos anos 40.” (CARDOSO, 1981, 74)

Toda essa distinção no caráter específico do desenvolvimento das economias da América Latina se dá no período denominado de desenvolvimento para fora. Economias de enclave e economias de produção controlada nacionalmente, acabam tendo características distintas, mostrando suas limitações nas relações com o mercado internacional. E, para que se possa entender as diversas formas de dependência, faz-se necessário analisar, historicamente, como estavam constituídas internamente estas economias, bem como a forma como estas relacionavam-se com o resto do mundo.

2.5. Período do desenvolvimento para dentro na América Latina

O período de desenvolvimento para dentro latino-americano, foi caracterizado por uma tendência nacionalista e populista, cuja prioridade era tornar estas economias industrializadas como forma de melhorar a situação das mesmas nas relações econômicas internacionais.

Economicamente, o instrumento utilizado para dar forma a este processo foi o de substituição de importações, que pressupunha, de uma maneira genérica, a internalização dos departamentos de produção de máquinas e equipamentos e de bens intermediários - (DI).

Esse receituário estava sustentado na leitura cepalina, onde a principal determinação de inserção periférica das economias latino-americanas era a pequena

diversificação da produção interna e, automaticamente, da pauta de exportação, além da baixa capacidade de consumo destas economias.

O grande diferencial desse período com relação ao período anterior, está no fato das massas, pelo menos retoricamente, serem contempladas juntamente com a burguesia industrial, na estruturação da nova proposta de desenvolvimento a ser efetivada pelos Estados Nacionais. Por esta distinção, esse período foi caracterizado como nacional populista, dada a efervescência do pleito dos setores antes marginalizados, e da tendência ao desenvolvimento para dentro, capitaneado pelo Estado protecionista. Para Cardoso,

“...estabelece-se uma conexão que dá sentido ao populismo desenvolvimentista, no qual se expressam interesses contraditórios: consumo ampliado e investimentos acelerados; participação estatal no desenvolvimento e fortalecimento do setor urbano-industrial privado.” (CARDOSO, 1981, 94)

Dando continuidade ao que ocorria no período anterior do desenvolvimento para fora, a sustentação dessas alianças nacionais desenvolvidas entre Estado, burguesia industrial e massas populares é que dá forma à política de industrialização nos diferentes países latino-americanos.

No caso brasileiro, a peculiaridade do desenvolvimento estava na diversidade de agentes atuando no mercado, mostrando distintos interesses, não havendo a consolidação de um setor hegemônico, nem muito menos ocorrendo a unificação dos setores marginalizados. É nesse contexto de heterogeneidade interna que surge a proposta populista no Brasil, onde, ideologicamente, sustenta-se uma tendência do Estado para articular os interesses industrializantes às reivindicações das massas rurais e urbanas.

Como forma de dar início ao processo de industrialização optou-se pelo nacional desenvolvimentismo com o intuito de modernizar o Brasil, diversificando a médio e longo prazo a oferta de produtos nos mercados consumidores externo e interno.

Tendo o Estado como o demiurgo da política nacional desenvolvimentista, de consolidação do mercado consumidor interno, e da implementação de uma infra-

estrutura condizente com a proposta de industrialização brasileira, consolida-se o setor privado, a partir de uma preocupação maior em diversificar a produção e a pauta de exportação para o mercado externo.

Assim dada a ineficiência, na opinião de Cardoso, do Estado varguista para compatibilizar os interesses capitalistas nacionais e internacionais, este mostra sua fragilidade intensificando os conflitos existentes entre as classes. Conforme Cardoso, a crise

“... intensifica-se na medida em que o esgotamento do processo de fácil substituição de importações exige melhores técnicas, maior acumulação e mais eficiência. Com isso tocamos o limite da etapa seguinte, quando o populismo e o nacionalismo são ultrapassados por outros tipos de força social e de orientação política de desenvolvimento. (CARDOSO, 1981,107)

A permanência dessa perspectiva populista industrializante teve fortes consequências político-sociais, uma vez que não conseguiu dirimir os problemas dos contrastes sociais, principalmente no que diz respeito à concentração de renda. Isto porque, segundo Cardoso, como a perspectiva do desenvolvimento para dentro centrava o problema do atraso econômico na relação de subordinação das economias periféricas em relação às economias centrais, os nacionalistas incorreram num erro metodológico ao efetivarem, politicamente, o desenvolvimento autônomo.

E, calcando sua conduta política em cima deste erro, a *retórica* populista e a política econômica expansionista efetivada, ao invés de diminuir os conflitos sociais, os tornou mais complexos por conta da ausência de uma postura governamental centrada na elaboração e posterior implementação de uma política industrial e de emprego. Este erro é fruto, sustenta Cardoso, do enfoque nacionalista, uma vez que o mesmo é contrário à perspectiva da internacionalização da economia, e, ao invés de pensar numa associação com o capital internacional, prioriza o desenvolvimento para dentro.

Persistem, após 20 anos do término da proposta do desenvolvimento para fora, as fragilidades nas relações entre as classes, dando lugar a uma nova proposta de desenvolvimento centrada na relação burguesia industrial/burguesia agro-

exportadora. Longe de ser a salvação para os diversos conflitos existentes dentro de cada economia, este foi, tão somente, mais um projeto de desenvolvimento com o intuito de superar as limitações provenientes da perspectiva anterior, acredita Cardoso.

2.6. Dependência e desenvolvimento num ambiente globalizado

Cardoso inicia seus últimos tópicos do livro refletindo sobre os problemas da perspectiva nacional desenvolvimentista. Segundo o autor, mesmo com toda a tendência à autonomia relativa dos Estados Nacionais quanto ao sistema produtivo no período de desenvolvimento para dentro, tanto a acumulação quanto o financiamento são conseguidos através das exportações. Tem-se, com isto, mais do que o problema da deterioração dos termos de troca, a incapacidade de reversão dos conflitos sociais, mostrando as fragilidades de sustentação deste modelo protecionista.

Diferentemente do que previa a perspectiva nacionalista, a possibilidade de colocação dos produtos nacionais nas demais economias depende, prioritariamente, de decisões externas e não internas como supunham os nacionalistas.

E, se assim o é, as alternativas calcadas no desenvolvimento para dentro tornam-se limitadas, restando enquanto proposta pertinente uma perspectiva de abertura do mercado, com estreita relação com o capital estrangeiro. Esta tendência é facilitada por duas características fundamentais do capitalismo nos anos 50: 1) transferência de capitais de centro para a periferia; e, 2) atuação das corporações industriais no mercado interno periférico como investidoras, tanto nos setores já existentes, concorrendo diretamente com as empresas nacionais, quanto nos mercados em expansão.

Inaugura-se, portanto, na América Latina, um novo eixo de ordenamento da economia nacional, centrado nas transferências de capitais, técnicas e organização das empresas cujas matrizes estão nas economias centrais.

*transferência de
centro, para
periferia
do mercado
interno, e
para o exterior*

Essas características surgem no auge do processo de industrialização das economias latino-americanas em meados dos anos 40 em diante, mostrando a necessidade de uma nova forma de atuação do Estado.

Em contrapartida à nova conduta do Estado

“...os grupos dominantes buscam a reorganização do próprio regime político para permitir que a centralização autoritária, que facilita a implantação do modo capitalista de produção nas economias dependentes, possa consolidar seu domínio.” (CARDOSO, 1981, 132)²¹

Permitindo que haja um desenvolvimento capitalista mesmo sem que seja em prol da maioria da população, Cardoso argumenta que

“...esse tipo de industrialização vai intensificar o padrão de sistema social excludente que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas, mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescentes. Esta é simplesmente a forma como o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência.” (CARDOSO, 1981, 124)

Ora, segundo Cardoso a questão não é entender o maior ou menor grau de desenvolvimento de uma determinada economia. O autor não intenta dizer que o desenvolvimento requer mais equidade, mas sim a forma de desenvolver possível na atual etapa do capitalismo avançado. Ao que tudo indica, na sua perspectiva, a questão maior do desenvolvimento não está centrada na necessidade de uma distribuição mais equitativa da renda, mas sim, na tendência inexorável à transformação e complexificação da estrutura produtiva.

Tendo em vista a nova forma de integração da economia latino-americana no mercado mundial, a partir da incorporação de novos produtos semi-industrializados em sua pauta de exportação, estas economias modificam a forma de dependência entre si, uma vez que rompem com a lei das vantagens comparativas e partem para uma nova etapa de concorrência industrial.

²¹ Como já foi dito, para uma análise da conduta do desenvolvimento capitaneado pelo Estado brasileiro desde a ruptura com o pacto colonial, ver: MARTINS (1985) e DRIBE (1985).

Com o investimento direto estrangeiro crescendo na periferia e, dada a fragilidade da perspectiva nacional desenvolvimentista em romper com o ciclo da dependência, com seu receituário industrializante protecionista, a relação com o capital estrangeiro torna-se fundamental. Não só devido ao fato da dependência financeira e produtiva destas economias, como já foi dito, mas principalmente, porque com o término da Segunda Guerra Mundial, torna-se imperante a internacionalização da economia. Ou seja, é inexorável a tendência à conquista de novos mercados pelas empresas líderes mundiais.

Cardoso sustenta que mesmo havendo uma centralização da tomada de decisões das multinacionais nas economias desenvolvidas - no que tange à implantação de filiais de suas indústrias na periferia, bem como da decisão de utilizar a reinversão dos investimentos nestes mercados ou não - a periferia se beneficia com essa tendência em vários aspectos, dentre os quais ressalta-se: a) elevado grau de diversificação da economia; b) redução da saída dos excedentes, ou seja, aumento da reinversão produtiva nas economias periféricas; c) tendência ao equilíbrio na distribuição de renda do setor urbano-industrial; d) aumento do mercado interno consumidor.²²

Nessa questão torna-se clara mais uma vez a distinção entre economias de enclave e economias dinâmicas do continente latino-americano. No caso de países como Argentina, Brasil e México,

“...acontece o contrário do que ocorre em uma economia de enclave, pois enquanto as decisões de investimento dependem, ainda que parcialmente, do exterior, o consumo é interno. Inclusive, nos casos mais típicos, manifesta-se uma forte tendência ao reinvestimento local, o que, em certo sentido, solidariza os investimentos industriais estrangeiros com a expansão econômica do mercado interno.” (CARDOSO, 1981, 127)

Mais do que nunca, segundo o autor, o desenvolvimento expressa-se como heterônomo e parcial, pois, mesmo sendo de outra índole, a dependência persiste mesmo nos períodos de auge do desenvolvimento latino-americano.

²² Para uma leitura relativa ao ‘desenvolvimento de vitrine’ das economias periféricas, vide FAJNZYLBER, *A industrialização Trunca*

Mas,

“...os vínculos que ligam a situação de subdesenvolvimento ao mercado internacional já não aparecem aqui como direta e francamente políticos, nem são apenas o reflexo interno de decisões tomadas no mercado mundial. Pelo contrário, pareceria que a relação entre a economia nacional e os centros dinâmicos das economias centrais estabelece-se no próprio mercado interno.”
(CARDOSO, 1981, 127)

Explicitemos o que Cardoso está querendo dizer com isto: ao que tudo indica, o rompimento com o processo de dependência torna-se cada vez mais distante da realidade das economias periféricas, uma vez que estas continuam dependendo do *know how* e dos insumos necessários para a produção destes bens. Mais do que isto. Sendo os centros responsáveis pelo processo de inovação e difusão de suas técnicas de produção no mercado mundial, resta às economias periféricas o papel de meras repetidoras de processo, importando esses maquinários e equipamentos inovadores.

Isto, contudo, não inviabiliza, segundo Cardoso, o processo de desenvolvimento das economias periféricas. Ao contrário, torna-se uma alternativa viável relacionar dependência e desenvolvimento.

Acreditamos que neste ponto Cardoso deixa clara a fragilidade de sua interpretação econômica do processo, no que tange à questão da industrialização das economias periféricas, quando diz:

“...no que concerne à barreira da capacidade de importação, cabe supor que diminui muito seu significado depois que se forma o setor interno de produção de bens de capital; seria mais um obstáculo transitório, cuja importância decisiva apareceria na primeira fase de expansão da economia industrial avançada. Os vínculos posteriores com o mercado internacional poderiam ser do tipo normal nas economias modernas, nas quais sempre há *interdependência*.” (CARDOSO, 1981, 128)

Se é verdade que internalizando o DI o mercado interno *pode* ser capaz de endogeneizar as decisões de investimento, também o é que mesmo querendo ampliar sua capacidade instalada de produção, as empresas estrangeiras vêem-se limitadas pela ausência de estímulos inovativos nessas economias. Onde que, ao invés de

produzir internamente novos equipamentos e maquinários de que necessitam, estes empreendedores estrangeiros, ou mesmo nacionais, terão de importar os equipamentos mais modernos.

Assim sendo, o efeito multiplicador gerado pelo investimento em máquinas que incorporam novas tecnologias continua estimulando as economias centrais, permanecendo a periferia como mera receptora da inovação responsável por alavancar o processo de modernização de suas economias.

Reforçando ainda mais a subestimação dos entraves tecnológicos e especificamente econômicos ao processo de desenvolvimento das economias latino-americanas, Cardoso volta a trabalhar esta temática a partir de variáveis políticas. Vejamos,

“...não é a nova tecnologia, em si mesma, nem sequer o envio de novos capitais externos no plano puramente econômico, que propiciam, provocam ou dão sentido ao curso do desenvolvimento. São os esquemas políticos, que expressam a luta entre as forças sociais, que servem de intermediários ativos entre um determinado estágio de evolução econômica, organizatória e tecnológica e a dinâmica global da sociedade.” (CARDOSO, 1981, 128)

Cardoso novamente prima por uma discussão do desenvolvimento em cima de variáveis políticas. Segundo o autor, dado o processo de internacionalização da economia, a autonomia nacional cede espaços aos ditames supranacionais, configurando um novo tipo de dependência.

E frente à nova conformação das relações econômicas internacionais,

“...para o novo tipo de desenvolvimento os mecanismos de controle da economia nacional escapam parcialmente do âmbito interno na medida em que certas normas universais do funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, não permitem alternativas: a unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional.” (CARDOSO, 1981, 130)

Entendamos um pouco mais isto: na verdade, toda e qualquer política de desenvolvimento que não leva em consideração o quadro exposto acima, não teria como sobreviver competitivamente no mercado mundial, onde não mais deve

utilizar-se a figura do Estado protecionista e regulador, como o agente principal do desenvolvimento. Pois, o agente principal do desenvolvimento é, e sempre o foi, o capital, segundo Cardoso. Logo, a única alternativa viável de desenvolvimento nos tempos de internacionalização da economia, é a da interdependência.

Isto não significa que alternativas como as interpretadas pelos nacionalistas no período do desenvolvimento para dentro não possam ocorrer. Mas, segundo Cardoso estas não se sustentarão a longo prazo por não estarem relacionadas à nova perspectiva de evolução do capital. O mais importante enquanto proposta, portanto, é conjugar os interesses dos grupos que atuam internamente com os investidores internacionais, primando pelo desenvolvimento peculiar à etapa do capitalismo oligopolista.

Essa alternativa maximizadora em termos de ganhos para as economias periféricas, na visão do autor,

“...supõe o funcionamento de um mercado cujo dinamismo baseia-se, principalmente, no incremento das relações entre produtores – entre as próprias empresas – que se constituem nos consumidores mais significativos para a expansão econômica. Em consequência, para aumentar a capacidade de acumulação desses produtores-consumidores é necessário conter as demandas reivindicatórias das massas. Isto é, a política de redistribuição que ampliaria seu consumo torna-se ineficaz e mesmo, em determinadas condições, perturbadora do desenvolvimento.” (CARDOSO, 1981, 131)

E, se é certo que não existe a possibilidade de haver um desenvolvimento equilibrado, Cardoso sustenta que se opte pela perspectiva de ganhos do próprio capital, onde o que interessa não é o fato de todas as classes tornarem-se mais prósperas; mas sim, a dinamização dos setores engendrados na política imperante de ganhos do capital.

Indo além, Cardoso reforça que, se por um lado esta proposta fragiliza o Estado para intervir nos conflitos sociais, por outro lado, a ausência do capital estrangeiro cria um ambiente bem pior internamente, dado que o conflito se estenderá por todos os setores.

Constatada esta faceta e analisando comparativamente estes termos temos que, para o autor, a primeira proposta reforçada pela política nacional desenvolvimentista, é bem mais prejudicial do que a segunda. Logo,

“...ficam excluídas como alternativas tanto o apoio às antigas indústrias nacionais surgidas durante o período de substituição de importações quanto a escolha de políticas de desenvolvimento baseadas na utilização extensiva de mão-de-obra etc., pois os setor industrial moderno requer outro tipo de estratégia de desenvolvimento.” (CARDOSO, 1981, 131)

O autor acrescenta,

“...o desenvolvimento, a partir desse momento, realiza-se intensificando a exclusão social, e já não só das massas, mas também de camadas sociais economicamente significativas da etapa anterior, cuja principal alternativa agora é conseguir vincular-se subsidiariamente ao setor monopolista moderno e também vincular-se em forma subordinada ao sistema de dominação política que se instaura.” (CARDOSO, 1981, 131)

Quanto ao papel do Estado nessa nova etapa da dependência, Cardoso sugere que este deve transformar-se em agente empresarial, abrindo mão de sua conduta populista. Em sendo assim, o Estado deve ser reestruturado com vistas a acompanhar toda a nova perspectiva de desenvolvimento do empresariado local e internacional.

Esta nova perspectiva, por sua vez,

“...impõe uma reorganização das funções do Estado para conseguir uma capacidade cada vez mais ampla de regulamentação da vida econômica. Por outro lado, os grupos dominantes buscam a reorganização do próprio regime político para permitir que a centralização autoritária, que facilita a implantação do modo capitalista de produção nas economias dependentes, possa consolidar seu domínio.” (CARDOSO, 1981, 132)

Para além dessa nova configuração do Estado, Cardoso enfatiza a necessidade de repensar-se a questão da renovação do sistema político social das economias latino-americanas. O Estado deve optar ou pela consolidação de distintos pleitos nacionalistas em termos de um maior compromisso com a equidade social, ou pela prevalência dos setores dinâmicos que perfazem o jogo de poder internacional, nos âmbitos produtivo e financeiro.

A primeira opção traz arraigada em sua concepção o desprezo pela força capitalista internacional, e pleiteia reforma agrária, redistribuição de renda e desenvolvimento harmonioso entre as distintas regiões de um determinado país. Ao que tudo indica,

“...as chamadas ideologias de classe média, que insistem em considerar que a política econômica deve favorecer um crescimento equitativo da economia e das rendas e em entender o Estado como um foro onde se faz a mediação relativamente equânime entre os interesses das classes e grupos, volta a ter defensores, muitas vezes poderosos, no interior da tecnoburocracia, civil ou militar.” (CARDOSO, 1981, 135-136)

Mostrando que a tendência à exclusão continua e, conseqüentemente, permanece aberta a possibilidade de pleitos nacionalistas, reivindicadores de um desenvolvimento autônomo, dada a marginalização dos segmentos não relacionados diretamente com o setor dinâmico internacionalizado, Cardoso aceita o fato de alternativas políticas insurrecionais persistirem. Mas, daí a dizer que elas seriam as propostas mais viáveis no momento de internacionalização das economias, há uma enorme distância.²³

Frente a essa nova forma da conduta empresarial, o autor reforça que a atuação dos Estados Nacionais e dos principais agentes econômicos, no momento histórico atual, deve pautar-se na:

“...formação de um Estado supranacional que resolva os problemas de economia de escala e de mercado das sociedades em que a participação no consumo é restringida; reorganização autoritário-corporativa do regime político em busca da estabilidade política em sociedades de massa, mas onde o sistema político não capta a participação popular; acumulação e maior concentração de capitais em uma estrutura de rendas já concentrada.” (CARDOSO, 1981, 138)

²³ Postula Cardoso que para uma maior reivindicação consciente por parte das massas em termos de tomada de decisão por parte do Estado, estes setores deveriam vincular-se às Universidades, para que seus pleitos ganhassem sustentação e peso na hora da briga por certas causas. Nas palavras do autor, “Tais transformações poderão permitir que os setores assalariados voltem a influenciar as decisões políticas e que procurem recuperar influência na orientação do processo econômico.” (p.137)

Tecendo suas considerações finais, Cardoso reforça sua postura de que o mais importante a reter-se deste livro – *Dependência e desenvolvimento na América Latina* – é a necessidade de se

“...reconsiderar os problemas do desenvolvimento econômico a partir de uma perspectiva de interpretação que insiste na natureza política dos processos de transformação econômica. Simultaneamente, procurou-se mostrar que a referência às situações históricas nas quais se dão as transformações econômicas é essencial para a compreensão do significado dessas transformações, bem como para a análise de seus limites estruturais e das condições que as tornam possíveis.” (CARDOSO, 1981, 139)

A partir das limitações dos conceitos de subdesenvolvimento e periferia, o autor aceita a perspectiva da dependência, com o intuito de tentar esclarecer que,

“Não só o momento histórico é distinto, como as condições estruturais do desenvolvimento e da sociedade tornam-se historicamente diversas. O reconhecimento dessas diferenças levou-nos à crítica dos conceitos de subdesenvolvimento e periferia econômica, e a valorização do conceito de dependência, como instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional”. (CARDOSO, 1981, 139)

Mas, o conceito de dependência deve ser utilizado somente para reforçar teoricamente as limitações das concepções anteriores, recebendo também um tratamento crítico, dado que a evolução para uma alternativa de *interdependência* torna-se cada vez mais veemente, supõe o autor.

Nesse sentido, o esforço da investigação de Cardoso foi o de evitar duas falácias, segundo argumenta o mesmo: a crença no condicionamento mecânico da situação político-social interna, pelo domínio externo e, a idéia oposta de que tudo é contingência histórica.

“...nem a relação de dependência, no caso das ‘nações dependentes’, ou do ‘subdesenvolvimento nacional’, implica a inevitabilidade da história nacional tornar-se o puro reflexo das modificações ocorridas no pólo hegemônico externo, nem essas são irrelevantes para a autonomia possível da história nacional.” (CARDOSO, 1981, 140)

Ou seja, a perda de autonomia das economias nacionais torna-se própria dessa nova fase *interdependentista* do comércio internacional, na medida em que isto

“...caracteriza a situação que responde a um controle crescente do sistema econômico das nações dependentes pelas grandes unidades produtivas monopolísticas internacionais.” (CARDOSO, 1981, 141)

Reforçando mais uma vez a relação entre o caráter político e econômico do desenvolvimento latino-americano, Cardoso argumenta que,

“...a situação atual de desenvolvimento dependente não só supera a oposição tradicional entre os termos desenvolvimento e dependência, permitindo incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência, como se apoia politicamente em uma sistema de alianças distinto daquele que no passado assegurava a hegemonia externa.(...)Ao contrário, a especificidade da situação atual de dependência está em que os interesses externos radicam cada vez mais no setor de produção para o mercado interno e, conseqüentemente, se alicerçam em alianças políticas que encontram apoio nas populações urbanas.” (CARDOSO, 1981, 141-2)

Em sendo assim, a dependência, que nasceu da crítica à perspectiva estruturalista do desenvolvimento, também mostra suas limitações, enquanto conceito, para o estudo das relações entre os países no comércio internacional. Os principais sujeitos do desenvolvimento passam a ser: *Estado supranacional, mercado global e ambiente de interdependência*.

Ao romper com as versões tradicionais da teoria da dependência, Cardoso ensaia um questionamento sobre sua perspectiva *interdependentista*:

“...procuramos verificar até que ponto, apesar das transformações assinaladas, seria possível manter a idéia de dependência, ou, ao contrário, dever-se-ia substituí-la pela de interdependência....Por certo, a existência de um mercado aberto, a impossibilidade da conquista dos mercados dos países mais desenvolvidos pelas economias dependentes e a incorporação contínua de novas unidades de capital externo sob a forma de tecnologia altamente desenvolvida e criada mais em função das necessidades intrínsecas das economias maduras do que das relativamente atrasadas, fornecem o quadro estrutural básico das condições econômicas de dependência.” (CARDOSO, 1981, 142)

2.7. Considerações preliminares

Iniciando seu livro com uma crítica ao pensamento cepalino e discorrendo sobre os avanços da teoria da dependência na questão do desenvolvimento, Cardoso abre espaço, ao final de sua reflexão, para a discussão do avanço da própria concepção.

Ao fazer isto, deixa claro sua ruptura também com os teóricos da dependência, dado que os mesmos, em sua maioria, permaneciam com uma perspectiva contrária à tendência imperialista do desenvolvimento.

Para Cardoso, o que importa no movimento de internacionalização do capital, não é mais a perspectiva do desenvolvimento local, mas sim, a forma como podemos interagir com o mercado mundial a ponto de alcançarmos um certo desenvolvimento.²⁴

E, se num primeiro momento, desenvolvimento dependente e associado se torna a discussão central para que a América Latina rompa com o seu atraso, num momento posterior, este conceito dá espaço à *interdependência*, dado que não há como contestar a forma de interação dos agentes externos e internos na tomada de decisões referentes às determinações de investimento.

Não mais se justifica a discussão de qual o melhor método para alcançarmos o desenvolvimento. Pois, segundo Cardoso, isto já está posto na própria evolução do capitalismo. E, sairá do atraso o país que melhor absorver esta nova ótica. pois,

“... a superação ou a manutenção das barreiras estruturais ao desenvolvimento e a dependência, dependem, mais que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo de poder que permitirá a utilização em sentido variável dessas condições econômicas.” (CARDOSO, 1981, 142)

Portanto, politicamente, as estratégias a serem utilizadas pelo Estado devem pautar-se na questão de melhor relação com os agentes internacionais, contribuindo

²⁴ CANO (1993) faz uma ótima abordagem sobre a questão da internacionalização da economia mundial e a forma desestruturada com que a economia brasileira se insere nesta nova ordem. Além deste autor, muitos outros trabalham esta temática, por exemplo: GONÇALVES (1996); MANTEGA (1997).

para uma moderna utilização do tripé produtivo - capital nacional, capital estrangeiro e Estado.

Isso implica dizer que a melhor decisão no ambiente de *interdependência* é a que esteja diretamente relacionada aos anseios do capital produtivo e financeiro, que não mais tem fronteiras, e se desenvolve de forma una e homogênea no mercado mundial.

Se até metade do livro Cardoso não explicita muito sua perspectiva *interdependentista* - até mesmo porque está dialogando com a esquerda latino-americana nos anos 60 - acreditamos que no final de seu livro, a partir das passagens que expusemos, fica claro o fato de que a melhor perspectiva de desenvolvimento para o autor, será aquela que esteja em estreita conformação com a própria evolução do capitalismo, não havendo, objetivamente, como se contrapor a esta ótica, caso as economias queiram realmente desenvolver-se.

Portanto, por mais que persistam alternativas contrárias à conduta do desenvolvimento internacionalizante a ser efetivada por estas economias, sairá na frente aquela que mais rápido entender que os ganhos são maiores do que as perdas, num ambiente de relação direta entre capital interno e externo, na discussão do desenvolvimento.

Por fim, não mais têm sentido as contraposições feitas anteriormente, entre desenvolvimento autóctone *versus* desenvolvimento associado, crescimento *versus* distribuição de renda, dentre outros. O que importa para Cardoso, na discussão do desenvolvimento, não é a tendência a serem dirimidos os conflitos distributivos, mas sim, a forma como, mesmo estes ocorrendo, se pode almejar um tipo de desenvolvimento no cenário mundial.

Já estava retratado no próprio Marx o fato de que o desenvolvimento capitalista é desigual. Em sendo assim, as economias que tiverem interesse de acompanhar a evolução do capitalismo sem serem tratadas como marginais nas relações econômicas internacionais, devem ter claro, em suas propostas políticas, que o cenário mundial caminha para uma perspectiva de *interdependência* crescente.

CAPÍTULO 3

AS IDÉIAS E SEU LUGAR

3.1. Intróito

Nessa coletânea, publicada em 1980, e contendo artigos escritos nos anos 70, o objetivo de Cardoso é o de enfatizar o fato de que o conceito de dependência é dinâmico e recebe, por isso, novas conformações de acordo com a evolução do capitalismo.

A partir de uma analogia feita à frase de Roberto Schwartz – as idéias fora do lugar – o autor defende que a América Latina teve *insights* próprios no que tange à questão do desenvolvimento, estruturando, dessa forma, sua própria concepção teórica. Ou seja, as idéias latino-americanas nasceram com a perspectiva cepalina e foram tendo o seu lugar redefinido de acordo com as limitações dessa corrente de pensamento para explicar as transformações decorrentes da evolução do imperialismo a nível mundial.

Nesse sentido, a teoria da dependência nasce como uma análise crítica à CEPAL, mas valida a originalidade do pensamento latino-americano. Na verdade,

“...os estudos da dependência mostraram que os interesses das economias centrais se articulavam com os interesses das classes dominantes locais. Existe pois uma articulação estrutural entre o centro e a periferia e esta articulação é global: não se limita ao circuito do mercado internacional, mas penetra na sociedade, solidarizando interesses de grupos e classes externos e internos e gerando pactos políticos entre eles que desembocam no interior do Estado.”
(CARDOSO, 1995, 19)

Mas a modificação do cenário internacional, a partir da transnacionalização das empresas, configura uma nova conformação da divisão internacional do trabalho, fazendo com que “a linha de separação entre o mercado externo e interno se redefinisse: o imperialismo que fora obstáculo à industrialização da periferia, passava a ser mola propulsora de um certo tipo de desenvolvimento industrial.”
(CARDOSO, 1995, 20-21)

Os artigos que se seguem são tanto um reforço à importância do estudo da dependência na questão do desenvolvimento, como também uma tentativa de síntese na demonstração de que o conceito merece uma nova formalização, com vistas a incorporar os verdadeiros agentes transformadores da atualidade, a ponto de se chegar a uma proposta alternativa na discussão do processo de desenvolvimento, alcançando o conceito de *interdependência*.

“A originalidade da cópia” (1977), “A dependência revisitada” (1972), “O consumo da dependência nos EUA” (1976), “Por um outro desenvolvimento” (1977), “O desenvolvimento na berlinda” (1979) e “Alternativas econômicas para a América Latina” (1990), são os artigos que compõem o livro “*As idéias e seu lugar*”, que serão analisados em seguida.

3.2. A dependência revisitada e seu consumo nos EUA

O intuito de Cardoso nestes dois artigos é de esclarecer algumas dúvidas concernentes à questão da dependência, rebatendo críticas que recebeu enquanto responsável por utilizá-la como uma teoria, bem como quanto à verdadeira verificação de suas postulações.

Mais do que isto, ao responder às críticas de seus opositores, Cardoso se rompe em definitivo com a caracterização/conceituação da dependência²⁵, e explicita para uma proposta própria já esboçada em seus escritos anteriores referentes à *interdependência*.

Segundo o autor, não se pode deixar de enfatizar que o estudo da dependência na América Latina nasce da crítica sociológica ao estruturalismo cepalino a partir da verificação empírica da insuficiência do modelo e não, puramente, devido a uma questão ideológica. Pontua Cardoso que as críticas teóricas ficam ganham consistência somente quando o fracasso político do nacional-populismo e a inserção

²⁵ Para uma leitura sobre as diferentes vertentes existentes na escola da dependência, ver: GOLDENSTEIN (1994) e MANTEGA (1995) Vale a pena analisar também a concepção de MELLO (1994)

crescente da burguesia nacional no jogo imperialista, tornaram inviável o desenvolvimento nacional burguês.

Isto não significa negar o avanço alcançado pelo pensamento cepalino em termos de um pensamento originário, mas sim, salientar o fato de que este não conseguiu acompanhar, ou sequer diagnosticar efetivamente os principais problemas do desenvolvimento latino-americano.

O mais importante é ater-se, segundo Cardoso, ao fato de que, mesmo a CEPAL tendo recebido críticas no momento onde explanava sobre sua perspectiva desenvolvimentista, esta corrente de pensamento vai perdendo sua força quando, colocando em prática politicamente suas proposições, não consegue romper com os problemas estruturais do desenvolvimento.²⁶

Fazendo uma crítica ao estruturalismo Cardoso argumenta que,

“...comparar o que a CEPAL estava propondo como resultado da industrialização com o que estava ocorrendo era fácil. Mais difícil era propor uma alternativa que não se limitasse à crítica metodológico-formal e que, partindo da análise de processos históricos-sociais, fosse capaz de definir uma problemática alternativa e quebrasse tanto o economicismo prevalecente nas análises sobre o desenvolvimento como o apoliticismo das análises sociológicas.” (CARDOSO, 1995, 129)

Se os críticos conseguissem, para além das indagações quanto à forma e ao método utilizados pela escola cepalina, propor uma alternativa pragmática e condizente com o momento histórico no qual estavam inseridos, os estudiosos críticos ao estruturalismo teriam avançado em comparação à CEPAL. Pois, não há como criticá-la, no campo da abstração teórica, uma vez que sua tendência ao pragmatismo era fascinante, salienta o autor.

E, mesmo que isto acontecesse, persiste Cardoso,

“A preocupação da CEPAL e sua visão estruturalista são ganhos líquidos do pensamento social latino-americano e a única crítica válida, também neste caso, é a autocrítica. Em certa medida os estudos sobre a dependência constituíram uma espécie de autocrítica dinamizada pelo ardor dos que, sem ter

²⁶ Vide Myrdal, op. Cit.

jamais passado pela escola cepalina, souberam, entretanto, criticá-la *sine ira et studio*.” (CARDOSO, 1995, 90)

Cardoso é enfático ao mostrar o pensamento estruturalista como tendo sido algo próprio dos estudiosos latino-americanos, mas deixa claro, que dentre os vários teóricos da dependência, existiam aqueles que não tinham um cunho nacionalista. O que, certamente, era seu caso. O autor se expõe, portanto, como absolutamente contrário à proposta estruturalista de desenvolvimento, diferentemente de alguns teóricos da dependência, que continuaram propagando a leitura nacionalista do desenvolvimento latino-americano.

Teoricamente, parece que o modelo nacional desenvolvimentista estava fadado ao insucesso. Mas, historicamente a década de 30, propiciou a inserção do modelo industrializante cepalino, e as décadas subsequentes abriam espaços a um posicionamento autocrítico na gestão do desenvolvimento²⁷.

Confirmando a relevância daqueles teóricos da dependência que já constataavam, em meados de 60, a perspectiva internacionalizante do capital, o autor afirma que esta perspectiva

“...resistiu à prova da falsificabilidade política e permitiu que uma proposição abstrata começasse a ganhar foros de concretude, ao ajudar os movimentos políticos a verem mais claro socialmente os limites e possibilidades de sua ação no novo contexto da dependência latino-americana.” (CARDOSO, 1995, 89)

Pois, ao verificar a tendência à internacionalização, esta vertente dependentista, projetava uma proposta alternativa para a América Latina, onde desenvolvimento e dependência não eram conceitos vistos como possuindo uma oposição.

O autor deixa claro, contudo, que apesar de crítico à ideologia nacional-desenvolvimentista, sua proposta de desenvolvimento é antiimperialista. Para Cardoso, dada a miopia do empresariado brasileiro, caminharíamos para o

²⁷ Conclusão a que chega Cardoso em seu livro *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1963), exposto no primeiro capítulo deste trabalho.

subcapitalismo, caso algo não fosse feito para frear o tradicionalismo empresarial imperante na economia brasileira²⁸. Segundo Cardoso, estava claro desde este período que o capitalismo tendia a migrar para a periferia a partir do processo de internacionalização do capital.

Ao utilizar o método dialético marxista em sua análise da dependência, Cardoso, partindo de uma situação concreta e ao agregar à mesma outras variáveis de determinação histórica, enfatiza a necessidade de deixarmos as abstrações de lado e partirmos para o concreto. Ao analisar, concretamente os fatos a dependência “se abre aos equívocos da prática social, mergulha nela e, de dentro, faz sua crítica.” (CARDOSO, 1995, 88)

Devido ao fato de Cardoso utilizar o materialismo dialético, não significa, necessariamente, que para instrumentalizar politicamente alternativas ao nacional-desenvolvimentismo o autor trabalhará com o mesmo método marxista de análise. Até mesmo porque não encontramos em Marx, segundo Cardoso, dadas as limitações temporais de seus escritos, mas sim em seus sucessores, uma discussão mais elaborada acerca da questão do desenvolvimento nas economias periféricas.

Não podemos ignorar o fato de Cardoso conhecer, e bem a perspectiva marxista, como já dissemos, fez parte da discussão do capital, juntamente com vários estudiosos brasileiros²⁹. Podemos, isto sim, questionar sua interpretação quanto à unidade do diverso num ambiente internacionalizado, haja vista sua perspectiva *interdependentista*.

Esta aceitação, por parte do autor, da dependência estar totalmente relacionada à questão de dominação de uma classe em relação a outra talvez seja, metodologicamente, a única aproximação de Cardoso com a análise marxista. Pois, como é enfatizado pelo mesmo, a utilização do materialismo dialético deve ser

²⁸ Esta ressalva foi feita pelo autor porque, dado que o mesmo dialogava com a esquerda intelectual brasileira, e que esta mesma esquerda estava discutindo a fundo as questões referentes ao capital, no seminário ocorrido na USP, onde participavam renomados estudiosos brasileiros, não interessava romper totalmente com estes investigadores.

²⁹ Segundo SADER, em seu texto: *E nós que amávamos tanto o Capital? (1997)*, sempre imputaram à Cardoso uma importância que naquela época ele realmente não teve.

concebida como uma análise concreta derivada da prática e da teoria ao mesmo tempo.

A ênfase posta na ação, via instrumentos de poder político e, conseqüentemente, nas relações de dominação efetivadas por determinadas classes, evidencia o fato de que, para além da dominação externa sobre a interna, importa também entender a natureza e intensidade da manipulação cultural, dos recursos produtivos e dos grupos sócio-políticos.

Cardoso nega, entretanto, qualquer tentativa de interpretação sustentada na ortodoxia marxista, dado que esta analisa os determinantes históricos como conjunturais, representando um momento específico e único. Para ele, a dependência é, portanto, concebida como a luta política e econômica tal como se desdobram na superfície do processo histórico, como luta nacional e antiimperialista e, ao final, mostra que se reproduz uma estrutura dada de dominação atentando para os limites possíveis de seu funcionamento.

Uma das preocupações dos críticos do pensamento dependentista latino-americano relaciona-se ao fato desta corrente ter que ser formalizada para ganhar o *status* de teoria comprovável em todas as épocas e circunstâncias. Rebatendo esse formalismo de pouca sustentação, Cardoso argumenta que “em vez de pedir que se façam análises dentro do padrão estrutural-funcionalista empiricista, é melhor pedir que se incremente a qualidade das análises histórico-estruturais.” (CARDOSO,1995,147)

Negando, efetivamente, a postura de se tomar o conceito da dependência como sendo uma tentativa de elaboração teórica, Cardoso argumenta que, na medida em que esta passa a ser um palco de conceituações confusas e pouco determinadas empiricamente, fica distante a perspectiva de tê-la como teoria uma vez que além desta fragilidade conceitual, temos também o fato desta já estar inserida na própria teoria do capitalismo marxista. Torna-se desnecessário segundo o autor, repisar o terreno estruturado por Marx onde é imperante a evolução do capitalismo para a periferia.

Mas, para que a crítica à dependência tenha fundamentação, esta deve ater-se à crítica teórica e metodológica do estudo da dependência, pois, os problemas de consistência teórica “só aparecem historicamente como postos e resolvidos depois de um processo de produção intelectual que não se desliga do processo histórico de transformação das sociedades que estão sendo analisadas.” (CARDOSO,1995,84)

Metodologicamente, o estudo parte de um referencial histórico geral, e atinge, contrariamente, uma referência particular e específica de conformação sócio-política. Este movimento do geral para o particular e do particular para o geral, carrega, por sua vez, tanto a história quanto o conhecimento, ambos responsáveis pela passagem da ideologia à ciência.

No entanto, salienta Cardoso, os críticos e estudiosos em geral devem levar em consideração o fato de que é preciso

“...ter a paciência da pesquisa disciplinada por uma dialética que não seja indolente e não se compraza em construir formulações muito gerais e abstratas como se fossem sintéticas. É preciso admitir que, por sorte, por mais que os cientistas sociais se empenhem em encerrar em esquemas as possibilidades estruturais da história, esta nos torna, a cada momento, *dupes de nous-mêmes*, e nos surpreende com desdobramentos inesperados.” (CARDOSO,1995,146)

A dependência, portanto, ao ser pensada como atrelada ao domínio do capital estrangeiro política e economicamente, mostra suas limitações interpretativas, uma vez que com a evolução do capitalismo os interesses nacionais e internacionais se confundem, explicitando uma relação que já ocorria há um bom tempo.

Os críticos da teoria da dependência não conseguem, nestes termos, captar o fato de que em sendo dinâmico o processo da relação capitalista entre Nações, isto, por si só, mostra suas próprias limitações teóricas, históricas e práticas, a partir da verificação empírica subsequente. Nas palavras de Cardoso, “pobres dialetas que se assustam com a dialética!” (CARDOSO,1993,94). O processo histórico não é algo imutável compreendendo leis gerais que podem ser utilizadas uniformemente no entendimento das crises e evoluções do mundo e dos países em geral, pois, o homem faz a história mas em condições sociais determinadas.

O que os estudiosos estrangeiros não conseguem entender, segundo Cardoso, é que o estudo da dependência “ao invés de limitar-se ao plano teórico-abstrato procura utilizar o método histórico-estrutural não vulgar para analisar situações concretas”. (CARDOSO,1995,131)

O consumo da dependência nos EUA centra-se no fato de os estudiosos americanos argumentarem que tal pensamento preocupou-se em levantar considerações acerca do feudalismo nas economias periféricas da América Latina, bem como a partir disto os países deste continente se relacionam com as demais economias na esfera mundial.

Cardoso, rebatendo as críticas recebidas, argumenta que estes críticos não conseguiram avançar em suas leituras e perceber que, objetivamente, a dependência procurou mostrar a fragilidade da separação mecanicista entre os problemas externos e internos às economias. Os autores críticos, segundo Cardoso, ao não fazerem uma análise histórica deixaram de lado a relevante discussão acerca da constituição das formas sociais, análise esta responsável por caracterizar maneiras específicas de dependência frente às demais economias centrais, nas relações econômicas internacionais.

Ao mesmo tempo em que existe um avanço do imperialismo nas economias dependentes, ocorre paralelamente,

“...um padrão estrutural de relações que internaliza o externo e que cria um Estado formalmente soberano e disposto a responder pelos interesses da nação. Este estado é ao mesmo tempo e contraditoriamente instrumento da dominação econômica internacional.” (CARDOSO,1995,134)

Nesse sentido, ao entender que não existe distinção entre externo e interno na discussão da dependência, e que esta torna-se um complemento à teoria do imperialismo, a explicação centra-se no processo histórico social através do qual umas classes vão impondo sua dominação sobre as outras, e não como um desdobramento abstrato de formas de acumulação.

“Assim, desde as proposições iniciais partia-se da análise dialética: o que interessa era o movimento, as lutas de classes, as redefinições de interesses, as

alianças políticas que ao mesmo tempo em que mantêm as estruturas, abrem perspectivas para sua transformação. As estruturas eram concebidas como relações de contradição, e, portanto, como dinâmicas.” (CARDOSO, 1995, 135)

Em sendo a relação dinâmica, isto significa que a teoria da dependência trabalha com o referencial de dominação e luta. As tensões estão portanto inerentes às relações entre as diferentes classes, e isto se configura e se conforma numa estrutura de relações internas e externas contraditória.

“Portanto, ao falar de desenvolvimento capitalista dependente, fala-se necessária e simultaneamente de exploração sócio-econômica, repartição desigual da renda, apropriação privada dos meios de produção e subordinação de umas economias a outras. Por outro lado, indaga-se necessariamente, sobre as condições de negação desta ordem de coisas. (CARDOSO, 1995, 139)

Interpretemos: é claro que existe real possibilidade de um desenvolvimento alternativo ao proposto pela corrente dependentista. Assim o foi a perspectiva cepalina. Contudo, a mesma não foi capaz de resolver muitas das questões referentes ao problema do desenvolvimento desigual mundial, dado que pressupunham que a industrialização propiciaria a internalização dos ganhos com o progresso técnico e esta alcançaria bons patamares econômicos, e conseqüentemente, políticos e sociais. Isto não ocorreu. Os países latino-americanos, a partir de uma proposta de desenvolvimento para dentro, continuavam à margem do desenvolvimento mundial, e os conflitos sociais persistiam, mesmo com uma diversificação em suas pautas de exportação, na década de 50.

Estava claro, portanto, que o problema político-social era a variável que deveria ser trabalhada. E, neste caso, não dava para continuar caracterizando o capital estrangeiro como sendo o responsável pelas fragilidades internas destas economias. Seria relevante, portanto, que se pensasse numa alternativa de desenvolvimento ajustada à evolução das propostas do capital, a partir de sua tendência à internacionalização, na opinião do autor.

Rebatendo, ainda, as críticas atribuídas à teoria da dependência, Cardoso deixa claro que esta, ao contrário de tomar força como uma teoria a mais na

explicação do funcionamento da economia capitalista ou socialista, a dependência está definida dentro do campo da teoria marxista, uma vez que os conceitos de mais-valia, exploração, acumulação, dentre outros, dão forma à dependência de uns países com relação a outros.

E, para tanto, a questão da periodização dos diversos momentos de dependência bem como a forma que esta assume num determinado contexto, expressando as relações de dominação política e econômica local e internacional, torna-se fator fundamental na análise. Isto, por si só, mostra o caráter dinâmico da dependência, uma vez que esta acompanha o desenvolvimento do modo de produção capitalista e subjaz a ele. Em sendo dinâmico, tal processo “depende da produção de mais-valia relativa e do aumento da produtividade, não da pura espoliação das regiões periféricas.” (CARDOSO, 1995, 109)³⁰

Nestes termos, a periodização é uma ferramenta fundamental no estudo da dependência, pois, enquanto a dependência nacional foi um marco estrutural no período do desenvolvimento para dentro, a tendência à *interdependência* torna-se o outro marco referencial no estudo do desenvolvimento capitalista.

Contraditoriamente, se, por um lado, se tem a capitalização das economias dependentes, tem-se, por outro lado, o crescente endividamento dessas economias, mostrando o novo caráter da dependência. Essa contradição, entretanto, não inviabiliza o desenvolvimento das economias periféricas, pois, assim como exposto pela perspectiva marxista, não existe harmonia e equilíbrio no processo de desenvolvimento, mas sim, um caráter eminentemente contraditório e espoliativo, gerador de desigualdades.

Em sendo complementar à teoria do imperialismo, a teoria da dependência ressalta que “desenvolvimento e dependência (tecnológica e financeira) são processos contraditórios e correlatos, que se reproduzem, modificam-se e se

³⁰ Na verdade, Cardoso está endereçando sua crítica a idéia de Marini concernente à tendência inerente ao capitalismo da exploração das economias periféricas pelas centrais, a partir da superexploração da mão de obra abundante da periferia. Segundo Cardoso, convém, na análise da dependência focalizar a industrialização da periferia pela ótica do capital e do investimento, muito mais do que pela idéia de que o capitalismo avançado requer mão-de-obra superexplorada da periferia. (p.111)

ampliam incessantemente, sempre e quando inexistam processos políticos que lhes dêem fim.” (CARDOSO,1995,112)

Entendamos: Cardoso que até então ressaltava os diferentes tipos de dependência, agora propõe uma ruptura desta tendência a partir de processos políticos. Se até os anos 70 o autor argumentava que desenvolvimento e dependência caminhavam juntos enquanto proposta para as economias periféricas, pois ela era inexorável ao processo capitalista, nos anos 80 o autor começa a propor que pode ocorrer desenvolvimento sem dependência pois esta pode ser extirpada politicamente.

Segundo Cardoso, portanto, parece que existe simultaneamente um processo de dependência e desenvolvimento, consolidando novas classes beneficiárias deste processo. O novo tripé do desenvolvimento dependente e associado compõe-se de: empresas estatais, empresas multinacionais, e empresas nacionais privadas. Ressaltando que essa questão pode ser rompida a partir de uma proposta política que consolide uma nova perspectiva de desenvolvimento

Economicamente, a dependência torna-se expressão do movimento internacional do capital, cuja tendência é de unir termos que são assimétricos. Sociologicamente, dada a natureza incompleta e heterogênea da industrialização periférica e, tendo em vista que esta ocorre num ambiente contraditório onde os interesses são múltiplos e voláteis, a dependência torna-se explícita. No âmbito político, tem-se no Estado a mola propulsora desse desenvolvimento contraditório, advindo de uma estrutura sócio-econômica desarticulada.

Isto significa dizer que a dependência, ao contrário de ser superada, ganha nova configuração, uma vez que as relações entre os diversos atores sociais são redefinidas e, conseqüentemente, a prática política ganha uma nova formalização.

Donde a forma como as economias periféricas relacionam-se com as economias centrais “deriva da própria caracterização da situação de dependência, a qual supõe uma articulação entre a economia mundial e as economias locais, entre a dominação internacional e a dominação de classe em cada país dependente.” (CARDOSO,1995,99).

É necessário, portanto,

“...que se delineie no campo teórico a análise das situações específicas que decorrem da existência da dominação econômica imperialista e da existência de Estados Nacionais que, de uma ou outra forma, expressam e respondem aos interesses e às relações de classe locais (ainda quando estas estejam, em parte, subordinadas à dominação política e econômica internacional)”.
(CARDOSO, 1995, 102)

Essa nova fase do capitalismo, salienta Cardoso, ao abrir espaço à industrialização das economias periféricas, devido à migração dos conglomerados produtivos mundiais, para estes países, aumenta o consumo bem como a acumulação nesses mercados, e traz, em seu bojo, a necessidade de se repensar o conceito de dependência.

Pois, insiste o autor, ao promover o desenvolvimento da esfera produtiva nestes espaços periféricos, o processo de internacionalização do capital desestrutura o projeto nacional-desenvolvimentista, e demonstra a falácia daquela interpretação para a qual a tendência das economias centrais é a de explorar ao máximo os espaços subdesenvolvidos, principalmente no que tange à mão-de-obra destas economias.³¹ Nesse sentido, “atribuir o caráter de necessidade ao processo de exploração irrefreado da força de trabalho da periferia do sistema para a acumulação nas economias centrais leva a descaracterizar a especificidade do capitalismo industrial.”
(CARDOSO, 1995, 110)

Reforçando, mais uma vez, as conclusões preliminares que havia feito em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, Cardoso reitera o fato de que

“...o novo caráter da dependência não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes. Por certo, quando se pensa que o desenvolvimento capitalista supõe redistribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os vários ramos produtivos, a idéia de que está ocorrendo um processo real de desenvolvimento econômico na periferia dependente parece absurda. Mas não é este o entendimento marxista sobre o que seja desenvolvimento (ou acumulação) capitalista. Esta é contraditória, espoliativa e geradora de desigualdades.” (CARDOSO, 1995, 106)

³¹ Na verdade, esta crítica de Cardoso é endereçada a Marini, uma vez que o mesmo ao analisar o desenvolvimento do subdesenvolvimento, diagnostica que o problema dos países periféricos está centrado na questão da própria dinâmica desigual inerente ao desenvolvimento capitalista.

Ou seja, a melhor opção de desenvolvimento para as economias latino-americanas é a que está centrada no tripé do desenvolvimento dependente-associado, que é constituída pela articulação de empresas estatais, multinacionais e setor produtivo privado nacional.

Mais ainda, dado que a partir da constatação destas modificações no teor da dependência advindas do processo de internacionalização da economia, pós Segunda Guerra Mundial, os beneficiários deste processo passam a ser as empresas estatais, as corporações multinacionais e as empresas locais associadas a ambos.

Como havíamos dito no capítulo anterior, ao romper, em definitivo, com os estudiosos da dependência de cunho nacionalista, Cardoso deixa claro seu traslado teórico para uma perspectiva sustentada na tendência à *interdependência*, onde desenvolvimento do capital não mais tem fronteiras e sua reprodução passa a ser buscada em esfera mundial.

Donde se tem o fato de que a perspectiva de desenvolvimento do capital fala mais alto que as demais alternativas, no atual momento capitalista, abrindo-se assim como melhor opção política à estreita relação dos interesses nacionais, aos interesses da própria reprodução do capital em espaço uno. Utilizando as palavras do autor, “convém focalizar a industrialização da periferia pela ótica do capital e do investimento, muito mais do que pela idéia de que o “capitalismo avançado” requer mão-de-obra explorada da periferia.” (CARDOSO, 1995, 111)

Para Cardoso mesmo não estando resolvidas as contradições inerentes ao modo capitalista de produção, convém reforçar que o ambiente da *interdependência* é menos perverso do que o foi o nacional desenvolvimentismo dos anos 50, dado que o atual ambiente capitalista propicia ao mercado interno, das economias em desenvolvimento, a incorporação técnicas mais modernas de produção.

Fazendo reservas quanto à questão da tendência à marginalização de parcela das sociedades latino-americanas, com o processo de desenvolvimento capitalista, Cardoso sustenta que esta situação se “explica antes pela formação histórica capitalista na América Latina, pela qual superpuseram-se distintos modos de

produção do que por qualquer lei do capitalismo periférico ou dependente.”
(CARDOSO,1995,114)

Acrescenta ainda,

“...se isso cria um problema de emprego, de miserabilidade e de marginalização, trata-se de um problema histórico importante por seus aspectos humanos e políticos, mas não deve confundir-se, no plano teórico, com um problema que torne irrealizável a expansão capitalista.” (CARDOSO,1995,114)

Vale ressaltar o fato de que como são distintas as formas de desenvolvimento alcançadas pelas diversas economias latino-americanas, a maneira como a dependência atual coexiste, fundamentalmente, com as formas anteriores de dependência, contudo, “não pode obscurecer que, teoricamente, a internacionalização do mercado interno é a forma fundamental da situação contemporânea de dependência.” (CARDOSO,1995,116)

Quanto à nova perspectiva do Estado neste novo contexto dependentista de internacionalização do capital, este deve reestruturar-se com vistas a acompanhar o desenvolvimento capitalista da periferia. Enquanto o Estado periférico foi visto no período do desenvolvimento para dentro como berço da Nação, na nova forma de dependência, dado o possível limite de acordo entre os interesses de classes, este se moderniza e assume uma tendência de estreita associação com o capital externo.³²

Atualmente, a partir de todos os sucessos e insucessos advindos das diversas propostas de desenvolvimento realizadas no mundo, mas principalmente nas economias periféricas, o que está em xeque é a capacidade transformadora das instituições. E, a instituição capitaneadora, no caso latino-americano, das propostas de desenvolvimento efetivadas, foi o Estado. Este, portanto, merece sofrer alterações com vistas a moldar-se a essa nova perspectiva de desenvolvimento capitalista.

O Estado, por sua vez, mostrava as contradições inerentes a estas economias a partir das políticas efetivadas. Ora dava maior espaço às relações entre capital

³² Para uma análise sobre o papel do Estado e a conduta política num ambiente de nova dependência ver as obras de Cardoso: “Autoritarismo e democratização” (1975) e o texto intitulado “Modelo político brasileiro”, contido no livro “A construção da democracia” (1993).

estrangeiro-capital nacional moderno, ora aceitava a prevalência do setor latifundiário.

Cardoso enfatiza a necessidade de ser conjugada teoria e prática na análise do desenvolvimento. Segundo o autor,

“...não existe uma nítida separação entre conceito e história, entre teoria e política. O conceito nasce impuro na luta prática. No teste real para sua adequação a teoria se consolida na medida em que permite ver mais claro o processo real...isto decorre ao mesmo tempo da capacidade que se tenha de fundir nos movimentos sociais a perspectiva política derivada do campo de percepção aberto pelo discurso teórico.” (CARDOSO, 1995, 85)

Vejamos: o autor explicita a necessidade de aliar teoria e prática numa proposta objetiva de desenvolvimento para o País. Não se pode dizer, portanto, que o mesmo não intentava fazer parte dos ditames políticos da economia brasileira, até mesmo porque Cardoso teve, nos anos 80, participação política ativa, não havendo inflexão teórica nessa sua forma de analisar a conduta que levaria ao desenvolvimento do País.³³

O autor ressalta que no estudo de uma nova perspectiva de dependência, deve prevalecer a razão sobre a técnica, uma vez que o que está em jogo “é a crença na razão, ou pelo menos a crença no modo pelo qual a Razão se faz presente como técnica e como princípio formal de ordenação do mundo.” (CARDOSO, 1995, 179)

Cardoso enfatiza, que os argumentos dos dependentistas, a partir da contestação das limitações estruturalistas, no estudo do desenvolvimento, são: existe penetração financeira e tecnológica pelos centros capitalistas desenvolvidos; esta penetração produz uma estrutura econômica desequilibrada tanto internamente nas economias periféricas como entre estas e os centros; a qual supõe limitações para o crescimento econômico auto-sustentado na periferia; e propicia a emergência de padrões específicos de relações capitalistas de classe; as quais requerem

³³ Entretanto, a inflexão da perspectiva político-partidária do autor é algo a ser averiguada, uma vez que o mesmo atuou no MDB e atualmente está vinculado ao PSDB, possuindo esse partido uma aliança política com o partido mais conservador da economia brasileira – PFL.

modificações no papel do Estado para afiançar tanto o financiamento da economia quanto a articulação política de uma sociedade que contém, em si, focos de inarticulação e de desequilíbrio estrutural.

3.3. A originalidade da cópia

Neste artigo, Cardoso faz um breve apanhado das distintas leituras desenvolvimentistas dos anos 40 aos anos 70, tentando demonstrar em que pontos podemos validar a originalidade do pensamento estruturalista latino-americano.

Levantando consistentes questionamentos quanto à veracidade da teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, reinante na discussão desenvolvimentista mundial, a CEPAL, a partir dos escritos de Prebisch, critica a perspectiva clássica, com sua originária idéia sobre a tendência à deterioração dos termos de troca, entre as distintas economias no comércio internacional.

O estruturalismo negava a lei das vantagens comparativas de David Ricardo, segundo a qual caberia aos países especializarem-se segundo suas dotações de recursos.

Prebisch argumentava que existia uma tendência ao crescimento das disparidades entre as nações nas relações econômicas internacionais, fazendo com que as economias fossem caracterizadas como centrais ou periféricas. Nas economias centrais prevalecia a homogeneização do progresso técnico e a diversificação da mão-de-obra empregada. Já nas economias periféricas, produtoras de bens primários, prevalecia a tendência à pouca diversificação tecnológica e baixa produtividade do trabalho.

Essa distinção mostrava que no comércio internacional havia uma tendência à deterioração dos termos de troca, uma vez que os preços dos produtos primários tendiam a declinar, enquanto os preços dos produtos manufaturados tendiam a valorizar-se. Assim, nos períodos de recessão dos países centrais a propensão era a

de que os preços dos produtos manufaturados caíssem menos do que os dos produtos primários, mostrando a natureza cíclica destas relações de troca³⁴.

E, ao contrário do que era sustentado pelos estudiosos neoclássicos, ao invés de haver uma força de equilíbrio nas relações internacionais, a tendência era de assimetria da divisão dos ganhos entre as nações. Isto por sua vez, tendia a “reproduzir as condições de subdesenvolvimento e a aumentar o fosso entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.” (CARDOSO, 1995, 43)

Para que estes problemas fossem resolvidos, Prebisch argumentou que era necessário efetivar uma proposta de desenvolvimento que primasse pelas seguintes questões: 1) industrialização substitutiva para endogeneizar o progresso técnico; 2) o aumento da produtividade era indispensável; 3) sem acumulação não haveria desenvolvimento; 4) não deveria ocorrer a compressão do consumo popular que já era baixíssimo³⁵.

Ao rebater as leis da vantagens comparativas de David Ricardo, a CEPAL estava argumentando que existiam outras possibilidades para as economias periféricas conseguirem desenvolver-se, sem ter que se moldar a esta perspectiva ortodoxa. Um exemplo disso, foi a formulação do desenvolvimento a partir da industrialização substitutiva. “Industrializar, aumentar o coeficiente técnico da produção agrícola e aumentar os salários das camadas trabalhadoras eram tidos como a receita para escapar dos males diagnosticados pela CEPAL.” (CARDOSO, 1995, 16). Portanto, estes conceitos tornam-se os fundamentos da leitura estruturalista.

Recebendo, a partir deste posicionamento, severas críticas tanto da esquerda quanto da direita, a CEPAL persistia em sustentar uma visão nacionalista sobre a questão do desenvolvimento latino-americano.

Cardoso, argumenta que os pensadores estruturalistas foram pouco explícitos quanto à perversidade do capital internacional para o desenvolvimento das

³⁴ Para um maior esclarecimento sobre o assunto ver: RODRIGUEZ, Octávio. Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL e, PREBISCH, Raúl. Os problemas “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas” (1949).

³⁵ CARDOSO (1995), pág. 53.

economias periféricas, bem como quanto ao porquê da fragilidade do empresariado nacional em reter os frutos das relações comerciais mundiais. Utilizando as palavras do autor,

“...existe um hiato explicativo no mecanismo de transferência de ganhos da Periferia para o Centro, que a noção de insuficiência dinâmica do capitalismo periférico antes obscurece do que explica. Falta uma análise das relações internacionais de exploração – do colonialismo e do imperialismo – para tornar mais consistente e transparente a posição crítica inicial da CEPAL.” (CARDOSO,1995,38)

Contudo, apesar de suas limitações teóricas quanto à fragilidade do desenvolvimento latino-americano e suas principais causas, a CEPAL era extremamente otimista quanto à possibilidade de serem superados estes percalços. Acreditando que a industrialização substitutiva, ao internalizar o D1 proporcionaria o almejado desenvolvimento mais equânime entre as classes sociais, a CEPAL desenha uma plataforma de ações políticas para alcançar tal feito.

A concretude assumida pela CEPAL deu-lhe vida, segundo o autor, e possibilidade para que suas propostas de desenvolvimento latino-americano continuassem vigentes até os anos 70. Dada esta característica de adentrar nas especificidades do momento histórico vigente, é que

“...a CEPAL gerou ideologias e motivou a ação abrindo-se à prática política. Por isto mesmo tornam-se mais visíveis as debilidades de sua análise que aponta as causas da desigualdade, mas limita a crítica aos umbrais do tema, sem desvendar o conteúdo de classe da exploração econômica entre centro e periferia e na periferia.” (CARDOSO,1995,71)

Cardoso valoriza este pragmatismo e otimismo originário do estruturalismo. Entretanto, o autor repudia totalmente o pessimismo dessa escola após o fim da Segunda Guerra Mundial. Pois, a partir da tendência a internacionalização dos espaços periféricos pelas empresas multinacionais, o pensamento cepalino vê-se envolto em uma armadilha advinda do próprio momento histórico, dado que as transnacionais começam a migrar para os espaços periféricos, mostrando que não era

o capital estrangeiro o responsável pelo atraso das economias periféricas, pondo por terra muitas das postulações básicas da escola estruturalista.

Além disto, devido à incapacidade de resolver os problemas referentes aos contrastes sociais, não conseguindo responder satisfatoriamente ao problema da distribuição da renda e da propriedade, “acabaram por abalar certas convicções assentadas na CEPAL e de indiscutível ancestral no pensamento clássico (tanto liberal quanto marxista).” (CARDOSO,1995,61)

Na verdade, a crítica maior à CEPAL referiu-se à sua concepção política do desenvolvimento, onde a mesma sustentava que o processo de industrialização substitutivo deveria ser articulado pelo Estado, sendo este agente interventor-produtor. Isto porque, para a CEPAL, havia que se dirimir os problemas concernentes às classes populares, fazendo com que a distribuição de renda fosse mais equitativa.

A CEPAL³⁶, então, envereda por uma perspectiva catastrofista/estagnacionista, ressaltando que longe de ser resolvida a relação díspare entre centro e periferia esta tende a ser agudizada com a migração das multinacionais para os espaços periféricos. Cardoso repudia totalmente esta leitura cepalina do desenvolvimento pós Segunda Guerra, uma vez que não existia incongruência entre dependência e desenvolvimento, mesmo que permanecessem certas contradições.

O autor acredita que todo o avanço conseguido pelo pensamento cepalino a partir de sua negação do receituário liberal mundial, sofreu um retrocesso ao diagnosticar como contínua a tendência ao não desenvolvimento latino-americano. E esta mudança de leitura conjuntural, reforçou tanto a tendência estagnacionista das economias periféricas que, para Cardoso, “...parece justificável dizer que o pensamento cepalino desta época entrou na fase de declínio relativo.” (CARDOSO,1995,60)

Isto chega a tal ponto, diz Cardoso, que a CEPAL entra na discussão modista dos anos 60 de diferenciar crescimento de desenvolvimento econômico. Todo o seu

³⁶ Para uma leitura atual do pensamento cepalino, ver: CEPAL (1996) . *Transformacion productiva con equidad*.

pragmatismo em termos das políticas econômicas necessárias para o rompimento do ciclo vicioso do subdesenvolvimento, abre espaço a uma discussão ideológica, mostrando a verdadeira crise de paradigmas na qual se encontra este pensamento. Segundo Cardoso, a CEPAL sustentava que o desenvolvimento

“...só ocorreria se houvesse melhor distribuição de renda e da propriedade, permitindo um desenvolvimento mais completo do homem(...). A fragilidade de tal colocação está em que confunde a crítica socialista ao capitalismo com a inviabilidade dele. Na mesma época, na prática, as empresas multinacionais haviam deslanchado precisamente um enérgico processo de acumulação capitalista na periferia, através de formas de exploração que continham todos os ingredientes criticados acima.” (CARDOSO, 1995, 63)

Entendamos a colocação de Cardoso: não só o desenvolvimento pode ocorrer aliado à dependência, como isto foi um fato a partir da migração das empresas multinacionais, instalando-se, também, nos espaços periféricos. Nesse sentido, a CEPAL entra numa discussão ideológica quanto ao desenvolvimento onde este parece ter de se sustentar em pressupostos ideológicos, uma vez que é da própria evolução capitalista, a tendência ao desenvolvimento desigual e combinado. Para o Cardoso não faz sentido, portanto, a distinção entre crescimento e desenvolvimento, uma vez que estes dois termos tendem a se confundir a partir da internalização das forças capitalistas de produção nos espaços periféricos.

Ora, como é que isto pode ocorrer, indagamos, se mesmo com a complexidade da internacionalização da economia, continuamos a reboque dos ditames das grandes corporações internacionais? Como é que desenvolveremos, mesmo endogeneizando D1, se o efeito multiplicador da economia se dá nos espaços centrais, dado que a inovação ocorre lá e não aqui? A distribuição de renda ao invés de tornar-se mais equitativa amplia-se, reforçando uma tendência inexorável do nosso tipo de desenvolvimento? Como é que sem uma autonomia, mesmo que relativa, pode se pensar em desenvolvimento? Estas são algumas dentre outras questões que podiam ser levantadas.

Cardoso, não adentrando nesta celeuma do pensamento latino-americano, e até mesmo considerando-os irrelevantes na discussão maior do desenvolvimento

capitalista, acredita que estas indagações *estagnacionistas* são fruto de um posicionamento que *desmoronou*, caindo em sua própria armadilha. Pois,

“...esta decorria de confusões entre os ideais reformistas e a análise específica do desenvolvimento do capitalismo. A incompatibilidade entre estes e as desejadas reformas motivava frustrações; contudo, o produto nacional dos países periféricos que se industrializavam não deixava de crescer e o progresso técnico se acentuava, apesar das distorções.” (CARDOSO, 1995, 63)

Envolvida na crise de suas propostas, a CEPAL envereda por uma discussão social do desenvolvimento, segundo Cardoso, sem estruturar objetivamente qual a sua nova perspectiva de desenvolvimento. Passou então para uma discussão puramente ideológica quanto à forma de desenvolvimento almejável.

Repudiando peremptoriamente o pessimismo do pensamento estruturalista dos anos 60 em diante, o autor sustenta que esta escola perde muito de sua relevância dado que abre mão de uma proposta ousada e original quanto ao desenvolvimento. Na verdade, Cardoso lamenta a perda do otimismo do pensamento cepalino dos anos 40.

Nas palavras do autor,

“...o que parece conveniente sublinhar é que se o diagnóstico dos anos iniciais foi brilhante em comparação com as primeiras revisões do começo da década de 60 e do pessimismo mal posto da mesma época, do ponto de vista de uma crítica radical ao próprio desenvolvimento capitalista, os equívocos estagnacionistas e o pessimismo geraram dúvidas e inquietações que permitiram ampliar o horizonte cognoscitivo quanto à natureza social e aos efeitos do desenvolvimento capitalista.” (CARDOSO, 1995, 65)

O que significa dizer que a CEPAL entra num período de obscurantismo, por volta de meados dos anos 50 em diante, não conseguindo objetivamente sustentar suas propostas iniciais bem como proporcionar novas alternativas evolutivas de seu posicionamento originário.

Muitos estudiosos do desenvolvimento capitalista tentaram a partir de uma leitura própria, dar continuidade à perspectiva estruturalista, com o intuito de superar

suas limitações teóricas. Gundar Myrdal, Nurske, Baran e Hirschman³⁷, são exemplos de estudiosos que aceitaram a tendência da assimetria no cenário internacional e, cada qual com uma perspectiva própria, ajudou a desenvolver um pouco mais a perspectiva estruturalista nos anos 50.

Mesmo tendo estes autores argumentações e soluções distintas para o problema do desenvolvimento capitalista, eles sustentavam que a fragilidade maior estava centrada na limitada magnitude do mercado interno, consumidor e investidor – sendo este o argumento reiterado pelos estudiosos da CEPAL.

Baran, por exemplo, acredita que a estreiteza do mercado, a partir da falta de oportunidades de investimentos e da escassez de recursos para investir, são os verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento latino-americano. A partir do processo de liquidez internacional e da migração das multinacionais para as economias periféricas nos anos 60, o autor revê sua perspectiva de estreiteza do mercado argumentando que a questão maior era a de inadequada utilização do excedente econômico.

Baran, na verdade, acreditava que se as economias periféricas conseguissem endogeneizar a determinação do investimento isto poderia propiciar uma inserção mais equilibrada nas relações econômicas internacionais. Mas, como a inovação continuava ocorrendo nas economias centrais, a tendência à estagnação era latente nos espaços periféricos.

Cardoso acha extremamente limitada esta leitura do desenvolvimento, uma vez que não consegue resolver as fragilidades latino-americanas concernentes ao desenvolvimento. Diz o autor sobre o posicionamento desenvolvimentista de Baran:

“...apresentou uma teoria que aceita que o investimento tende a converter-se em autogerador, e sua carência em auto-estagnadora, e que vê no uso irracional do excedente fator impeditivo do desenvolvimento. Este levaria os países periféricos à estagnação econômica, da qual só sairiam por vias políticas.”
(CARDOSO, 1995, 51)

³⁷ MYRDAL (1972). “Princípio da causação circular e acumulativa”. HIRSCHMAN (1961). “Estratégias do desenvolvimento econômico; FRANK, Gunder. (1973) “Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina”.

Na verdade, o que Cardoso não percebia era o fato de que a reinversão dos lucros é feita no exterior, dado que toda vez que a periferia necessita de maquinário e equipamento de ponta, o mercado interno não pode oferecer por conta de seu pouco, ou inexistente, caráter inovador. Ao não gerar o efeito multiplicador na periferia, por conta disto, esta acaba especializando-se na produção de bens próprios dos departamentos D2 e D3 e os centros na difusão dos produtos advindos do DI.

Cardoso, portanto, parece ignorar a importância das relações interdepartamentais. Ao contrário do que salienta Cardoso – e na linha de Baran – acreditamos que para que haja desenvolvimento, (e este é muito mais amplo do que a questão do crescimento) tem que ser internalizado o DI bem como ocorrer uma política de desconcentração de renda.

Nestes termos, Cardoso reforça sua crítica dizendo que por mais distintas que sejam as fases pelas quais passa o pensamento cepalino – do período otimista dos anos 40 ao pessimista dos anos 60 – ambos são taxativos quanto ao desenvolvimento latino-americano: industrialização via substituição de importações e protecionismo; política de financiamento externos; e, não diminuição dos salários, com o intuito de evitar a limitação do consumo interno.

Ao verificarmos a postura ideológico-teórica de Baran, um representante do marxismo, e analisarmos o estruturalismo cepalino, percebemos, segundo Cardoso, que

“...a linguagem era distinta, os fundamentos da explicação também, mas ambas vertentes viam no exterior o inimigo principal e ambas coincidiam em que sem esforço interno para remover obstáculos ao desenvolvimento não haveria melhoria do nível de vida das massas. Essas coincidências deram uma coloração levemente vermelha ao pensamento cepalino.”
(CARDOSO, 1995, 55)

Argumentando que o salto qualitativo na discussão destas questões advém da perspectiva dependentista, Cardoso sustenta que, empiricamente, após a Segunda Guerra Mundial, uma das vertentes existentes no interior desta escola já alertava os investigadores do desenvolvimento para o fato de que: 1) existe dinamismo na forma

de expansão capitalista chamada de desenvolvimento dependente e associado; 2) este dinamismo é parcial e repõe tanto os problemas do balanço de pagamento quanto de assimetria internacional; 3) entretanto, não subsistem as teses sobre desenvolvimento do subdesenvolvimento ou da superexploração estagnacionista, e, 4) tampouco se pode pensar que as hipóteses de uma expansão com efeitos similares ao que ocorreu no Centro ocorrerá na Periferia.

Nesse sentido, dependência e desenvolvimento não só eram possíveis caminhar juntos como foi o que ocorreu no período de internacionalização da economia mundial. Cardoso salienta com isto, que mesmo havendo os dependentistas voltados para uma perspectiva nacionalista, havia também aqueles que ressaltavam a necessidade de percebermos como é que estava ocorrendo a reprodução do capital em escala mundial, para a partir disto, efetivarmos uma proposta racional de desenvolvimento.

Apesar de todas as considerações feitas sobre as limitações e alcances do estruturalismo cepalino, e mostrando que não toma partido numa interpretação de cunho nacionalista, Cardoso acrescenta que não há como deixar de evidenciar a relevância desta escola, haja vista suas pragmáticas contribuições no campo político latino-americano nos anos 40.

Em sendo assim, tentar derrubar ou desmerecer os escritos cepalinos é por demais errôneo, dado que

“...a criatividade na ciência mede-se pela gula que uma teoria desperta em seus seguidores para superá-la e fazê-los ter de dizer: sem esta brecha, não teria podido abrir atalho que me permitiu ver mais longe. A CEPAL produziu idéias que ajudaram a compreender, em seu momento, alguns dos problemas centrais da acumulação capitalista na periferia e alguns dos obstáculos que se lhe antepõem. Elas se modificaram e mudando de pena *como sói acontece com idéias-força*, continuaram vivas, às vezes noutras instituições ou com outras cores, ao mesmo tempo em que deixaram pelo caminho os segmentos mortos, como costuma ocorrer com todas as interpretações científicas.” (CARDOSO, 1995, 73-74)

Não nos esquecendo do que foi dito antes: esta é a única ressalva que pode ser feita quanto à originalidade do pensamento latino-americano, pois, a perspectiva

dependentista não só avançou teórico-concretamente, mas, principalmente, dentre suas vertentes atingiu outro patamar de análise, alcançando uma interpretação *interdependentista*, atenta à migração e configuração do capital internacional, como salienta Cardoso.

Em outras palavras, a perspectiva estruturalista cede espaço à dependentista, que por sua vez avança para uma leitura mais próxima da realidade voltada para uma tendência à supranacionalidade e interdependência mundial. E é nesta leitura do desenvolvimento capitalista, mais uma vez, que se situa Cardoso.

3.4. Limites e superações do conceito de desenvolvimentismo

Nos dois últimos artigos que compõem a coletânea estudada neste capítulo, datados respectivamente de 1977 e 1979, que são uma crítica à volta da postura ideológica na discussão do desenvolvimento, Cardoso levanta questionamentos sobre a idéia de um novo tipo de desenvolvimento, às portas do século XXI, ancorada na justiça social e qualidade de vida.³⁸

Como resultado das proposições heterogêneas da escola dependentista temos que na questão da perspectiva do desenvolvimento, esta escola ainda tem contas a ajustar com seus respectivos críticos dos anos 70. Pois,

“...se os cepalinos são insuficientes na caracterização e na crítica, os dependentistas tornam-se, pelo muito amor a uma visão racional e integrada a partir da experiência do passado europeu, surpreendentemente estéreis: proclamam o que não deve ser, mas param a meio caminho na crítica concreta e propõem o mesmo desenvolvimento, em prol de outras classes.”
(CARDOSO, 1995, 203)

Evidentemente, Cardoso está endereçando esta crítica aos dependentistas mais catastrofistas que não comungavam da mesma idéia leitura, no que tange à tendência à interdependência nas relações econômicas internacionais. Em sendo estéreis na questão do desenvolvimento, estes não avançam tudo o que deveriam na

³⁸ Os títulos destes textos são: “Por um outro desenvolvimento” (1977) e, “O desenvolvimento na Berlinda” (1979).

discussão, tornando-se limitados como o foi o pensamento cepalino no período imediatamente anterior.

Levando em consideração o fato de que alguns pontos ressaltados pela crítica ao dependentismo eram pertinentes, isto fez com que fossem repensadas, na leitura de Cardoso, muitas estratégias, com vistas à busca de um ideal de igualdade e de racionalidade nos usos dos fatores de produção.

Resumidamente, foram ponderados por Cardoso os seguintes quesitos, quanto a uma atual proposta de desenvolvimento: 1) preocupação com o meio ambiente e destruição dos recursos não renováveis; 2) busca da igualdade produtiva a partir da racionalidade do uso dos recursos escassos; 3) melhor distribuição da riqueza a partir da melhor distribuição dos recursos de produção; 4) rompimento da concentração da riqueza a partir de um novo condicionamento político; 5) rompimento da causação circular e acumulativa a partir de melhores informações acerca da proposta de desenvolvimento, com vistas a assegurar a autonomia de decisões, bem como a criatividade encontrada por cada país.

Nessa nova linha propositiva do desenvolvimento³⁹,

“...o conceito-chave é o de ‘*self-reliance*’, que implica na definição autônoma de estilos de desenvolvimento e de vida, que estimulem a criatividade e conduzam à melhor utilização dos fatores de produção, diminuam a vulnerabilidade e a dependência, de tal modo que as sociedades contem mais com suas próprias forças de resistência, confiem em si próprias, e tenham meios para serem dignas. Aplica-se a ‘*self-reliance*’ tanto a nível local como nacional e internacional. (CARDOSO, 1995, 214)

Abrindo o debate com esta nova postura ideológica quanto ao desenvolvimento que se quer, Cardoso salienta o fato de que, tal como os antigos dependentistas estes novos teóricos também não definem o sujeito desse novo processo de desenvolvimento associado, os críticos tampouco o fazem.

³⁹ Para uma leitura mais detalhada sobre a questão da crise da civilização advinda da própria evolução capitalista, ver os textos analíticos sobre esta temática contidos em SADER, Emir, “O Mundo depois da Queda” (1995).

A partir destas fragilidades explícitas no pensamento desenvolvimentista latino-americano, a análise de uma proposta alternativa a um *another development* deve centrar-se não unicamente na dicotomia centro-periferia, mas sim, e prioritariamente, na questão do sujeito responsável pela transformação a partir do jogo de poder constituído. Pois,

“...assim como os dependentistas se embaralharam quando tiveram que precisar no âmbito de suas perspectivas teóricas quais seriam os sujeitos históricos das transformações, os teóricos do *another development* tampouco são explícitos na análise desta questão. Pior ainda, enquanto os desenvolvimentistas cepalinos bem ou mal viam no Estado Ilustrado o princípio ordenador do desenvolvimento, elidindo a questão da revolução, e os dependentistas mantinham acesa a pira sagrada dessa última, os defensores do *another development* oscilam em seus textos entre uma atitude valorizadora da dignidade humana e a reforma burocrático-institucional, a nível das Nações Unidas.” (CARDOSO, 1995, 217)

Continua Cardoso,

“Se os cepalinos simplesmente desdenharam da questão e os dependentistas não deram nitidez às forças sociais de transformação, os teóricos desta década quando enfrentam concretamente o problema, colocam como sujeito do processo de transformação os burocratas internacionais. É este o calcanhar de Aquiles do pensamento atual sobre o ‘*another development*’. Revoluções sem sujeito ou reformas com sujeitos ocultos. Talvez se tenha no horizonte um conjunto de alternativas dos ‘para que’ do desenvolvimento e mesmo dos ‘para quem’. Falta saber quem o fará e como. Mas seria injusto pedir aos teóricos solução para problemas que a prática, que é mãe da teoria, ainda não aponta como uma possibilidade objetiva.” (CARDOSO, 1995, 223)

Ao reforçarem a proposta do *self-reliance*, estes retornam à proposta do desenvolvimento autônomo, dado que as sugestões vão, desde a preocupação com os bens coletivos, até à definição de um código de ética para as transnacionais, valorizando a criatividade local e a diversidade dos caminhos para o alcance do desenvolvimento.

Contudo,

“...se para algo serviu a crítica contemporânea aos efeitos desastrosos de certo tipo de desenvolvimento, foi para ressaltar que não basta a apropriação coletiva

dos meios de produção se for para produzir o mesmo que a empresa privada é capaz de fazer; e não basta substituir o gigantismo das multinacionais e das burocracias dos executivos pelo mamutismo do setor estatal controlado por uma burocracia fiel a um partido também burocrático.” (CARDOSO, 1995, 220-221)

Não admitindo uma volta da antiga discussão socialismo *versus* capitalismo, na atual fase do desenvolvimento capitalista, o autor enfatiza o fato de que a crise do paradigma desenvolvimentista latino-americano nos tempos atuais reforça o fato de que o pensamento político em tal análise é frágil.

Volta à tona, portanto, a antiga discussão teoria *versus* prática nas estratégias políticas de ação. Portanto, ao mesmo tempo em que não se deve dissociar estas duas proposições, elas devem estar inseridas nas estratégias alternativas como forma real de determinação política de intervenção. Pois,

“...na medida em que para plasmar um novo estilo de desenvolvimento se requerem políticas e programas de ação, reintroduzindo o princípio de realidade, sem o qual os valores e as utopias tornam-se flores de estufa. É dele, contudo, que deriva a força da utopia atual: a civilização industrial contemporânea criou, de fato, as bases materiais para a igualdade com decência ao elevar os patamares mínimos de acumulação que já estão à disposição dos homens, tecnicamente falando.” (CARDOSO, 1995, 160)

Esta questão explicita uma contradição na atualidade que não é somente dos países latino-americanos, ou periféricos em geral. Em outras palavras, se a proposta de desenvolvimento tinha locais definidos como alvos certos a serem atingidos, agora ela ganha uma dimensão una, em termos de economias centrais e periféricas. Pois, “também existem bolsões de miséria nos países industrializados, onde o fruto mais cobiçado da civilização industrial acabou criando os problemas de abundância já apontados: poluição, insegurança.” (CARDOSO, 1995, 162)

Mais que isto, os contrastes sociais estão latentes também nestas economias sendo evidenciados pelas relações temerosas existentes entre as classes ricas e pobres destes países;

“...nos bairros ricos refugiados em guetos cuidadosamente construídos, e nas fortalezas modernas, esses luxuosos edifícios de apartamentos ou grandes

mansões, vivem todos aqueles que, ainda que teoricamente sejam consumidores da civilização da abundância, de sobremesa têm de engolir, para iludir o medo às cidades, o próprio isolamento em circuitos fechados de fausto e fastio.” (CARDOSO, 1995, 163)

A alternativa para toda essa problemática do desenvolvimento mundial, está, segundo Cardoso, na consolidação da democracia participativa, mobilizadora social e inclusiva. Os instrumentos políticos a serem utilizados são: o sistema de produção; novas formas de regulação do mundo do trabalho e, controle das organizações que lideram a comunicação de massa.

A programação em termos de qualidade de vida abarcando uma reestruturação educacional, cultural, e social, mostra a necessidade de um caráter realista para a questão do desenvolvimento, indaga o autor. Onde que a alternativa para a ruptura das aflições gerais em fins deste século, está basicamente, como já foi dito, na democracia participativa, dado que ao mesmo tempo que é uma situação de pobreza para a maioria da população mundial, também o é uma situação de medo para a população em geral, como salienta o autor.

De forma que isto reforça o fato de que “democracia de participação significa discutir, a nível das comunidades trabalhadoras, educacionais e políticas, o que, o porquê e o para quem das decisões, antes de partir para qualquer tipo de centralização.” (CARDOSO, 1995, 164). Isto requer uma racionalidade social, a partir da verificação do quão variadas podem ser as alternativas para um outro estilo de desenvolvimento.

Nesse sentido, quando se discute para quê e para quem almeja-se uma plataforma de diretrizes políticas a serem efetivadas, explicitando o caráter concentrador ou não da mobilização social, tem que se ter como objetivo

“...o cálculo social dos custos e benefícios, e não a pseudo racionalidade do mercado, que é, na verdade, a racionalidade da acumulação e da apropriação, por uns poucos, do resultado do trabalho da maioria. O alvo é a expansão do bem-estar do coletivo, não em um aumento da produção.” (CARDOSO, 1995, 163)

Frente a todas as transformações ocorridas pós anos 70 e, dada a caracterização da continuidade da concentração de renda e, conseqüentemente, do poder em poucas mãos (tanto em termos de classes quanto em termos de nações), há uma convicção mundial quanto às seguintes proposições: 1) a adaptação do controle técnico-científico, principalmente nas economias periféricas, deve ser acompanhada por um rígido controle político a fim de que não se tenham muitos transtornos sociais; 2) a questão do desenvolvimento não deve ser entendida como uma via de mão única, onde todos devem seguir as etapas rostowinianas para alcançar uma alternativa de longo prazo. As alternativas devem ser postas com criatividade, pesquisa e reorientação de inversões; 3) a auto-confiança bem como a qualificação dos técnicos das economias dependentes devem ser os alavancadores da nova proposta de desenvolvimento; 4) em sendo assim, a dependência tecnológica, política, social e cultural dará espaço a uma alternativa viável de desenvolvimento.⁴⁰

Mas, no caso da América Latina,

“...a defesa das liberdades básicas, tanto individuais quanto sociais, tem sido confiada a umas quantas instituições e organizações cujas repetidas denúncias perderam força exatamente porque repetidas. E porque, também, partem de entidades que têm sido acusadas muitas vezes de defender interesses privados ou de depender ideologicamente de um determinado partido.”
(CARDOSO, 1995, 176)

Portanto, numa proposta alternativa de desenvolvimento, levadas em consideração tanto as idéias estruturalistas cepalinas, bem como os avanços críticos feitos pelos estudiosos da dependência, deve-se priorizar o cálculo social dos custos e benefícios do processo, tendo como ponto de chegada o alcance do desenvolvimento e a respectiva ruptura da dependência. Ressalvando, entretanto, que “ao invés do capitalismo estar na berlinda, são os desvios do “estilo de desenvolvimento” que são crucificados.” (CARDOSO, 1995, 212)

E, para além do economicismo instrumental utilizado na medição do desenvolvimento das economias latino-americanas, há que se evidenciar, insiste

⁴⁰ Vide Hirschman (1968).

Cardoso, índices que mensurem a qualidade de vida dos cidadãos. Isto é conseguido quando se alia à democracia participativa a vontade política da transformação.

Tecendo comentários sobre a longa lista de pleitos para essa nova perspectiva de desenvolvimento, o autor observa que

“à medida que se desce do nível dos problemas mais gerais para os problemas mais específicos fica mais visível que não é a civilização industrial em si que causa os problemas, mas são os interesses sociais e econômicos de distintas minorias em distintos países que dão a ela o contorno fantasmagórico de uma civilização de Molachs que devora seus frutos.” (CARDOSO, 1995, 154-155)

Caso isto não ocorra, a utopia não cederá lugar ao pragmatismo de uma nova conduta política com vistas a dirimir os persistentes conflitos existentes entre as classes, bem como persistirá a qualidade de vida que requer superar, nesta nova perspectiva de desenvolvimento. Mas, observa Cardoso, dado que tem continuidade a dominação da maioria pela minoria, o outro desenvolvimento deveria centrar-se na discussão do poder.

Tendo em vista o caráter contraditório que emerge desta utopia do novo tipo de desenvolvimento que se quer, os analistas partem, segundo Cardoso, de uma visão idealista, onde o mais importante é a questão da justiça social. Nas palavras do autor, emergem “sinais sensíveis de uma vontade de mudança que começa pelo que, na lógica das estruturas, deveria ser o fim: obter uma ordem mais justa entre as nações, antes mesmo de alterar a ordem interna das nações.” (CARDOSO, 1995, 158-159)

Isto, por sua vez, ganha *status* mundial, entrando, prioritariamente, na agenda dos organismos internacionais, com relação a alternativas para a tendência ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo.

Esta reivindicação por um mundo novo baseado na justiça e na igualdade mostra toda sua fragilidade, argumenta o autor, ao ater-se aos problemas gerais e não específicos a cada país na questão da dominação. Assim, esta nova vertente não percebe que

“...não há reforma técnica capaz de oferecer igualdade concreta, embora haja muitas reformas técnicas que possam resultar em mais saúde, mais educação ou

mais comida, sempre e quando sejam mantidos certos e convenientes diferenciais na apropriação destes bens por alguns grupos.” (CARDOSO,1995,160)

Em contrapartida à relevância da discussão dos agentes responsáveis pela transformação de um desenvolvimento mais equitativo, os ideólogos do *another development* centram seus posicionamentos teóricos em dois conceitos-chave fundamentais: autonomia e auto-confiança. Conceitos estes baseados na idéia de tornar-se necessário uma “categoria política que rejeita a idéia de que a superioridade tecnológica das grandes potências é inevitável e que, por isso mesmo, implica a não-aceitação do monopólio das tecnologias sofisticadas.” (CARDOSO,1995,165)

E, como a questão da crise e incerteza, como já salientamos, abarcam também as economias centrais, caminhamos, segundo Cardoso, para a convicção de alguns pontos fundamentais concernentes à questão do novo estilo de desenvolvimento: 1º) o modelo tecnológico que os países industrializados exibem não pode ser aplicado sem provocar sérios transtornos, a menos que seja acompanhado de significativas redefinições do controle político e de suas consequências sociais; 2º) existem alternativas viáveis de solução que só requerem imaginação, pesquisa e reorientação das inversões; 3º) não existem argumentos convincentes para vincular as economias subdesenvolvidas a formas de dependência tecnológica economicamente exploradoras baseadas em marcas registradas, *know how*, e outros contratos; e, por fim, a revolução cultural dos países de Terceiro Mundo deveria incluir em seus objetivos a formação de quadros tecnicamente qualificados.

Mas deve ser ressaltado que a cooperação internacional ainda não conseguiu surtir efeitos, uma vez que os organismos mundiais não sustentam suas preocupações no fato de que

“...o outro desenvolvimento obriga a descartar, dentro das Nações Unidas, nos governos e entre as elites, a vã pretensão de que a meta final já está clara e de que é tecnicamente possível elaborar o programa de ajuda e planejamento que indicará o caminho para o mundo maravilhoso.” (CARDOSO,1995,168)

Para tanto, é fundamental investir em pesquisa, respeitando as diversidades regionais e especificidades de cada país, mostrando que, principalmente as economias de Terceiro Mundo,

“...tivessem acesso aos recursos organizacionais e financeiros para que seus países tivessem voz na discussão das metas e experiências de desenvolvimento e que, além disso, se facilitasse o contato direto e a troca de experiências entre líderes e militantes de movimentos sociais.” (CARDOSO, 1995, 170)

Portanto, para caminhar para a qualidade de vida e igualdade na distribuição de bens e serviços, requer-se reestruturar metodologicamente índices que dêem margem a entender a forma a ser tomada pelo novo tipo de desenvolvimento almejado. Em sendo assim, o *outro desenvolvimento* baseado na autonomia e autoconfiança só ocorrerá, se e somente se, “encontrar um meio de transformar a utopia em realidade do dia-a-dia, restituindo à experiência humana uma dimensão que, ainda que moral, não é nada irreal.” (CARDOSO, 1995, 177)

Em suma, para que o *another development* não se transforme em um idealismo vazio como ocorreu com a CEPAL e a dependência, é necessário que ela esteja atenta aos verdadeiros sujeitos da transformação almejada, com o intuito de endereçar, objetivamente, todo o receituário proposto para o alcance do desenvolvimento atual.

3.5. Conclusões Preliminares

Neste último trabalho tomado como referência, *As idéias e seu lugar*, Cardoso reapresenta suas teses clássicas quanto à questão do desenvolvimento, sustentando a hipótese de que existe um avanço teórico sistemático da CEPAL à Teoria da dependência, e desta para uma nova perspectiva acerca do desenvolvimento, ainda sub-determinada.

Se, no capítulo anterior, quando foi abordada a perspectiva do desenvolvimento dependente-associado de Cardoso, este já mostrava um inclinação para uma perspectiva interdependentista, nesta coletânea ele, não só se desvincta da

visão dependentista, como mostra uma visão própria de entender a questão do desenvolvimento capitalista atual – interdependentista.

De certa forma, a preocupação do autor nesta coletânea foi a de mostrar que existe a possibilidade de se efetivar uma proposta de desenvolvimento nos tempos atuais sem que, necessariamente, se abra mão das suas idéias iniciais, mas ressaltando o fato de que o momento histórico pode trazer novos condicionantes fazendo com que se repense a forma como se instaura uma estratégia de desenvolvimento num ambiente de “novíssima dependência”.

Percebe-se, pois, no conjunto de ensaios em questão, a preocupação de Cardoso em mostrar que o melhor método é aquele que tenta entender a dependência estrutural. Esta dependência deve ser estudada a partir das relações sociais, do conflito, bem como das coligações existentes entre algumas camadas destas classes juntamente com o setor externo. E, principalmente, como estas influenciam e tomam o Estado para poder efetivar seu jogo de interesses.

Na verdade, a estrutura que condiciona as articulações entre os segmentos de classe, o Estado e o setor externo, está assegurada no jogo de poder mencionado anteriormente. Assim, reconstituir a análise da dependência em qualquer momento histórico é repensar, em termos de método, a questão histórica das relações estruturais, entendidas estas como a maneira como se conformam as distintas classes sociais juntamente com o fato de elucidar qual é a relação que se estabelece entre elas. Mais do que isto, é enfatizar o agente responsável bem como a proposta que se deseja nesse novo estilo de desenvolvimento, com o fim único de esboçar, realisticamente, as políticas que devem ser efetivadas para tal feito.

Não obstante, a prioridade na análise do desenvolvimento que caminha para uma perspectiva *interdependentista*, é a de entender a questão da dependência estrutural relacionada ao padrão de classes sociais interno e os agentes econômicos internacionais, a partir da própria evolução das relações econômicas internacionais subjacentes do movimento de reprodução do capital.

Nesse sentido, não há que se buscar no setor externo a justificativa para o fracasso dos planos de desenvolvimento até então implementados, mas sim, na

própria estrutura das economias periféricas, posto que são estas que elucidam a configuração particular de dependência que se imporá sob a forma de desenvolvimento geral do imperialismo.

“Trata-se de situações nas quais existe penetração financeira e tecnológica pelos centros capitalistas desenvolvidos; esta penetração produz uma estrutura econômica desequilibrada tanto internamente nas economias periféricas como entre estas e os centros; a qual supõe limitações para o crescimento econômico auto-sustentado na periferia; e propicia a emergência de padrões específicos de relações capitalistas de classe; as quais requerem modificações no papel do Estado para afiançar tanto o financiamento da economia quanto a articulação política de uma sociedade que contém, em si, focos de inarticulação e de desequilíbrio estrutural”.(CARDOSO,1995,197)

Assim, segundo Cardoso, a teoria da dependência parte da teoria do imperialismo, como um desenvolvimento dialético concretizante, evidenciando que é imanente ao próprio capitalismo uma estrutura social desequilibrada, principalmente nas economias periféricas.

Isto não quer dizer que com o desenvolvimento dependente associado não irão coexistir miséria, bolsões de pobreza, dentre outros problemas sociais. Ao contrário, este padrão de desenvolvimento realça as contradições capitalistas e, com isto, o lado negativo do desenvolvimento. Mas, isto é muito mais o resultado da forma como o capitalismo se inseriu nas economias latino-americanas estruturalmente frágeis, do que propriamente o resultado do desenvolvimento capitalista estruturado a partir de condições externas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

FHC: ENTRE A DEPENDÊNCIA E A INTERDEPENDÊNCIA

4.1. Um paralelo entre as idéias do intelectual e do Presidente FHC⁴¹

Tendo como base este resgate histórico dos escritos de Cardoso, e levando em consideração principalmente a última coletânea citada, é visível o fato de ele se preocupar com a sustentação prática de suas idéias. Ou seja, a preocupação com uma proposta política que possibilite concretizar um projeto não utópico de desenvolvimento.

Uma visão crítica da obra de FHC, em particular em relação à teoria do desenvolvimento, como tema central de sua geração, nos permite entender porque sua ação política desemboca no que ele mesmo chama de "utopia realista", isto é, em formas que considera exequíveis de realizar o desenvolvimento econômico na periferia do capitalismo, em condições incontornáveis de dependência econômica. Somente assim encontraremos as relações entre a prática do intelectual e suas marcas na ação política, bem como uma prática política que tornou inviável qualquer tipo de teorização. Isto se dá porque a aceitação dos termos da interdependência tornam, na realidade do capitalismo de final do século XX, impossível qualquer projeto de desenvolvimento. Ao contrário, têm levado à desindustrialização, a uma nova forma de deterioração dos termos de troca, a uma crise profunda das balanças comercial e de pagamento e a uma ausência de política industrial, consequência da renúncia a uma política monetária.

Como foi salientado por Velasco (1997), existe a necessidade de um estudo minucioso, para entender a perspectiva de desenvolvimento de FHC. Isto é relevante mesmo que se tenha um posicionamento crítico quanto às idéias de Cardoso e sua efetivação política como presidente da República, a fim de buscar na prática

⁴¹ Para uma análise da perspectiva sociológica do prisma do presidente da República, ver TOLEDO (1998). O jornalista faz 30 horas de entrevista com FHC, enfatizando o entendimento do autor em várias questões, como globalização, esquerda, reforma agrária, dentre outras.

intelectual a presença sempre dominante do político, e na atividade deste a marca nunca ausente do intelectual.

Acreditamos que o Plano Real - implementado em 94, quando o atual Presidente era então Ministro da Fazenda - sustenta um projeto de desenvolvimento que vem sendo trabalhado há anos por Cardoso, encontrando estreita consonância em alguns brilhantes economistas formados posteriormente, nos anos 80.

Em seu último texto Cardoso já afirmava sua intenção de participar do processo político de decisão de certa importância. O intelectual e político Fernando Henrique Cardoso passa para os anos 90 convicto de que mais importante do que escrever é interferir na realidade, passa a priorizar sua ação política com o desafio de colocar em prática sua visão anti-utópica, "realista", de encontrar sempre espaços na realidade que a teoria não haveria previsto, mesmo que para isto tenha que se abrir a um leque de alianças que contempla forças conservadoras.

Concretamente, a última década está sendo marcada por uma crise de credibilidade, principalmente política, mas também econômica, tanto dos partidos quanto do próprio Governo, em promover políticas que revertam o quadro de crise em que a economia brasileira se encontra.

Para Fernando Henrique Cardoso, já inserido na política partidária, o grande problema é que os gestores de planos econômicos anteriores não conseguiram entender quais eram os verdadeiros obstáculos internos da economia, fazendo com que o Estado continuasse sendo o do compromisso de classes do getulhismo, representante da coalizão de classes que impossibilitaria sua modernização e sua reinserção competitiva na nova configuração do mercado mundial. Assim, para que a economia brasileira realmente consiga se inserir de forma mais qualificada na economia internacional, buscando tirar vantagens da transnacionalização do capital internacional, é necessário que sejam asseguradas medidas tais como: 1) estabilidade econômica fundada na valorização da moeda nacional; 2) estabilidade política; 3) abertura de novas frentes de investimento capaz de alavancar a associação entre

capital nacional privado e capital internacional, conjugando isto com uma política de privatização das estatais.⁴²

Toda essa modelagem de um novo tipo de projeto de desenvolvimento para a economia brasileira, centrado na interdependência, isto é, em uma nova relação com o capital internacional, supõe um novo agente responsável por essas transformações.

O Plano Real coloca em movimento um projeto de desenvolvimento, que parte do pressuposto fundamental de que as empresas monopolistas e o próprio capital financeiro internacionalizado, são o principal sujeito desta ação, cabendo ao Estado garantir a estabilidade econômica e a regulação da concorrência necessária ao estímulo dos investimentos.⁴³ O que é necessário reiterar é o fato de que existe um projeto de desenvolvimento embutido no Plano Real e este não se distancia, em seus elementos essenciais, da leitura acadêmica de Cardoso sobre as condições possíveis do desenvolvimento na periferia capitalista, presente em sua teoria da dependência.⁴⁴

Assim, segundo Cardoso, desenvolvimento dependente e associado no atual contexto de globalização ainda vigora como um modelo pertinente, uma vez que a continuidade das disparidades existentes entre países e dentro dos mesmos, permanece, configurando, assim como no passado recente, um processo de assimetria nas relações comerciais externas e internas destes países. Mais do que refutar a idéia do imperialismo como sendo uma tendência à perpetuação da continuidade do atraso das economias latino-americanas em comparação aos demais países avançados, Cardoso visualiza na relação com este, a possibilidade de uma melhor situação tanto

⁴² Vale salientar que as idéias utilizadas neste projeto quanto a perspectiva do Plano Real foram sustentadas no curso de extensão realizado pelo departamento de economia da UFU (Planejamento e gestão em tempos de real e globalização) onde os responsáveis pelos módulos preocuparam-se o tempo inteiro em fazer paralelos entre a atualidade e o resgate histórico das idéias de Fernando Henrique Cardoso, bem como das diferentes conjunturas econômicas, da década de 70 em diante, nacional e internacional.

⁴³ Partindo especificamente das idéias anteriormente levantadas onde associação ao capital internacional, inovação tecnológica e reestruturação do Estado são os pontos-chave tanto de seus escritos quanto de sua proposta atual, percebe-se uma total relação entre suas idéias anteriores e a atual proposta de desenvolvimento do governo de FHC.

⁴⁴ Isso em um primeiro momento, pois, a política econômica efetivada até novembro de 97, que se diferenciava da ortodoxia do Fundo Monetário Internacional, tanto em termos de política cambial quanto em termos de salários nominais congelados, sofre uma inflexão com a divulgação de um

externa quanto interna, como única alternativa viável de desenvolvimento em um país como o Brasil.

Deve-se repensar também a atuação do Estado neste novo processo, uma vez que o nacional-desenvolvimentismo mostrou suas limitações, o socialismo ruiu, e a crise do *Welfare State*, tornou-se patente, pós anos 70. De agente o Estado passou a ser paciente, no sentido de que passou a ser um obstáculo ao dinamismo econômico, que deveria ser transferido para os agentes privados, isto é, para o mercado. Ao Estado caberiam ações reguladoras subsidiárias, como o caso da política cambial, além das políticas sociais, agora com tom de políticas focalizadas, emergenciais, conforme a ação dos programas do Comunidade Solidária.

4.4. O desenvolvimento que se tem *versus* o desenvolvimento que se quer

Feitas tais considerações acerca da perspectiva de desenvolvimento de Cardoso, percebemos que esta não é, contrariamente ao que o autor dizia, tanto assim um avanço acerca da perspectiva latino-americana das idéias cepalinas. Não tecendo esta crítica a todos os teóricos dependentistas, mas sim, ao *interdependentismo* de FHC, acreditamos que este poderia ter avançado no discurso cepalino no que tange à distribuição de renda para a alavancagem do mercado interno mas não o fez. Ao contrário, supondo estar implicitamente contido no Real os três âmbitos de análise do desenvolvimento – político, econômico e social – o autor acredita que sua perspectiva ao ser efetivada via Plano Real, abrangeria todas as áreas, sendo uma evolução teórica e prática de tudo que foi dito e feito anteriormente no continente latino-americano.

Os limites da perspectiva internacionalista de Cardoso são explicitados a partir de uma visão restrita da ótica do próprio capital, uma vez que este destrói e cria facilmente novos ambientes para sua reprodução. Acreditando o autor que a economia brasileira, a partir da chegada das transnacionais nas economias

pacote fiscal onde se nada de similar se tinha com o FMI agora pode ressaltar-se que o plano real aderiu totalmente aos ditames econômicos da ortodoxia.

periféricas, incorreria em um bem sucedido projeto de desenvolvimento capitaneado pelo capital internacional, Cardoso deixava de perceber muitos pontos que são peculiares à 'própria autonomia do capital', dentre os quais podemos dizer:

- 1) só conseguiremos fazer com que a economia brasileira se desenvolva e concorra competitivamente no mercado internacional, via empresas transnacionais ou nacionais, caso tenhamos um ambiente interno propício para o investimento direto, que requer pesquisa e desenvolvimento do produto, a partir da qualificação de técnicos e um sistema nacional de inovações, bem como oferta de insumos e matérias-primas para abastecer estes setores;
- 2) existe um outro tipo de transnacionalização relativa ao capital financeiro, estritamente relacionada ao macroambiente da economia, desestruturando paulatinamente a questão do câmbio e da política monetária, onde altas taxas de juros propiciam a inversão do capital produtivo para o capital especulativo, auferindo ganhos em um curto prazo;
- 3) a questão das disparidades sociais deve ganhar uma política digna e respeitosa a partir de uma redistribuição de renda, rompendo com o ciclo perverso da proliferação de ganhos de determinadas classes em detrimento das péssimas condições de vida da maioria da população. Reforma agrária, reorientação trabalhista com aumento dos salários mínimos e reestruturação do Estado a partir de questões próprias que dêem margem a uma certa autonomia relativa no processo decisório de atuação no mercado interno e externo, tornam-se questões fundamentais.

Se não podemos mais clamar, como muitos sustentam, pela volta do nacionalismo e até mesmo do socialismo, que pelo menos possamos hastear a bandeira de responsáveis por uma proposta de desenvolvimento que gere, para além da retórica e do casuísmo, uma verdadeira solução para os problemas da economia e sociedade brasileiras.

Segundo sustentamos, não existe problema em abriremos nossa economia à concorrência e atuação externa, desde que nossas empresas tenham condições de concorrer com as demais empresas. E isto requer uma política industrial seletiva e a reorientação para a estruturação de um sistema nacional de inovações. Além disso, distribuição de renda centrada na endogeneização do progresso técnico e em uma reforma agrária, subsidiada por uma verdadeira política agrícola, tornam-se elementos fundamentais. E, finalmente, nenhuma destas políticas pode ser feita sem que se tenha em mente um Estado forte, atuante e responsável por regular, intervir e produzir, política, econômica e socialmente na nossa economia.

Portanto, o internacionalismo de nossos mercados pode ser uma realidade mas ele não foi capaz, por si só, de resolver os problemas estruturais inerentes a nossa condição de economia periférica nas relações econômicas internacionais. O nosso empresário brasileiro, principalmente pequeno e médio, necessita do apoio e estímulo do Estado, possibilitando um ambiente condizente com a concorrência, até então espúria, junto às transnacionais. O desenvolvimento dependente e associado que avançou para o supranacionalismo e a interdependência não permitiu que o capital global, a partir de uma interação no mercado mundial resolvesse o problema das economias periféricas. Por fim, as idéias mesmo estando em seus lugares, longe de tornarem-se políticas práticas de resolução das mazelas da economia brasileira, geram, se não situação pior, uma perspectiva nada diferente dos receituário anteriormente criticados por Cardoso.

A crise de paradigmas atual nos mostra que se os atores do desenvolvimento que se quer ainda estão indeterminados, na perspectiva teórica e prática de Cardoso, os verdadeiros protagonistas do desenvolvimento que se tem, principalmente em sua gestão, estão atuando há um bom tempo e de forma internacionalizada. Por tudo isso é que permanecemos indagando sobre vários aspectos a serem discutidos em uma outra ocasião: qual o desenvolvimento que se quer? Qual é a classe capitaneadora desse desenvolvimento? Existe possibilidade de diminuição das disparidades sociais intra e inter países numa sociedade capitalista? Existe alternativa, no bojo da crise, pela qual está passando a economia mundial, para uma perspectiva alternativa ao capitalismo? Se não, existe a possibilidade de uma autonomia ainda que relativa dos

Estados Nacionais num ambiente de globalização? Por fim, a questão maior que fica é: a atual perspectiva do desenvolvimento interdependente torna-se uma alternativa viável para que tipo de país e está sendo capitaneada por qual agente transformador?

As respostas para estas perguntas suscitam outros trabalhos. Entretanto, as perguntas, e consequentemente as respostas, estão longe de ser esgotadas. O que está propício a ocorrer no momento atual é a retomada da discussão do desenvolvimento latino-americano a partir de uma reavaliação dos projetos que tivemos até então em nosso continente.

BIBLIOGRAFIA

- BAER, M. (1993). **O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- BARAN, P. (1972). **A economia política do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BIELSCHOWSK, R. (1995). **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2ª edição. (primeira edição 1988)
- BENJAMIM, C. (1998). **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BORGES, M. (1988). **Espaço e capital: um estudo sobre a dinâmica centro e periferia**. Tese de doutorado apresentada na UNICAMP.
- CANO, W. (1993). **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. São Paulo, Fapesp/UNICAMP.
- CARDOSO, F.H. (1963). **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- CARDOSO, F.H. e FALETTO, E. (1981). **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Santiago do Chile: ILPES. 6ª Edição. (primeira edição 1967).
- CARDOSO, F.H. (1971). **Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: sociologia do empresário industrial argentino e brasileiro**. São Paulo: Zahar Editores.
- CARDOSO, F.H. (1975). **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARDOSO, F.H. (1980). **As idéias e seu lugar**. Rio de Janeiro: Vozes. 2ª Edição. (primeira edição 1993).
- CARDOSO, F.H. (1993). **A construção da democracia**. São Paulo: Siciliano.
- CARNOY, M. (1988) **Estado e economia política**. Campinas: Papirus.
- CEPAL (1954). **La industrialización de los programas tecnológicos**. México: Publicación de las Naciones Unidas.

- CEPAL (1996). **Transformacion productiva con Equidad**. México: Publicación de las Naciones Unidas.
- DOSI, G. (1982). Technological Paradigms and Technological trajetories. In: **Reserch policy 11**.
- DRAIBE, S. (1985). **Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil: 1930 a 1960**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- FAJNZYLBBER, F.(1983). **La industrializacion trunca**. México: Editorial Nueva Imagem.
- FAJNZYLBBER, F. (1990). "Industrialización en América Latina: De la caja negra ao Casillero Vacio". IN: **Cuadernos de la Cepal**. Santiago: Publicacion de las Naciones Unidas, Revista nº 60.
- FIORI, J.L. (1995). **Em busca do dissenso perdido: Ensaio críticos sobre a festejada crise do Estado**. Rio de Janeiro: Insight.
- FRANCO, G.(1996). **A inserção externa e o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: (mimeo).
- FRANK, A. G. (1973). **Capitalismo y sybdesarrollo en América latina**. México: Siglo XXI. (primeira edição 1970).
- FURTADO, C. (1976). **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GOLDENSTEIN, L (1994). **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- GONÇALVES, R. (1997). **Desestabilização macroeconômica e incertezas críticas: o governo FH e suas bombas de efeito retardado**. RJ: UFRJ (mimeo) – texto para discussão.
- GONÇALVES, R. (1996). "Globalização financeira, liberalização cambial e vulnerabilidade externa da economia brasileira." IN: **BAUMANN, R. O Brasil e a economia global. (org.)** Rio de Janeiro: Campus. pp.133-166.
- HOBSBAWM, E. (1995). "Barbárie: o guia do usuário". IN: **SADER, E. O mundo depois da queda. (org.)** Rio de Janeiro: Paz e terra. Pp.15-31.
- HIRSCHMAN, A. (1961). **Estratégias do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- HIRSCHMAN, A. (1968). **A economia política da industrialização na América Latina**. Rio de Janeiro: Dados, nº 05, pp. 113-143.

- KALECKI, M. (1983). **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Abril Cultural. Coleção dos economistas.
- MANTEGA, G. (1995). **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis: Vozes. 8ª edição. (primeira edição 1984).
- MANTEGA, G. (1997). "O Pensamento Econômico Brasileiro de 60 a 80: os anos rebeldes." IN: LOUREIRO, M. R. **"50 Anos de Ciência Econômica no Brasil."** (org.) Petrópolis: Vozes. pp. 107-158.
- MARINI, R. M. (1982). **Dialética de la dependencia**. México: Edições Era S/A.
- MARTINS, L. (1985). **Estado capitalista e burocracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MELLO, J.M.C. (1994). **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense. 9ª Edição. (primeira edição 1982).
- MYRDAL, G. (1972). **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Saga.
- PAIVA, C. A. (1997). **Planejamento e gestão em tempos de real e globalização**. Uberlândia, (mimeo).
- PAIVA, C. A. (1998). **Os impactos distributivos de uma política anti-inflacionária de exposição competitiva e ancoragem cambial**. Uberlândia, (mimeo).
- PREBISCH, R. (1962). "El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas". IN: **Boletín Económico de la América Latina**, Vol. VII, nº 1 (primeira versão 1949).
- PREBISCH, R. (1968). **Dinâmica do Desenvolvimento Latino-americano**. Rio de Janeiro: Ed. Nacional.
- RODRIGUEZ, O. (1981). **Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ROSTOW, W. W. (1978). **Etapas do desenvolvimento econômico**. (um manifesto não comunista). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SADER, E. (1997). "Nós que amávamos tanto o Capital." IN: **O poder, cadê o poder? Ensaio para uma nova esquerda**. São Paulo: Boitempo editorial.
- SANTOS, T. (1987). **Revolução Científico-Técnica e Acumulação de Capital**. Rio de Janeiro: Vozes.

- SCHUMPETER, J. A. (1982). **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** São Paulo: Abril Cultural. Coleção dos Economistas. (primeira edição 1912).
- SCHUMPETER, J. A. (1984). **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Zahar editores. (primeira edição 1942).
- SOETE, L (1981). "Technological Dependency: A critical View." In: D. Seers (ed). **Dependency Theory a critical reassessment.** London: Frenas Penter.
- TAVARES, M.C. (1982). **Da Substituição de importações ao capitalismo financeiro.** Rio de Janeiro: Zahar Editores. 11ª edição. (primeira edição 1972).
- TAVARES, M.C., FIORI, J. L. (1993). **Desajuste global e modernização conservadora.** São Paulo: Paz e terra
- TOLEDO, C. N. (1997). **ISEB: Fábrica de ideologias.** São Paulo: Editora da Unicamp.
- TOLEDO, R. P. (1998). **O Presidente segundo o sociólogo.** São Paulo: Companhia das Letras.
- VELLOSO, R. J. P. (1994). **Estabilidade e crescimento: os desafios do Real.** Rio de Janeiro: José Olympio.
- VELASCO, S. (1997). "Idéias do poder: dependência e globalização no discurso recente de FHC." IN: **Teoria da dependência 30 anos depois.** (mimeo).
- VINER, J. (1969). "A economia do desenvolvimento." IN: ARGAWALA, A. N. & SINGH, (ORGS.): **A Economia do Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Forense, Pág. 17-39.

FU-00010160-7

BIBLIOTECA DE ECONOMIA